

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Juliana de Almeida Costa

**MULHERES RURAIS E PLANTAS MEDICINAIS: SABERES,
SOCIALIDADES E AUTONOMIA FEMININA**

Santa Maria, RS.

2019

Juliana de Almeida Costa

**MULHERES RURAIS E PLANTAS MEDICINAIS:
SABERES, SOCIALIDADES E AUTONOMIA FEMININA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Santa Maria, RS.

2019

Costa, Juliana de Almeida
Mulheres Rurais e Plantas Medicinais: Saberes,
Socialidades e Autonomia Feminina / Juliana de Almeida
Costa.- 2019.
147 p.; 30 cm

Orientador: Joel Orlando Bevilaqua Marin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2019

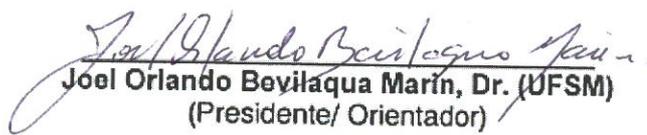
1. Mulheres Rurais 2. Plantas Medicinais 3. Cuidado
4. Autonomia Feminina 5. Movimentos Sociais I. Bevilaqua
Marin, Joel Orlando II. Título.

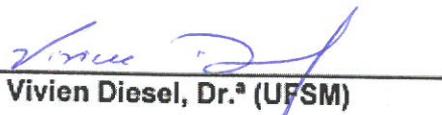
Juliana de Almeida Costa

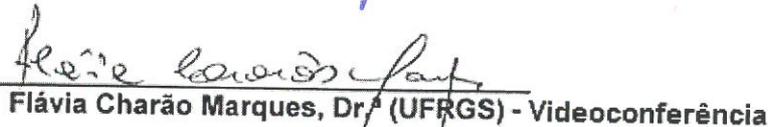
**MULHERES RURAIS E PLANTAS MEDICINAIS: SABERES, SOCIABILIDADES E
AUTONOMIA FEMININA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovado em 28 de agosto de 2019:


Joel Orlando Bevilacqua Marin, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)


Vivien Diesel, Dr.ª (UFSM)


Flávia Charão Marques, Dr.ª (UFRGS) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este texto a todas as mulheres que ousam buscar nas mudanças cotidianas condições para construir a transformação da sociedade e a todos os homens que também se desafiam cotidianamente na construção de novas relações por acreditarem que só assim será possível forjar as mudanças primordiais para um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, vem à minha memória o dia da inscrição para o mestrado. A correria para entrega do envelope, a Cecília chorando de fome e eu com um vestido que me impedia de amamentar, porque saí de casa correndo, no último dia e com o horário apertado. A sensação de entrega feita e de sorte lançada ainda são bem presentes para mim. A seleção para a entrevista parecia ser mentira e a aprovação então, quase impossível de acreditar. Assim começou tudo. Mas, na verdade, começou mesmo quando eu ainda era bem pequena e meu pai (*in memoriam*) e minha mãe me proporcionaram as condições para estudar e por isso tenho tanto a agradecer a eles. Tenho, neste sentido, que agradecer especialmente minha mãe, que sempre fez questão de deixar claro que suas filhas só se casariam depois de ter feito “faculdade”. A ela também preciso agradecer por me ajudar sempre, estar ao meu lado, contribuir nessa caminhada de todas as maneiras possíveis e imagináveis. Por compreender, junto com meus irmãos, os limites da minha contribuição nos momentos difíceis que passamos com a doença de meu pai e por me apoiarem sempre.

Preciso demonstrar imensa gratidão também ao meu companheiro de vida, Alan, pelo apoio e pelo compartilhamento do cotidiano e aos nossos filhos, Ernesto e Cecília, por nunca permitirem que a academia tomasse conta de todos os espaços do meu viver e a dona Orte, pelas várias vezes que nos socorreu com os pequenos.

Minha gratidão também é despendida ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à COPTec (em especial aos colegas de Tupanciretã), que me permitiram vivenciar a realidade das famílias em áreas conquistadas através da luta pela terra e construir uma trajetória repleta de amizades, boas lembranças e boas referências.

Agradeço profundamente ao meu orientador, Professor Joel Orlando Bevilaqua Marin, com quem a relação se estabeleceu, desde o primeiro momento, baseada na sinceridade e que além de me orientar com maestria, sempre disposto e dedicado, demonstrou cuidado e preocupação nas diversas situações que vivi. Estas atitudes expõem que além de um grande profissional e um excelente orientador, é um grande ser humano. Além disso, costumo dizer que ele extraiu o

que há de melhor em mim, pois influenciou positivamente na escolha do meu tema, permitindo um reencontro comigo mesma, com a minha essência e com as origens das minhas relações com as mulheres rurais, acreditando em minha capacidade mesmo quando eu me senti incapaz.

Às mulheres do MST, minha imensa gratidão, por me permitirem fazer parte das suas trajetórias coletivas, pelos diálogos, reflexões e parcerias que proporcionaram que eu chegasse até aqui e, em especial, àquelas que contribuíram efetivamente com esta pesquisa e que através das entrevistas e conversas informais, despenderam seus tempos, compartilharam memórias e acreditaram na importância desta pesquisa.

Imensa gratidão também aos meus queridos amigos, Maria Isabel Fernandes e Antônio Cossetin de Oliveira, familiares que a vida me permitiu escolher, que além de me acolher desde o princípio, sempre me apoiaram, acreditaram em mim e me ofertaram materiais para reflexão. Às minhas queridas amigas Fernanda e Jossiane, com quem dividi muitas angústias e muitas alegrias e à minha amiga Laura Cunha, de quem o mestrado me propiciou reaproximar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, que me acolheu e acreditou na minha capacidade, permitindo o meu crescimento enquanto pesquisadora, me desafiando e proporcionando vislumbrar novos olhares e reflexões sobre muitas situações vividas nos anos de atuação em extensão rural junto às famílias assentadas. Assim, preciso agradecer ao Professor Pedro Selvino Neumann, que, além de contribuir junto o Programa de ATES, acolheu o Curso de Residência Agrária, permitindo que nós, técnicos do Programa de ATES, pudéssemos nos reaproximar da Universidade sem deixar de atuar, abrindo outras possibilidades. Aos demais docentes do PPGExR e aos colegas, especialmente àqueles que compartilharam momentos e saberes em sala de aula, espaços ricos e inspiradores que me enchem de saudades.

Às professoras Vivien Diesel e Flávia Charão Marques pela disponibilidade em contribuir com minha formação compondo a Banca Examinadora deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de estudos concedida, sem a qual teria sido impossível realizar o mestrado.

Como La Cigarra

Tantas veces me mataron
Tantas veces me morí
Sin embargo estoy aquí
Resucitando

Gracias doy a la desgracia
Y a la mano con puñal
Porque me mató tan mal
Y seguí cantando

Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que sobreviviente
Que vuelve de la guerra

Tantas veces me borraron
Tantas desaparecí
A mi propio entierro fui
Sola y llorando

Hice un nudo en el pañuelo
Pero me olvidé después
Que no era la única vez
Y seguí cantando

Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que sobreviviente
Que vuelve de la guerra

Tantas veces te mataron
Tantas resucitarás
Tantas noches pasarás
Desesperando

A la hora del naufragio
Y la de la oscuridad
Alguien te rescatará
Para ir cantando

(María Elena Walsh)

RESUMO

MULHERES RURAIS E PLANTAS MEDICINAIS: SABERES, SOCIALIDADES E AUTONOMIA FEMININA

AUTOR: Juliana de Almeida Costa

ORIENTADOR: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

A dissertação apresenta um estudo sobre as mulheres rurais, assentadas em projetos de assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul, vinculadas ao MST, e as relações tecidas em torno dos saberes-fazeres sobre plantas medicinais. A pesquisa tem como objetivo compreender como as mulheres rurais constroem, a partir dos saberes e práticas populares de saúde sobre as plantas medicinais, relações que proporcionam processos de autonomia e emancipação pessoal e social e de afirmação de lutas feministas no campo. A pesquisa, com abordagem qualitativa, estrutura-se em um estudo baseado em experiências vividas por cinco mulheres de diferentes regiões do estado, escolhidas em função dos acúmulos pessoais e sociais em torno do tema. As mulheres rurais foram entrevistadas a partir de um roteiro semiestruturado. Além disso, foi utilizado caderno de campo para registrar reflexões e observações de vivências de campo. O presente texto apresenta três capítulos: o primeiro, analisa a relação existente entre os saberes apropriados ao longo das trajetórias de vida destas mulheres e o acúmulo em torno dos mesmos como patrimônio cultural dos povos, apontando para questões de gênero em torno da temática e refletindo sobre divisão sexual do trabalho; o segundo, estuda as transformações construídas pelas mulheres rurais em questão em torno do cuidado e das suas concepções, que possibilitaram a construção de um pensamento voltado para a agroecologia e para os cuidados com a natureza e as relações simbólicas que envolvem estas concepções. O último capítulo analisa os avanços construídos no período mais recente em relação a instituições que executam políticas públicas, a manutenção das relações das mulheres rurais com setores católicos progressistas e as transformações proporcionadas nos espaços de convívio com a comunidade escolar do campo. Os conhecimentos e práticas sobre as ervas medicinais são compreendidos por estas mulheres como possibilidades de fazer o bem e como patrimônios que devem ser repassados para as novas gerações, como herança. A partir dos saberes e fazeres com as ervas medicinais, as mulheres rurais transformaram a concepção de cuidado, tornando-o amplo e vinculado a todos os seres vivos e a natureza. As relações que as mulheres tecem com diversos agentes sociais, vinculados às distintas instituições, reforçam a autonomia pessoal e oportunizam a ocupação de importantes espaços sociais, que fortalecem processos de emancipação social e das lutas feministas no campo.

Palavras-chave: Mulheres rurais, plantas medicinais, emancipação feminina.

ABSTRACT

RURAL WOMEN AND MEDICINAL PLANTS: KNOWLEDGE, SOCIALITY AND FEMALE AUTONOMY

AUTHOR: Juliana de Almeida Costa

ADVISOR: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

This dissertation presents a study on rural women, settled in settlement projects in Rio Grande do Sul's land reform, linked to the MST, and the relationships established around medicinal plants knowhow. This research has as its goals to understand how rural women build, from popular health knowledge and practices related to medicinal plants, relationships that provide personal autonomy and emancipation and women rights affirmation in the countryside. This research, built with qualitative approach, is structured on a study based on experiences from five women from different parts of the state, chosen for their personal and social achievements around the theme. These rural women were interviewed on a semi-structured script. Furthermore, field notes were used to write down thoughts and observations on field experiences. The following text presents three chapters: the first one analyzes the relation between the knowledge appropriated over these women's lives and the accumulation around this knowledge as peoples' cultural heritage, pointing to gender questions around the theme, reflecting around the gendered division of work; the second one studies the transformations built by rural women regarding care and its conceptions, which enables the construction of thoughts facing agroecology and nature care, and symbolic relationships that surround these conceptions. The last chapter analyzes the most recent advances achieved related to public policy institutions, the management of the relationship between rural women and the catholic progressivist sectors and the transformations provided in social spaces among the countryside school community. The knowledge and practice on medicinal herbs are understood by these women as a chance to do good and as a heritage that must be passed to new generations. With the knowledge and practices on medicinal herbs, rural women transformed the conception of care, making it wide and linked to all living beings and nature. The relationships these women build with several social agents, linked to distinct institutions, reinforce their personal autonomy and give them the opportunity to fill important social spaces that strengthen the process of social emancipation and women's rights in the countryside.

Key-words: Rural women, medicinal plants, female emancipation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEPS	ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MOVIMENTOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE
ATES	ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL
CEBs	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
ESF	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA
INCRA AGRÁRIA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
MMC	MOVIMENTOS DAS MULHERES CAMPONESAS
MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNPIC	POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DO SUS
PNPM	POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS
PSF	PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 RELACIONANDO AS MULHERES, AS PLANTAS E A TEORIA.....	15
1.2 TRILHANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	23
1.3 PLANO DA OBRA.....	28
2 MULHERES DO CAMPO E SABERES TRADICIONAIS.....	30
2.1 TRAJETÓRIAS DE VIDA: O APRENDIZADO SOBRE AS PLANTAS, AS DIFICULDADES ENFRENTADAS E A LUTA POR DIREITOS	30
2.2 SABERES POPULARES E PLANTAS MEDICINAIS: PATRIMÔNIO E RESISTÊNCIA FEMININA E CAMPONESA.....	41
2.3 O SABER, O PODER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	50
3 CUIDADO, AFETIVIDADE E NATUREZA: MULHERES RURAIS RESSIGNIFICANDO CONCEITOS	63
3.1 PLANTAS MEDICINAIS E CUIDADO: TAREFA FEMININA, NECESSIDADE HUMANA	63
3.2 MULHERES SEM TERRA E AFETO COM A NATUREZA: SABEDORIA E SIMBÓLICO.....	78
4 MULHERES RURAIS E TESSITURAS DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: ENSINAR E APRENDER EM TORNO DAS PLANTAS MEDICINAIS.....	94
4.1 MULHERES RURAIS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: ROMPENDO PRECONCEITOS, CONQUISTANDO ESPAÇOS E CONSTRUINDO IDENTIDADES.....	94
4.2 O PENSAR DA EXTENSÃO RURAL COM AS MULHERES E A MANIFESTAÇÃO DOS SABERES POPULARES EM SAÚDE	102
4.3 IGREJA DOS POBRES E RELIGIOSIDADE DAS MULHERES RURAIS: FATORES DE FORTALECIMENTO DA SAÚDE POPULAR.....	112
4.4 ESCOLA DO CAMPO: CONECTORA DA JUVENTUDE COM SUAS RAÍZES E DAS MULHERES RURAIS COM UM MUNDO EM REDE	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS JUNTO A MULHERES RURAIS ASSENTADAS.....	145

1 INTRODUÇÃO

A relação das mulheres com as plantas medicinais é uma temática que sempre esteve presente na minha trajetória de vida pessoal e profissional. Desde minha infância, tenho na memória minha avó secando ervas e colhendo marcela e minha mãe fazendo aromáticos xaropes que perfumavam a casa. No entanto, foi na graduação em Farmácia que comecei a compreender estes saberes como patrimônios culturais dos povos. A minha relação com as lutas populares, especialmente por saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade, no sentido da construção de uma sociedade mais justa, se deu a partir do movimento estudantil, onde conheci também as pautas feministas, que foram determinantes na construção da minha concepção sobre os saberes populares em saúde, as plantas medicinais e a importância destes para a população do campo e das periferias urbanas.

Esta relação sempre esteve marcada por mulheres muito fortes que me inspiraram e me inspiram cotidianamente. Meu primeiro contato com as mulheres rurais se deu justamente por meio da ligação com as plantas medicinais. Através da relação, ainda na academia, com o Assentamento Carlos Marighela, me aproximei das mulheres rurais, assentadas da reforma agrária e vinculadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pelas relações tecidas em torno das plantas medicinais e oficinas de trocas de saberes.

Algum tempo depois, passei a contribuir de maneira mais efetiva com o MST, em um primeiro momento, mais especificamente no setor de saúde do movimento e, em seguida, pela institucionalização do Programa de ATES (Assessoria Técnica, Ambiental e Social) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) do RS. Durante este tempo de contribuição, vivenciei muitas experiências que me encantaram e permitiram que eu aprendesse muito além do que ensinasse. Os trabalhos realizados junto às famílias assentadas e acampadas demonstravam sempre que as mulheres tinham maior afinidade com o tema, assim como com a manipulação das ervas e apropriação dos saberes em torno delas.

Nas diversas atividades abordadas pelo Programa de ATES, o tema das plantas medicinais era um dos que mais mobilizava as mulheres e onde elas pareciam se sentir mais aptas a contribuir. No setor de saúde do movimento Sem

Terra, conheci grandes mulheres, “bruxas”, como se autodenominam, fazendo referências aos saberes, à sabedoria e às poções. Muitas delas têm, entre as marcas de atuação, domínios de saberes sobre plantas medicinais.

As relações com as plantas medicinais estão vinculadas às tarefas do cuidado, que são socialmente atribuídas às mulheres pela divisão sexual do trabalho vinculada à ordem patriarcal. Assim, estas tarefas são historicamente menos valorizadas e, muitas vezes, invisibilizadas. No entanto, estas mulheres ressignificam as práticas e saberes sobre as plantas, tornando-as potenciais para a emancipação feminina.

As mulheres rurais assentadas, ao longo de suas vidas, além de desenvolverem e manterem os saberes tradicionais que lhes foram transmitidos, construíram referências junto às suas famílias, suas comunidades e ao MST e transformaram este conhecimento em uma estratégia de construção de processos de autonomia enquanto sujeitos da própria história. É neste sentido que se delimita o problema da pesquisa: como as mulheres assentadas em projetos de reforma agrária do Rio Grande do Sul, vinculadas ao MST, constroem, através dos saberes e das práticas populares em torno das plantas medicinais, relações que proporcionam a autonomia feminina?

A categoria mulheres rurais é muito ampla e abrange desde as mulheres camponesas, no sentido atribuído por Queiroz (1973)¹, em estudo sobre o campesinato brasileiro, até as mulheres proprietárias de grandes extensões de terra e que exploram mão de obra assalariada, existindo inúmeras estratificações entre os dois extremos citados acima. Pois bem, no desenvolvimento desta pesquisa, que foi determinada pelas relações que se constituíram ao longo da minha trajetória pessoal e profissional, estou me referindo às mulheres rurais trabalhadoras, assentadas em projetos da reforma agrária, que se autodenominam “Sem Terra” por uma construção identitária de cunho político-ideológico e reafirmação de vínculos com o MST.

Neste sentido, este estudo tem por objetivo compreender como as mulheres rurais, assentadas em projetos de reforma agrária do Rio Grande do Sul,

¹ A compreensão de campesinato pela autora se configura no sentido sociológico, onde ela o denomina como uma camada subordinada dentro de uma sociedade e que faz uso da terra para reprodução familiar utilizando basicamente a mão de obra familiar em pequenas áreas cultivadas, podendo ser donos, arrendatários, ocupantes ou posseiros.

constroem a partir dos saberes e das práticas populares em torno das plantas medicinais relações que proporcionam processos de autonomia pessoal e social e de afirmação de lutas femininas no campo. Especificamente, a pesquisa tem como objetivos: 1) Compreender os processos de apropriação dos saberes populares em torno das plantas medicinais, destacando aspectos (econômicos, sociais, político-ideológicos) da utilização destes saberes pelas mulheres assentadas e as relações estabelecidas através destes conhecimentos dentro das famílias e comunidades; 2) Entender de que maneira estas mulheres rurais assentadas transformam as práticas do cuidado, vinculadas aos saberes e às plantas medicinais, em potencial para a emancipação feminina, tornando-se referências para suas famílias, comunidades e/ou movimentos sociais; 3) Compreender de que forma estas mulheres, em seu meio e com seus saberes, tecem as relações com instituições estatais – através do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa de ATES (Assistência Técnica, Social e Ambiental) do INCRA – RS (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – religiosas – correntes progressista da Igreja Católica – e escolares – especialmente de ensino fundamental e médio.

1.1 RELACIONANDO AS MULHERES, AS PLANTAS E A TEORIA

Os saberes sobre as plantas medicinais e seus usos se encontram vinculados às práticas do cuidado e às práticas populares de saúde, que até meados das décadas de 1940 e 1950 representavam as principais formas de tratamento de enfermidades utilizadas pela população do estado do Rio Grande do Sul, não sendo diferente no restante do país, especialmente em contextos familiares e cotidianos das pessoas, como mostra Weber (1999), em estudo onde analisa as práticas de cura desenvolvidas pela população do Rio Grande do Sul.

As práticas populares de saúde, compreendidas como curandeirismo, realizadas na forma de ofício passaram a ser perseguidas, difamadas e compreendidas como fraudulentas pelo fato de não serem avaliadas cientificamente a partir de meados da década de 1950 no Brasil, como mostra Candido.(2010) em estudo sobre a vida caipira no interior de São Paulo, onde o autor, descrevendo a vida no campo naquele período, faz referência aos curandeiros e curandeiras como alternativa de saúde para a população, assim

como descreve a perseguição e sanções legais sofridas pelas pessoas que desenvolviam tais práticas . Este período foi marcado pela chegada da “modernidade” ao país, dando início aos processos mais acelerados de urbanização e a uma agenda desenvolvimentista, que buscava modernizar o país. Neste período, as práticas médicas passaram a ser os únicos saberes em saúde aceitos pelo estado, que buscou deslegitimar as demais práticas, colocando-as na ilegalidade.

Embora desautorizadas e deslegitimadas pelas autoridades estatais, as práticas de saúde que envolvem o uso das plantas medicinais seguiram sendo utilizadas como umas das principais alternativas da população, seja pela falta de acesso ao atendimento médico, seja por fazer parte da cultura popular, como apontam Valla (2017) e Vasconcelos (2017), em estudos sobre o desenvolvimento da educação popular em saúde a partir do envolvimento dos profissionais de saúde diretamente com a população do campo e das periferias urbanas nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil.

Neste contexto, a reprodução das práticas de saúde se constitui como prática de cuidado, e, desta forma, a questão de gênero se constitui como um fator determinante para o tema pelo fato das práticas do cuidado, especialmente no âmbito familiar, serem compreendidas como tarefa feminina a partir da divisão sexual do trabalho.

Para Scott (1989), a categoria gênero se constitui como uma construção social determinante nas posições sociais das pessoas a partir do sexo, ou seja, a partir das características sexuais biológicas. Ainda segundo Scott (1989, p. 26), as relações de gênero estão intimamente vinculadas às relações de poder e “as estruturas hierárquicas constituídas na sociedade se baseiam em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”. A autora afirma também que o gênero, embora não tenha uma ênfase explícita colocada sobre si, constitui uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e da desigualdade social e que a representação simbólica apresenta uma oposição binária e contraditória dos gêneros (Eva e Maria) e é reafirmada e reproduzida dentro das instituições religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas.

Neste sentido, para Hirata (2010), em estudo sobre as teorias que envolvem este e a relação com as teorias feministas, o cuidado se constitui como uma tarefa

doméstica e, portanto, dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, é compreendido como uma tarefa feminina, embora seja uma necessidade de toda a humanidade. A autora afirma que o cuidado tem sido abordado a partir de uma tese central de que todas as pessoas são vulneráveis. Portanto, em algum momento da vida, todas as pessoas poderão necessitar de cuidados. Nessa perspectiva, o cuidado deveria atingir toda a sociedade e não ser visto como algo atribuído apenas aos idosos, enfermos e crianças e ofertado apenas pelas mulheres. Para a autora, o cuidado, deveria ser a base das relações de toda a humanidade. Além disso, para Kèrgoat (2016), em estudo sobre o trabalho e o cuidado no Brasil e na França, o cuidado é o trabalho responsável pela produção do viver em sociedade, mas, no entanto, é um trabalho desvalorizado, não reconhecido, além de ser um trabalho que as mulheres não têm o direito de escolher se querem realizá-lo ou não.

Neste sentido, a manipulação das plantas medicinais no contexto doméstico acabou sendo, historicamente, compreendida e desenvolvida como uma tarefa protagonizada na maioria das vezes pelas mulheres. Embora muitos homens conheçam as ervas e saibam suas ações no organismo, geralmente quem prepara os remédios e os administra aos enfermos “de casa” são as mulheres. Isto por que, não é também por acaso, que o ofício de curar, as práticas de curandeirismo, o ato de atender ao público fica bem mais restrito aos homens, mesmo no que se refere às plantas medicinais, pelo fato destes serem socializados a partir de uma educação voltada ao ambiente público, ao contrário das mulheres, a quem é atribuída uma socialização voltada ao ambiente doméstico, como aponta Ortner (1979), em estudo dedicado a compreender a origem da relação das mulheres com a natureza.

Para Saffioti (1976), em estudo sobre o papel das mulheres na sociedade de classes, a subordinação feminina e a desvalorização do seu trabalho são preceitos existentes nas sociedades pré-capitalistas. No entanto, nestas sociedades, o trabalho das mulheres e crianças, mesmo sob domínio masculino, eram fundamentais para a manutenção da renda, pois o núcleo do trabalho era familiar. Segundo a autora, o modo de produção capitalista traz consigo a individualização da força de trabalho familiar e coloca as mulheres em uma situação de cada vez maior de desvantagem. A autora afirma ainda que esta desvantagem tem dupla dimensão: a da subvalorização de suas capacidades,

reforçando a supremacia masculina e a da sua conseqüente marginalização produtiva. Desta forma, as mulheres foram, cada vez mais, sendo relegadas às tarefas consideradas reprodutivas, onde a reprodução do viver inclui a reprodução de seres humanos aptos ao trabalho e à vida social, que, mesmo sendo uma tarefa central para sociedade, é considerada uma função de menor valor e de responsabilidade das mulheres.

Para Federici (2017), em estudo sobre a forma como a acumulação primitiva se constituiu a partir da relação com as mulheres e seus corpos, na Europa, entre os séculos XV e XVII em meio ao desenvolvimento do mercantilismo, o trabalho, a população e a acumulação de riquezas passam a ser o foco central das estratégias políticas do período, dando início a uma série de ações desenvolvidas para o controle sanitário, sexual e penal dos indivíduos pelo Estado, o que viria, com o passar dos séculos, a marcar o fim do estado monárquico (FOUCAULT, 1978, apud FEDERICI, 2017).

Até então, as mulheres, detentoras de saberes ancestrais, trabalhavam com energias, plantas e ervas, a partir das quais preparavam poções e elixires, eram compreendidas importantes por estes saberes e denominadas como curandeiras. Dentre estes saberes que as mulheres cultivavam, Federici (2017) cita que estavam as práticas, ervas e plantas capazes de controlar os processos reprodutivos e, portanto, controlar os próprios corpos e os índices de natalidade, índices estes que reduziram drasticamente quando os camponeses perderam suas terras, apontando e construindo caminhos na contramão do que se desenvolvia como prioridade política para o período, o que, para a autora, justifica muitos tribunais de inquisição terem sido compostos por iluministas e não pelo clero, como se faz crer.

O refutar dos saberes populares e tradicionais em torno das plantas medicinais, segundo Federici (2017), teve seu início na Europa ainda na Baixa Idade Média, na transição do feudalismo para o capitalismo e, como já citado, foi um dos fatores que contribuiu para a perseguição das mulheres e a morte de milhares nas fogueiras da Inquisição. Para a autora isto se deu muito mais por influência de interesses em torno do desenvolvimento do capitalismo e das próprias ideias Iluministas de apropriação das áreas do conhecimento e do positivismo do que pela própria Igreja.

Estes elementos trazidos pela autora fazem parte de um processo de invisibilização das mulheres, que segundo Perrot (2006), ao analisar a história das mulheres na Europa, faz parte de um silêncio da História oficial com relação a elas.

Portanto, a historiografia oficial deixou – e muitas vezes ainda deixa – de registrar o papel das mulheres nos grandes acontecimentos da humanidade. As mulheres, historicamente, tiveram a participação invisibilizada, subestimada ou mesmo excluída dos registros históricos oficiais da sociedade em função da prevalência da ordem social constituída. Entretanto, Perrot (2006) argumenta que existem muitas fontes que podem ser bons instrumentos para estudos sobre a participação das mulheres na História da humanidade, dentre eles estão os arquivos policiais e judiciários, que trazem muitos registros de ações e depoimentos femininos, especialmente a partir dos séculos XVII e XVIII, que para a autora dão voz às angústias e tragédias pessoais das mulheres pobres, em sua maioria camponesas excluídas da terra, que na busca pela sobrevivência protagonizaram revoltas e subverteram a ordem.

A heterogeneidade existente em torno das trajetórias de vida das diferentes mulheres está vinculada a múltiplos fatores, como classe social, etnia, origem, organização cultural, etc. Porém, independente da realidade vivenciada ao longo de suas vidas, existem questões que podem ser consideradas homogêneas a todas elas e que se impõem sobre as diferenças. Estas questões se apresentam geralmente a partir de imposições de limites para as mulheres, seja na vida privada ou na vida pública. Também se apresentam por meio de padrões culturais que devem orientar suas atuações, estando vinculados ao fato de existir papéis socialmente construídos para cada um dos sexos estabelecidos na ordem social vigente que divide a sociedade a partir do sexo e proporciona a sobreposição do sexo masculino.

Para Bourdieu (2017), em estudo sobre a forma que se institui e se reproduz a dominação masculina na sociedade, existe uma ordem inscrita nas coisas que naturaliza a dominação das mulheres pelos homens, tornando-a inevitável e muito difícil de rompê-la:

A divisão dos sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado das coisas (na

casa por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos, nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2017, p. 21)

O autor afirma ainda que esta lógica androcêntrica determina que a ordem masculina inscrita nas coisas se reproduza nos corpos, assegurando às mulheres lugares inferiorizados pela sociedade.

Neste sentido, mesmo para as práticas populares em saúde, que podem ser consideradas “marginais” dentro do contexto de saúde, existe uma certa hierarquia de gênero, onde às mulheres fica relegado o papel do cuidado com a saúde familiar e doméstica e, muitas vezes, quem exerce estas práticas de cura para o público em geral, são figuras masculinas.

Logo, o grande diferencial destas mulheres com quem desenvolvi minha pesquisa, está justamente neste caráter coletivo e público que elas desenvolveram ao longo de suas trajetórias, pois embora somente uma delas de fato desenvolva as práticas de saúde como ofício, todas elas desenvolvem estas práticas e estes saberes em prol de uma coletividade, através de suas ações na comunidade e movimento social.

Além disso, elas demonstram compreender estes saberes como um patrimônio que deve ser, ao mesmo tempo, protegido e disseminado entre os povos. Esta compreensão entra em consenso com as afirmações de Shiva (2003), em estudo que se destina a compreender como se constituem os processos de construção de pensamentos homogêneos na sociedade, onde a autora critica a utilização dos saberes locais em torno das plantas medicinais, especialmente de espécies nativas, para o desenvolvimento de novos fármacos em processos onde a indústria químico-farmacêutica se apropria dos conhecimentos sistematizados pela população em torno das espécies nativas em prol do lucro, ao mesmo tempo em que os saberes populares em torno das plantas e suas práticas seguem sendo deslegitimados na sociedade. Para a autora, a mesma ciência ocidental que refuta os saberes populares por não compreender eles como científicos e racionais, se apropria destes conhecimentos em nome da ciência para o desenvolvimento de novos fármacos, que aumentam a lucratividade das indústrias sem dar o devido retorno às comunidades que os detêm e que muitas vezes são excluídas inclusive de utilizar os tratamentos de saúde obtidos a partir dos seus saberes.

Neste sentido, Guerra e Nodari (1999), com base em um estudo global sobre a biodiversidade e a legislação da propriedade intelectual, apontam que o Brasil é um dos países do mundo considerado detentor de mega diversidade, que dada sua complexidade e magnitude, não é conhecida precisamente. Mas estimativas apontam para a existência de mais de dois milhões de espécies distintas de plantas, animais e microorganismos, sendo apontado como o país de maior diversidade genética vegetal do mundo.

Desta forma, o Brasil se apresenta como um país que desperta grande interesse das empresas multinacionais da área químico-farmacêutica, tanto pela grande biodiversidade apresentada quanto pelos saberes populares existentes em torno dela, sem os quais há uma ampliação nos custos e nos riscos de pesquisas de novos fármacos que pode acarretar na inviabilidade das mesmas.

A sociedade patriarcal aponta uma compreensão de aproximação entre as mulheres e a natureza, que segundo Ortner (1979), em um estudo dedicado a compreender a origem da relação das mulheres com a natureza, esta aproximação não está vinculada à natureza biológica da mulher e ao fato desta ter a capacidade de dar à luz e sim à uma construção social que se reproduz em todos os espaços de vivência e que vincula as mulheres ao ambiente doméstico e natural e não ao ambiente público e cultural. Assim como para Puleo (2012), que em estudo que discute a relação das mulheres com a crise ecológica existente, cita que a vinculação naturalizada das mulheres com as lutas ambientais além de ser uma inverdade, pois não existe um vínculo construído entre estas lutas e as características biológicas femininas, também é uma forma de deslegitimar aquelas mulheres que realizam esta forma solidariedade com a natureza, atribuindo a isto um caráter natural que não existe.

Desta forma, as mulheres rurais estão colocadas no centro do debate que envolve a biodiversidade, os saberes populares em saúde e a Indústria Química-Farmacêutica. Isto se dá por um conjunto de fatores que envolvem a vida destas mulheres, como o fato de viverem em proximidade geográfica com o que ainda existe de plantas nativas, por trabalharem na agricultura e por serem detentoras de muitos saberes que fazem parte das práticas do cuidado.

Dentro deste contexto, o cuidado com a saúde da família e da própria comunidade, sob a compreensão de ser um trabalho feminino, embora seja um trabalho desvalorizado perante a sociedade em geral, proporcionou que as

mulheres, que tiveram a atribuição histórica do cuidado com a família para si, desenvolvessem habilidades junto as tarefas vinculadas aos saberes populares em saúde, que foram sendo apropriados e repassados de geração para geração e permitiu que, no contexto da pesquisa, as mulheres que fazem parte deste estudo, através da organização coletiva em torno do MST, de suas comunidades, da Igreja Católica e das relações com as equipes de extensão rural, conseguissem tornar estas práticas e saberes de saúde como fonte de protagonismo e de referência em seus espaços de vivência social.

Esta situação se constituiu pela vivência coletiva, que permitiu que elas ultrapassassem a barreira do cuidado doméstico que lhes é imposta e construíssem, a partir da solidariedade, uma outra noção de cuidado e de relação com a natureza e com o mundo em si, semeando a partir de suas práticas técnicas de resistência às opressões vivenciadas e de reinvenção de si próprias, revendo conceitos e preconceitos. As dificuldades vivenciadas tanto nos acampamentos do MST quanto nos primeiros anos de assentamentos possibilitaram a transformação delas a partir da necessidade e da solidariedade. A vida na terra conquistada, nos assentamentos e na comunidade permitiu a construção de novas realidades e perspectivas e a reafirmação de novos saberes e elas se fortaleceram como referências no cuidado à saúde tanto para seus familiares, quanto para suas comunidades e para o próprio Movimento Sem Terra.

A partir das relações com as plantas medicinais e seus saberes, estas mulheres se relacionam com seu meio, atribuindo novos valores aos seus saberes e novas formas de sociabilidades. As relações tecidas nos acampamentos e depois nos assentamentos proporcionam reconhecimento, valorização e construção da autonomia pessoal e social das mulheres rurais, que permitem que elas se emancipem enquanto sujeitos de suas vidas.

Estes processos de construção de autonomia e emancipação são compreendidos aqui de acordo com o que afirma Freire (2002), em estudo sobre a postura dos educadores diante de seus educandos na busca por uma educação que vise a liberdade e a autonomia, só podem ser construídas processualmente, a partir da interação entre as pessoas e os saberes. A construção de sujeitos de suas próprias vidas se dá a partir da assunção deles enquanto seres sociais.

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a "outredade" do "não eu", ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (FREIRE, 2002, p. 12)

Desta forma, a construção realizada pelas mulheres que contribuíram para esta pesquisa relaciona as plantas medicinais, suas trajetórias de vida, seus saberes e sua coletividade em torno de seus processos de emancipação.

1.2 TRILHANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Minha relação com as mulheres do MST, constituída a partir de inserções como mediadora social nos assentamentos da reforma agrária, não se limitou a uma relação profissional. Eu e as mulheres rurais assentadas ao longo desta trajetória, cultivamos relações de afeto, respeito e amizade. Esta aproximação, em muitos casos, se concretizou a partir das dos saberes e dos fazeres em torno das plantas medicinais. Desta forma, sempre tive uma proximidade ainda maior com as mulheres adultas, seja pela trajetória de vida ou pelo aporte de saberes que carregam consigo, a partir dos quais produzem reflexões e ações objetivas em torno da realidade, que sempre despertaram meu interesse.

Este respeito, afeto e interesse por elas, por seus saberes, fazeres e experiências, desenvolvidos ao longo da minha vivência, foram determinantes na escolha do tema da pesquisa. No entanto, esta experiência enquanto pesquisadora, se baseia na rica experiência de campo, vivenciada ao longo de minha trajetória profissional e pessoal, mas foi impulsionada pela oportunidade acadêmica de refletir sobre a prática e a realidade.

Para Deslauriers e Kérisit (2008), em estudo sobre o delineamento da pesquisa qualitativa, é imprescindível neste tipo de pesquisa o caráter pessoal, o estar presente. Para os autores, o envolvimento emocional do pesquisador com o objeto da pesquisa se constitui como um ponto de partida. Desta forma, compreendo que meu envolvimento prévio com o tema e com as mulheres rurais assentadas foram fatores decisivos para a escolha do tema dessa pesquisa.

A escolha pela abordagem qualitativa também se deu ainda durante o delineamento do tema de pesquisa, pois, para compreender as relações entre as

mulheres rurais e as plantas medicinais, é preciso vislumbrar não apenas as práticas sociais, mas também os valores e significados socialmente construídos por estas mulheres, o que gera dados que nem sempre são passíveis de ser quantificados. Neste sentido, Minayo (1993, p. 21) conceitua a pesquisa qualitativa como aquela que se dedica a analisar um nível de realidade difícil ou impossível de ser mensurado em números, na medida em que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Assim que o tema da pesquisa foi delimitado, iniciei uma pesquisa bibliográfica, a fim de me aproximar teoricamente e compreender a complexidade das reflexões existentes em torno do fenômeno social. Esta ferramenta foi sendo reestruturada e adaptada ao longo do desenvolvimento da pesquisa, com vistas a maior aproximação das diferentes realidades que se apresentaram. Estas adaptações teóricas fazem parte da metodologia da pesquisa qualitativa, como apontam Deslauriers e Kérisit (2008, p. 137) quando afirmam que o pesquisador não deve ser escravo da teoria e que “a teoria deve ser vista como um mapa marítimo e não como uma linha férrea”. Assim, busquei compreender a teoria como um suporte orientador durante a coleta de dados a campo e um elemento de diálogo entre os dados obtidos durante o campo e as interpretações e reflexões que consegui elaborar no processo de análise. A elaboração de uma dissertação fundamentada na metodologia da pesquisa qualitativa apresentou-se para mim um grande desafio, especialmente pela minha formação na área da saúde, que é um campo mais técnico e objetivo.

Como já ressaltai, a opção pelo tema e problema de pesquisa está diretamente vinculada às minhas relações pessoais, profissionais e vivências coletivas com as mulheres rurais assentadas. Logo, foi junto às minhas recordações e memórias que resgatei algumas reflexões construídas durante o período que contribuí como mediadora social, junto aos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul, no escopo do Programa de ATES. Este programa previa como uma ação anual a sistematização de experiências por parte de cada núcleo operacional e que anualmente deveria ser encerrada através da apresentação de um documento escrito que resumisse a experiência. Como responsável por esta ação e pelo produto final dela, passei a realizar anotações e reflexões sobre aspectos das realidades vivenciadas, assim como conversas

informais que estabelecia com as mulheres rurais e trabalhadores assentados. Desta forma, meu caderno de campo passou a ser usado também para este fim. Estas reflexões, observações e conversações, que se encontravam sistematizadas, também foram utilizadas como dados para o desenvolvimento da pesquisa.

Além disso, realizei uma análise documental a partir de documentos estatais públicos, relatórios técnicos de ATES e cadernos de setores do próprio MST relacionados ao tema, a fim de entender melhor a realidade vivenciada pelas mulheres. Esta pesquisa documental se deu de maneira complementar, buscando aprofundar a compreensão da realidade vivenciada a partir das observações construídas pelos dados de campo e da conexão destas com suas bases temporais, proporcionando vislumbrar as transformações ocorridas ao longo do tempo nas concepções sejam coletivas ou individuais, assim como as conexões entre estas concepções e as orientações normativas de atuação existentes. A possibilidade de correlacionar os dados obtidos à campo com os documentos existentes é compreendida por Cellard (2008) como uma das principais contribuições deste tipo de pesquisa, pois além de trazer os elementos concretos de orientações normativas que podem ser analisados junto às atuações dos diferentes sujeitos, também garante, em caso de outros tipos de documentos que a memória não altere os fatos, pois, a documentação permite que fatos que poderiam ser esquecidos pela memória, estejam presentes. No entanto, o autor reafirma a necessidade de análise em torno dos documentos como parte da metodologia de pesquisa com esta fonte, questionando seu contexto e qual a representatividade das informações contidas neles.

Inicialmente, o estudo estava programado para ser realizado a partir da realidade de cinco mulheres. A escolha destas mulheres não se deu de maneira aleatória, elas foram escolhidas por terem contribuído, em dado período, com o setor estadual de saúde do MST, em diferentes regiões do estado e por serem referências em suas regiões e comunidades. No entanto, durante a realização de uma primeira entrevista composta por um roteiro semiestruturado, as declarações de uma mãe a respeito da filha me instigaram a incorporar mais esta mulher ao estudo. Sua incorporação trouxe muitos elementos importantes, que contribuíram efetivamente com a pesquisa. Desta forma, o estudo foi composto a partir de seis mulheres, assentadas em diferentes regiões do RS, escolhidas intencionalmente

em função do protagonismo e referência construídos nas reflexões e ações em torno do uso de plantas medicinais e de saberes referentes às práticas populares de saúde junto às suas famílias, comunidades e às instituições com as quais tecem relações.

A diversidade apresentada em função das diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres em suas regiões e assentamentos rurais permitiu vislumbrar as relações entre as mulheres e as plantas medicinais de maneira mais rica. Embora buscasse descortinar as diferentes nuances destas relações e de suas trajetórias de vida, permitindo desvelar as formas de construção da emancipação a partir de diferentes realidades, elas se apresentaram muito próximas, entretanto, com algumas particularidades. Vale ressaltar que a abordagem, a partir de um estudo único, se fez possível pela compreensão de que elas pertencem a um mesmo meio social e político, mediado pela coletividade construída em torno do MST, embora se encontrem em diferentes regiões do estado.

Desta forma, foram realizadas entrevistas junto às mulheres a partir de um roteiro semiestruturado temático, através do qual procurei compreender suas trajetórias de vida e suas relações com as plantas medicinais, pela elaboração das seguintes categorias analíticas: trajetórias de vida, saberes, significado, ciência e conhecimento, cultura, crenças e ritos, divisão sexual do trabalho, cuidado, afeto, relações de gênero, comunidade, família, preconceitos e conflitos, SUS, ATES e Igreja. Além destas, emergiu da pesquisa de campo a categoria escola ou instituição escolar, que foi absorvida para fins analíticos pela importância assumida nas vidas das mulheres entrevistadas. Os dados foram analisados e sistematizados a partir das categorias analíticas. Estas categorias foram reagrupadas em torno de diferentes eixos temáticos, que foram articulados com aportes teóricos, a fim de trazer luz para a análise e interpretação dos dados, bem como melhor composição dos diferentes capítulos desta dissertação. O roteiro semiestruturado que embasou as entrevistas junto às mulheres se encontra no anexo A do presente texto.

Durante as entrevistas eu questionei cada uma das mulheres sobre qual sua planta preferida. As mulheres entrevistadas receberam um codinome, com o propósito ético de preservar suas identidades. Além disso, esta foi uma maneira singela de demonstração de afeto e gratidão pela contribuição proporcionada à

pesquisa e, sobretudo, ao meu processo de formação. Farei, então, uma breve caracterização de cada uma, a fim de situar o/a leitor(a) sobre elas e os contextos e realidades aos quais estão inseridas.

Marcela e Tansagem são mãe e filha. Vivem em um assentamento em uma cidade próxima a Porto Alegre, na região metropolitana do RS, cada uma em seu lote. Marcela, 63 anos, casada, é mãe de três filhos. Tem muitos netos e alguns bisnetos. Estudou até a terceira série, atualmente aposentada e produz a partir de um sistema de agricultura orgânica. Tansagem 44 anos, casada, é mãe de duas filhas e avó de alguns netos. Tem o ensino médio completo e técnico em enfermagem. Atua como agente comunitária de saúde dos assentamentos do seu município e produz com base em um sistema agrícola de produção orgânica.

Maçanilha vive em um assentamento da região central do RS. É casada, tem 62 anos, 3 filhos e uma neta. Ela não se alfabetizou, segundo ela, em função das dificuldades de acesso à escola. É aposentada e produz por sistemas orgânicos de produção.

Camomila, 54 anos, também vive na região central do RS, em um município vizinho ao de Maçanilha. Casada, mãe de dois filhos, tem dois netos. Estudou até a quarta série e, apesar de produzir com base no sistema convencional de produção, tem uma produção diversificada para o autoconsumo, na qual não usa agrotóxicos e comercializa os excedentes no sistema porta-a-porta.

Melissa, 65 anos, já aposentada, vive em um assentamento da região noroeste do RS. É casada e tem dois filhos e quatro netos. Estudou até a terceira série e produz com base em um sistema orgânico de produção. Ela é a única das seis entrevistadas que incorporou as plantas medicinais como uma fonte de geração de renda.

Arruda vive em um assentamento da região norte do RS. Não informou a idade, é casada, tem três filhos e cinco netos. Ela é pós-graduada, atua na direção e coordenação de uma escola técnica do MST e não informou o sistema de produção em seu lote.

Embora Maçanilha e Camomila sejam nomes populares da mesma planta - *Matricária chamomilla* – optei por manter os codinomes, pois simbolizam também a riqueza cultural existente em torno das plantas, onde a mesma espécie apresenta diferentes nomenclaturas populares, além de demonstrar a existência de diferentes origens culturais dentro de um mesmo meio social.

O quadro abaixo resume as informações sobre cada uma das mulheres que contribuíram com a pesquisa:

Quadro 1 – Caracterização das mulheres que contribuíram com a pesquisa

CODINOME	IDADE	ESCOLARIDADE	REGIÃO DE ORIGEM	REGIÃO ONDE VIVE	TIPO DE AGRICULTURA
Marcela	63	Ensino fundamental incompleto	Norte	Metropolitana	Orgânica
Tansagem	44	Ensino médio/técnico completo	Norte	Metropolitana	Orgânica
Maçanilha	62	Não alfabetizada	Norte	Centro	Orgânica
Camomila	54	Ensino fundamental incompleto	Norte	Centro	Convencional
Melissa	65	Ensino fundamental incompleto	Norte	Noroeste	Orgânica
Arruda	Não informado	Pós graduada –	Norte	Norte	Não informado

Fonte: autora

A construção da pesquisa, do início ao fim, foi permeada pela emoção e sensibilidade, pois acredito que na construção da ciência é preciso combinar conhecimento e sensibilidade. Durante a elaboração de cada um dos capítulos a releitura das falas e a atribuição de sentido a elas me trouxeram a certeza de que a temática não poderia ter sido outra. Esta dissertação é fruto de uma pesquisa fortaleceu as minhas esperanças e convicções de que podemos construir um mundo mais justo, pois estas mulheres reforçam, a todo o momento, a esperança na construção de mundo melhor para todos os seres vivos.

1.3 PLANO DA OBRA

A presente dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro deles busco compreender como se desenvolvem os processos de apropriação e de transmissão dos saberes populares sobre as plantas medicinais e os objetivos de sua utilização pelas mulheres rurais beneficiárias da reforma agrária, especialmente dentro de suas famílias e de suas comunidades de pertença.

No segundo capítulo procuro entender de que maneira as mulheres rurais, militantes do MST, ressignificam as práticas do cuidado, a partir das relações sociais tecidas por meio dos usos das plantas medicinais e do potencial desta relação com as plantas para o reconhecimento social e construção da autonomia feminina no campo.

E, por fim, no terceiro capítulo, analiso as formas que estas mulheres se relacionam com instituições públicas de saúde e prestadoras de serviços de extensão rural a partir de financiamento público, instituições religiosas e escolares a fim de transmitir e afirmar seus saberes e fazeres sobre as plantas medicinais.

2 MULHERES DO CAMPO E SABERES TRADICIONAIS

Neste capítulo, procuro compreender os processos de apropriação dos saberes tradicionais sobre as plantas medicinais e os objetivos de sua utilização pelas mulheres rurais beneficiárias da reforma agrária, identificando as formas de transmissão e as relações estabelecidas por meio destes conhecimentos nas famílias e nas comunidades de pertença.

Na primeira seção, apresento as trajetórias de vida destas mulheres a partir das relações estabelecidas com as plantas medicinais, as origens de seus saberes populares em saúde e como eles permearam as diferentes etapas de suas vidas na construção de processos emancipatórios. Em sequência, discuto quais as formas e os motivos que as levam a transmitir os saberes populares sobre as plantas medicinais, assim como os processos contidos nestas transmissões. Por fim, discuto seus saberes a partir da divisão sexual do trabalho, buscando entender os processos de sucessão dos saberes em seus espaços de convívio, a partir das relações do saber-fazer e do fazer-aprender e da valorização das próprias práticas para a construção de relações mais equitativas no campo.

2.1 TRAJETÓRIAS DE VIDA: O APRENDIZADO SOBRE AS PLANTAS, AS DIFICULDADES ENFRENTADAS E A LUTA POR DIREITOS

As mulheres rurais pesquisadas se autodenominam de Mulheres Sem Terra. Elas desenvolveram esta identidade ao longo de suas trajetórias de vida, a partir da necessidade de lutar para ter um pedaço de chão para viver e dos processos de organização social que estabeleceram em prol do objetivo de conquista da terra. Hoje, mesmo entre as que não são dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, muitas se autoproclamam Sem Terra, em função de um sentimento traduzido pelas mesmas como “pertença ao MST”. Embora apenas duas das entrevistadas sejam consideradas dirigentes do movimento Sem Terra, todas as seis se consideram parte deste movimento e se constituíram como referências na área da saúde popular de seus assentamentos e comunidades. Este sentimento se traduz pela fala de Tansagem, a mais jovem das entrevistadas e a única que foi ainda adolescente para o acampamento do MST, junto com seus pais:

O MST pode tentar sair de mim, mas eu não vou sair dele ou vice-versa. Então, é aquele ditado que diz: “Filho de peixe, peixinho é”. Então, a gente sempre tá ali, é uma marca que a gente traz.

Esta autodenominação político-ideológica utilizada por elas é compreendida por Caldart (2000), em estudo sobre a pedagogia do movimento Sem Terra, como uma denominação de sujeito coletivo, construída por uma identidade própria. Isso significa que elas, quando se denominam mulheres Sem Terra, estão se autoafirmando como parte deste movimento. Mesmo após terem conquistado a terra, seguem identificando-se como Sem Terras, no sentido figurado como forma de reafirmar comprometimento com as causas do MST.

As trajetórias de vida que levaram elas a se tornarem componentes do MST e referências dentro de suas comunidades são singulares. No entanto, apresentam pontos em comum, como o fato de serem filhas de camponeses de origem humilde e de terem começado seus contatos com as plantas medicinais ainda na infância, pela observação de práticas e ensinamentos das mães, avós e /ou avôs. Melissa relembra que sua mãe era parteira e que muitas crianças da sua comunidade “nasceram pelas mãos dela”, conforme depoimento: “então, minha mãe era parteira, nas mãos dela nasceram mais de 200 crianças lá na colônia onde a gente morava”. Conta ainda que foi a partir das práticas da mãe que teve seu primeiro contato com as ervas medicinais. Sua mãe a incentivava quando solicitava que buscasse na horta as plantas necessárias tanto para compor a cesta, que levava junto quando era chamada para fazer os partos, quanto para produzir outros remédios que fazia para familiares e conhecidos.

Assim como ela, Marcela conta que a avó benzia e fazia garrafadas e seu contato com as plantas medicinais também começou pela transmissão de conhecimentos acumulados pela avó:

Eu tinha a minha avó, né, que sempre trabalhou com os chás, fazia garrafada de remédio naquela época e as pessoas iam na casa dela buscar. Que lembrança boa essa! Os remédios dela eram feito igual tintura. Eu me criei vendo aquilo... Naquele tempo mesmo, há 40 e poucos anos atrás, não tinha SUS, era pago consulta, era pago tudo particular. E por isso, eu acho, e também por ter essa grande dificuldade de morar longe da cidade, longe de um médico, é que a gente usava muito mais as plantas medicinais, né?

Nesta fala ela compara a prática da avó, das garrafadas, com a produção de tinturas a base de plantas, nomenclatura apreendida por ela dentro das formações proporcionadas nos assentamentos e acampamentos e relembra que aquelas práticas fizeram parte de toda sua infância. Marcela também fala sobre o fato da avó benzer:

Eu não aprendi a benzer, sinto muito que eu não aprendi com minha vizinha. Mas, acredito que tem relação do benzimento com as plantas medicinais. O único benzimento que eu aprendi com a minha avó, que ela me ensinou para benzer as crianças. É só um, que eu benzo as crianças novinha para quebrante. É muito lindo aquele benzimento, já ensinei para muitas mães.

Ela se emocionou ao lembrar das práticas e dos ensinamentos repassados pela avó, mas lamenta por não ter aprendido todos os benzimentos com a avó e demonstra compreender que esta é uma prática que tem, gradualmente, se perdido com o passar dos tempos, tornando rara pelo fato de não ser apropriada como as plantas medicinais.

Camomila também faz a associação de sua trajetória de vida com os remédios caseiros e relembra sua infância junto da avó, que também benzia e fazia remédios. Ela também cita a distância do local de moradia a outro tipo de atendimento à saúde como um elemento que contribuiu para a reprodução, repasse e valorização destas práticas. E ainda relembra que a avó, além dos saberes sobre as ervas e os benzimentos, também transmitiu valores, como o de não negar ajuda a quem necessitava.

Mas olha, esses remédio medicinal vêm de casa, assim que a gente diz, por que minha vó benzia de quebrante, mal olhado, que diziam olho grande, e fazia chá caseiro. Assim, quando as pessoas chegavam até ela prá pedir, ela nunca negava, foi o exemplo que ela me deu, que até hoje eu tenho como herança. Então, desde o tempo de nova, eu fazia, por que me criei com a minha vó e daí já vinha tomando chá e ensinando chá. Era tudo, na base de chá. A gente sempre morou para fora, era longe, nunca morou na cidade. Daí o remédio mais principal pra nós é os de ervas medicinais. (CAMOMILA)

Neste período, citado por Marcela e Camomila, não existia um sistema de saúde pública que fosse destinado ao atendimento das populações do campo. Segundo Brumer (2002), em estudo sobre a previdência social rural e gênero no Brasil, somente a partir do final da década de 1960 que esta parte da população

passou a ter estabelecido, por lei, assistência médica e hospitalar através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Além das dificuldades de atendimento à saúde, a dificuldade de acesso à educação pela população que vivia no campo também foi relatada pelas mulheres rurais entrevistadas como uma lembrança muito forte da infância e da juventude. Compreendo que este fato se faz presente nos relatos por que estas mulheres ainda hoje sentem as consequências dele e da importância que a educação do campo e suas conquistas têm hoje na vida das crianças e jovens dos assentamentos, possibilitando oportunidades de estudo não vivenciadas por elas, pois, embora não fizesse parte do roteiro semiestruturado temático, utilizado para orientar as entrevistas, o tema apareceu em praticamente todas as falas.

Arruda relembra que, mesmo sendo de uma família muito humilde, teve muita sorte, pois seus pais reconheciam a importância da escola, incentivando as filhas aos estudos escolares:

Eu sou filha de pequenos agricultores, família muito pobre, residente na comunidade de Bela Vista, Ronda Alta. Somos duas filhas, os meus pais sempre incentivaram, naquela época, que a gente estudasse. Então, eu acho que eu e a minha irmã somos privilegiadas nessa sociedade, por há mais de 50 anos atrás os pais terem essa ideia, essa vontade de ver suas filhas estudando. Daí minha irmã foi para a área da saúde, enfermagem e o pai sonhava muito de ter uma filha professora... Não sei se foi o sonho dele, só sei que eu gosto até hoje de ser professora. Não escolhi muito, mas até hoje eu gosto do trabalho da educação. Eu trabalhei na comunidade em que eu nasci, me criei e fui alfabetizada e hoje tô aposentada e sigo trabalhando na direção do Instituto. (ARRUDA)

Ela demonstra que se sente privilegiada, embora seja originária de uma família humilde, pelo fato de seus pais incentivarem ela e a irmã a estudar, pois esta não era uma atitude muito comum naquele período.

Esta afirmação me remete ao que aponta o estudo realizado por Perrot (2006), onde busca reafirmar a História das mulheres na Europa ao longo dos séculos, em oposição a autores que silenciaram sobre esta historicidade. A autora atribui a inserção tardia das mulheres aos processos de alfabetização e a falta de domínio da escrita como fatores que contribuíram para esta invisibilidade histórica. Embora sua reflexão sobre o domínio da escrita seja sobre mulheres de classes populares da Europa entre os séculos XV a XVII, infelizmente a afirmação ainda apresenta reflexos na realidade das mulheres do mundo todo, especialmente nos

países que passaram por processos de colonização exploratória, como é o caso dos países Latino-Americanos².

Segundo Conte (2013), em estudo sobre a História das mulheres camponesas na América Latina, a educação formal tardou muito a chegar até meio rural brasileiro, tendo suas primeiras ações massivas entre 1920 e 1940 e anteriormente este acesso se concretizava apenas em ações da igreja, paralelamente à catequização. Além disso Conte (2013) cita que, até a década de 20, no Brasil, os únicos projetos de alfabetização de comunidades do campo e das florestas eram realizados pela igreja de maneira paralela à catequização.

Desta forma, se justifica a sensação de privilégio apresentada por Arruda em função de, em meados dos anos 50, ver seus pais repassarem às filhas a compreensão da importância de estudar e incentivá-las para isso. Este dado, trazido por Conte (2013), também explica outro fato relatado por Arruda: o de que cerca de 60% das pessoas que compunham o acampamento de luta pela terra em 1981 eram analfabetas e que este era um problema social das comunidades do campo.

Maçanilha, por sua vez, também descreve as dificuldades e os limites de acesso à educação formal em sua vida, cita que nunca frequentou regularmente a escola e aponta este fato como principal motivo para ela não ter aprendido a ler e a escrever.

Eu sou analfabeta, tudo que sei tá na minha cabeça. As receita, os benzimento, tudo que minha mãe ensinou tá aqui, na minha cabeça. Minha mãe não era parteira. Ela fez uns parto, na precisão, mas não era parteira. Ela benzia e fazia remédio e me ensinou bastante.

Deste relato emerge, de maneira mais nítida, que só foi possível chegar até o momento atual com todos os saberes e fazeres acumulados sobre as plantas medicinais por que a base de transmissão foi intergeracional. Os povos que tradicionalmente utilizaram as plantas ao longo dos séculos transmitiram estes saberes e fazeres através da fala e das experiências vividas em suas famílias e comunidades. Estes povos, na sua maioria, não tiveram acesso à educação formal.

² Definição apresentada por Eduardo Galeano (2010) no livro *As veias abertas da América Latina*.

As dificuldades de acesso à escola pelas comunidades do campo trouxeram consequências que ainda hoje são sentidas e vivenciadas. No entanto, durante muitos anos, a maioria dos projetos de educação que historicamente chegou até a população do campo desconstruiu as bases da cultura local em busca da construção de uma lógica voltada ao desenvolvimento, como afirma Morin (2001), em uma mesa-redonda, organizada pelo CDS (Centro de Desenvolvimento e Sustentabilidade) da UnB (Universidade de Brasília) em 1999, entre o autor e Terena (militante das causas indígenas) que foi transformado no livro *Saberes Globais e Saberes Locais o olhar transdisciplinar*. Para o autor, a cultura europeia e ocidental atribuiu ao atraso e a infantilidade toda a cultura que fosse diferente da sua, negando-lhes lógica e razão, e a alfabetização, da maneira que foi desenvolvida em muitos projetos, além de apresentar o alfabeto, também destruiu culturas orais milenares.

Logo, tomando como referência a realidade descrita através das entrevistas e a literatura em torno dela, se torna nítida a importância de projetos educacionais que tenham em vista a preservação dos saberes populares locais, tomando-os como elementos que carregam potencial para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Para isto, é necessário que haja disponibilidade de escolas do campo e, além disso, que haja identidade entre as escolas e as comunidades nas quais estão inseridas, de tal forma que uma seja espelho para a outra, pela elaboração de projetos pedagógicos orientados para suas realidades, primando pela manutenção dos valores culturais e dos saberes populares e pela demonstração de sua importância para a sociedade como um todo. Ressalto aqui o termo saberes populares como todo o conhecimento construído e acumulado por comunidades locais e que utilizo nesta pesquisa o termo saberes populares em saúde quando me referir aos saberes e às práticas de saúde que são realizadas pelas comunidades locais.³

³ Este termo está associado ao desenvolvimento da Educação Popular em Saúde, que segundo Vasconcelos (2017), surgiu no Brasil a partir da década de 1970, quando profissionais de saúde de diferentes regiões do país começaram a migrar para as periferias urbanas e rurais e a buscar inserção comunitária para trabalhar junto à população. Desta forma, estes profissionais passaram a se relacionar com os movimentos sociais emergentes e sob influência das ideias de Paulo Freire e de uma educação libertadora influenciaram diretamente na criação do SUS.

Um exemplo de ação educadora que valoriza os saberes populares locais é justamente a ação realizada através dos saberes compartilhados por estas mulheres que, muitas vezes, solidariamente, se propõem a contribuir com as escolas que seus filhos, netos ou vizinhos frequentam, buscando oportunizar às novas gerações uma realidade que a elas foi negada: de estudar, mas valorizando os saberes do seu meio, como veremos na próxima seção. No entanto, cabe resgatar aqui, que estas ações são realizadas justamente por que outra estrutura de aprendizado foi construída, fortalecida e valorizada por estas mulheres ao longo de suas vidas, de tal forma que obtiveram na validação popular de suas práticas o reconhecimento necessário para que hoje possam atuar dentro das escolas e permitir às crianças e à juventude de suas comunidades o acesso à educação formal que não tiveram.

As trajetórias de vida destas mulheres também trazem consigo a marca da organização coletiva em prol da conquista de direitos. Apenas Tansagem conheceu o acampamento junto aos pais, todas as demais, inclusive sua mãe, Marcela, foram acampar ainda jovens, mas com família constituída, em busca de um pedaço de terra para viver e se sustentar.

Todas as entrevistadas identificam-se como católicas e descrevem relações próximas com setores progressistas da Igreja que influenciaram nas relações com o MST. Arruda aponta que sua trajetória dentro de organizações coletivas iniciou nas comunidades eclesiais de base:

Eu já era casada ali e, então, eu e meu marido entramos para o grupo das CEBs. Aí, a gente foi também, dentro disso, tendo uma formação política e aprendendo a importância da luta pela terra... Já era uma região que em 1961, 1962 teve a ocupação da fazenda Sarandi, no tempo do Brizola. Então, já vinha com um exemplo ali e daí em 1978 deu conflito na área indígena Nonoai/ Planalto, os índios contra os colonos. Aí a gente já foi se envolvendo e sentindo os primeiros conflitos de pobre contra pobre. Todos os parentes, esse povo que foi expulso da área indígena, queria o fim dos índios. Por que era um problema de consciência também política e a gente foi ajudando nesta desconstrução, até que em setembro de 1979 houve a ocupação de duas fazendas no município e o pessoal foi assentado. Quer dizer, é uma herança também das lutas que a gente leva. E isso foi incentivando nós para, em 1981, construir o acampamento da Encruzilhada Natalino. Então, meu marido e eu somos desse acampamento, da Encruzilhada Natalino. (ARRUDA)

Ela acrescenta que as lutas conjuntas da década de 1980, período marcado pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela organização de mulheres rurais,

permitiram a conquista de muitos direitos, entre eles o reconhecimento da categoria agricultora ou trabalhadora rural, que até então não era reconhecida.

[...] as mulheres da roça podiam ir até com o CPF do marido para resolver algumas coisas, não tinha modelo de produtor, nada. Aqui no RS, se não me engano, foi em 1984 que o Pedro Simon, o primeiro governador que autorizou o modelo de produtor para a mulher. Mas não é por que ele é bom, não, é porque foi uma luta nossa. Então, nós tivemos uma luta muito grande pela documentação da mulher, por uma questão de identidade, né e também com isso foi garantindo os direitos sociais. Tanto é que em 1988, né, na constituição de 88 a gente avançou para o direito da aposentadoria da trabalhadora rural. (Arruda)

Arruda ainda complementa dizendo que estas foram importantes conquistas que encorajaram as mulheres a continuar organizadas nos processos de luta, dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município de origem:

Sabe, minha filha completou 34 anos. Eu tava com ela com 4 meses quando nós tivemos um processo eleitoral em Ronda Alta, do Sindicato, tanto que foi uma das primeiras conquistas nossas. Foi a derrubada do Sindicato que a gente chamava de "sindicato pelego". E nós trabalhamos muito nisso, muito, muito, muito, por que uma das propostas de governo do nosso candidato para assumir o sindicato era de associar as mulheres. Nós, todas as mulheres, fizemos a campanha com os homens, por que nós mulheres não podíamos votar. Ficamos até as 3 da manhã esperando o término do escrutínio. E eu com a bebê com 4 meses, noite a dentro, assim no cantinho das casas, para não pegar muito sereno... As minhas filhas se criaram assim, né. Da outra, fiz cesárea e quando ela tinha 10 dias eu já tava junto com o pessoal na luta pelo hospital dos trabalhadores, audiência com Cotrisal. Uma semana antes dela nascer, também teve uma assembleia na Cotrisal que eles não deixaram a gente entrar, nós as mulheres... Uma semana depois ela nasceu, elas vieram bem em um período do forte da luta.

Este depoimento reconstituiu uma peculiaridade da luta interna nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: o fato que as mulheres, na busca por reconhecimento do direito de se filiar ao sindicato e, desta forma serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, tiveram que, além de apoiar candidaturas masculinas que fossem favoráveis à sua pauta, fazer campanha junto aos homens, pois elas não tinham direito a voto. Logo, necessitavam convencer uma maioria de homens de que a chapa que apoiasse suas pautas era a melhor opção para dirigir o sindicato. Isto demonstra que a unidade obtida na conquista destes direitos teve que ser mais ampla, elas tiveram que convencer seus companheiros de vida e seus companheiros de luta que tinham tanto direito

quanto eles, demonstrando que houve uma unidade construída entre homens e mulheres do campo pela conquista destes direitos.

Os fatos em torno das conquistas de direitos pelas mulheres rurais no Brasil na década de 1980 que são descritos na bibliografia, são reafirmados pelas memórias das mulheres rurais: os processos de coalizão de forças populares na luta pela aprovação de direitos constitucionais no Brasil, que desencadeou movimentos unificados de mulheres rurais trabalhadoras pela conquista de direitos até então inexistentes, que incluíam o direito à propriedade de terra pelas mulheres, somente foi conquistado legalmente com a Constituição de 1988, assim como o direito à aposentadoria rural, ao auxílio doença e à licença maternidade rural. Estes direitos só foram efetivados em função das grandes mobilizações construídas em prol deles e do reconhecimento da categoria agricultora ou trabalhadora rural, como afirma Brumer (2002):

Já no início da década de 80, a inclusão na pauta das reivindicações da extensão da aposentadoria às mulheres trabalhadoras rurais e a mobilização das próprias mulheres foram vistas como uma estratégia política. Essa mobilização, que incluiu encontros com milhares de participantes e caravanas a Brasília, para pressionar os parlamentares que deveriam discutir e aprovar a nova legislação, foi intensa e constituiu um fator importante na aprovação das leis incluídas na Constituição de 1988 (BRUMER, 1990, 1993, apud BRUMER 2002).

Quando questionei Marcela sobre onde estavam as plantas medicinais neste tempo de luta por direitos ela não pensou muito para responder:

Junto com nós, nas atividades, nas lutas, a gente levava chá, pomada pros calos quando tinha marcha. E também a gente sempre escutava o povo, por que quando a gente fica muitos dias fora de casa, as vez, só de ser ouvido um pouco a gente já melhora, por que a dor as vez é a da saudade.

Logo, as plantas medicinais sempre estiveram presentes, junto com estas mulheres, em cada uma destas atividades, seja junto às equipes constituídas, especificamente para atendimento popular à saúde quando necessário, que possuía uma pequena “farmácia” com remédios fitoterápicos, seja em suas sacolas, onde havia um chazinho para os “nervos”, caso o “caldo engrossasse” ou para indigestão, caso a “bóia estivesse gorda”. As mulheres rurais, em todos os processos de mobilização social, sempre carregam consigo seus saberes e ervas

medicinais, mas também carregam sempre o afeto e a acolhida, que segundo Marcela, são também remédios.

Neste sentido, as primeiras lutas foram por um pedaço de chão para viver, seguidas das lutas pelo reconhecimento profissional da atividade agricultora, para que, a partir deste reconhecimento seguissem lutando por direitos básicos. Porém, os saberes e as práticas em torno das plantas medicinais sempre permearam as atuações das mulheres rurais e determinaram seu reconhecimento como referências individuais e comunitárias.

Tansagem descreve a chegada no local de destino, a constituição do assentamento, como um processo que também necessitou muita resistência e coragem para render os frutos esperados, ela descreve a dor dos preconceitos vivenciados e demonstra que a conquista do respeito no município se deu pela vivência prática dentro dos assentamentos, que hoje inclusive mudou a referência do local. Em resumo ela reconhece que tudo valeu a pena, conforme depoimento:

Temos uma linda história de vida aqui, conquistamos nosso espaço, que, em primeiro lugar, tivemos que conquistar nosso espaço aqui no município. Mostrar da onde a gente veio e dizer que a gente é fortalecido pelas raízes, pela terra em primeiro lugar, né? [...] Nós chegamos em um município aonde que eram os coronéis que mandavam e eu lembro do preconceito que vivemos. [...] Quando chegamos aqui tinha a festa do melão, era a terra do melão, hoje é a terra do orgânico.

Marcela, por sua vez, menciona também a importância do SUS (Sistema Único de Saúde) e entende que sua conquista, manutenção e fortalecimento são pautas específicas que integraram as lutas das mulheres rurais:

Hoje a saúde é bem avançada, por que teve a nossa luta, que nós fizemos pelo SUS. Porque o SUS, nós temos por causa de uma grande luta, da classe trabalhadora, e agora tá para morrer também, por que tão querendo tirar nossos direitos. É importante por que a gente sempre trava esta luta pelo SUS também, por que além de nós tomar o chazinho, se cuidar com as plantas medicinais, a gente precisa fazer a prevenção, fazer os exames, fazer os check-up para se cuidar e isso é o SUS que fornece.

A saúde passou a ser pauta do MST com organização coletiva em torno dela em meados dos anos 1990 e a base de sua construção sempre foi o fortalecimento do SUS, compreendido como uma conquista dos movimentos sociais da década de 1980 e a valorização dos saberes e dos usos das plantas

medicinais, como forma de resistência camponesa na área da saúde ao modelo de saúde baseado no que denominam “cultura da medicalização”, como aponta o *Caderno de Saúde N°01 do MST: “Lutar por Saúde é Lutar pela Vida”*.

As pautas de lutas do movimento Sem Terra sofreram mudanças, assim como as mulheres Sem Terra também foram se transformando, se organizando internamente e reivindicando espaços de destaque em seus assentamentos, suas comunidades e dentro das instâncias do próprio movimento Sem Terra. Desta forma, estas mulheres foram se constituindo como protagonistas de suas próprias histórias, o que permitiu que, ao mesmo tempo em que se fortalecia o uso das plantas e o reconhecimento das práticas de saúde popular, se abrisse caminho para que mulheres pudessem iniciar suas trajetórias políticas pela inserção nos diferentes espaços coletivos.

Estas mulheres que, junto com milhares de outras, se mobilizam na luta por direitos, por melhores condições de vida e por mudança social não são as primeiras camponesas a lutar para mudar suas realidades, antes delas muitas outras construíram suas trajetórias de luta. Esta afirmação pode ser visualizada nos estudos de Perrot (2006), que quando analisa os arquivos policiais e jurídicos de países europeus dos séculos XVII e XVIII, destaca a atuação das mulheres nas crises de transição do feudalismo para o capitalismo, protagonizando revoltas do povo por melhores condições de vida e contra a expropriação de terras camponesas e cercamento das terras comunais. Federich (2017), no livro em que analisa a formação da acumulação primitiva de capital e sua relação com as mulheres, reafirma a perseguição às mulheres camponesas que protagonizaram revoltas contra a desapropriação e cercamento de terras usadas milenarmente pelo campesinato e a perseguição àquelas que detinham saberes sobre as plantas medicinais que, segundo a autora, permitiam o controle da natalidade e que, sendo este um dos motivos pelo qual foram tão fortemente perseguidas. Os grandes tribunais de Inquisição contra as “bruxas” ocorreram, em sua maioria, já na baixa Idade Média, no período de transição do Feudalismo para o Capitalismo, por que, dentre outras coisas, o sistema capitalista em ascensão necessitava de excedente de mão de obra para viabilizar-se.

Além disso, em um contexto mais local, Conte (2013) aponta as atuações das mulheres camponesas latino-americanas ao longo da História, demonstrando que as mulheres indígenas, assim como as africanas e uma parcela das

imigrantes europeias construíram aqui, neste continente, trajetórias de luta e resistência especialmente a questões que colocavam em risco seus viveres cotidianos e de suas famílias.

Logo, as trajetórias de vida destas mulheres trazem consigo o legado de muitas camponesas que viveram antes delas e que ousaram lutar por melhores condições de vida. No seu cotidiano elas se reconstróem através da coletividade, da produção de alimentos, dos conhecimentos populares em saúde, da transmissão dos saberes, do afeto e do respeito à natureza, dando continuidade a História das lutas populares, onde as mulheres sempre estiveram presentes.

2.2 SABERES POPULARES E PLANTAS MEDICINAIS: PATRIMÔNIO E RESISTÊNCIA FEMININA E CAMPONESA

As plantas medicinais são utilizadas desde os primórdios da humanidade e os saberes relacionados aos seus usos foram sendo construídos e repassados de geração em geração, através, principalmente, da oralidade. Foi desta forma que estes saberes chegaram até os dias atuais, onde seguem sendo utilizados a fim de aliviar os sintomas de diversas moléstias.

No Brasil, os saberes tradicionais dos povos indígenas sobre a grande biodiversidade existente no país foram fundamentais tanto para a sobrevivência em meio às florestas, quanto para a permanência dos colonizadores europeus que, em um primeiro momento, buscaram fundir os saberes trazidos do seu continente aos saberes locais como forma de adaptação e sobrevivência no novo continente. Da mesma forma, os povos africanos que, mesmo sendo capturados, escravizados e trazidos violentamente para o Brasil, trouxeram consigo algumas plantas, ervas e saberes que até hoje são utilizados pela população. Os saberes populares do povo brasileiro sobre as plantas medicinais, cuidado com a saúde e práticas de cura foram construídas a partir de processos culturais advindos de diferentes origens.

A fala de Arruda, que afirma ser descendente de indígenas, apresenta também esta formação originária da miscigenação de diferentes povos e culturas, que ainda hoje permanece nas práticas e saberes tradicionais, especialmente pelos diferentes nomes populares e usos atribuídos à determinadas espécies de plantas:

Herdei do meu vô, ele morreu cedo, eu tinha uns 5, 6 anos, mas eu tenho uma lembrança forte dele para a questão, dava aquelas dores na bexiga, aquelas coisas, ele dizia: “- Tem que tomar chá de Guaimbê!” Eu conheci a banana do mato por Guaimbê e só mais tarde eu fui conhecer que era banana do mato. Aí, depois quando eu fui estudar as plantas, eu fui ver que Guaimbê é do índio, é nome indígena, veio do índio. Então, algumas plantas eu tive a felicidade de conhecer pelo nome que os índios chamam, por que meu vô era descendente de índios. Mas só fui entender isso mais 7 tarde, quando fui estudar dar plantas. Eu venho de uma família que, antes de médico era muito, muito, muito, feito as coisas em casa [...] Então, nesse sentido, foi a herança familiar muito grande que a gente teve. Tinha também a questão da macela, que tem toda uma mística da sexta-feira santa, que antes de nascer o sol tinha que colher, só que daí eu aprendi que também podia colher em outros momentos, que ela não ia perder o princípio ativo. Então, eu aprendi o lado místico das plantas junto com a família. Então, isso veio da família.(ARRUDA)

O relato de Arruda permite visualizar que estes saberes são resultado de trocas, tecidas por pessoas de diferentes origens étnicas que permitiram que se chegasse até os dias atuais com este acúmulo popular existente. A diferente nomenclatura atribuída à mesma planta por distintos grupos étnicos não é sinônimo de atribuição de diferenciadas indicações de uso para a mesma planta. Pelo contrário, as indicações de uso são sempre próximas. No entanto, o que realmente varia são os nomes populares, demonstrando construção de um conhecimento popular acumulado em torno de uma mesma planta.

Este conhecimento acumulado é resultado da construção multicultural dos saberes populares de diferentes origens étnicas sobre as plantas medicinais, que começou a se constituir no Brasil colônia, como afirma Weber (1999, p. 179), em um estudo sobre as práticas de saúde no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX:

Uma grande variedade de práticas de cura foi comum em todo período colonial no Brasil, conjugando elementos indígenas, africanos e europeus, associando magia e empirismo, componentes da própria sociedade arraigados na vida cotidiana da população colonial.

Se estes saberes, em um dado momento, foram reproduzidos pelas comunidades do campo e pelas camadas populares da sociedade pelo fato de lhes faltar alternativas de tratamento às doenças e/ou por dificuldades em acessar atendimento médico, hoje, eles são compreendidos pelas mulheres que entrevistei como patrimônio cultural popular, dotado de valores simbólicos e materiais, o que

também pode ser observado na fala de Arruda, quando ela afirma que os saberes são heranças transmitidas pelo avô e pela família.

Melissa, que também demonstra compreender estes saberes como patrimônio, descreve seu trabalho de transmissão dos conhecimentos populares:

Eu vejo as plantas como uma herança... Então, aqui na minha casa já aconteceu vários cursos de plantas medicinais. Já veio gente do estado inteiro aqui fazer curso. A minha ideia é assim, amanhã eu vou morrer, né?! E daí?! Quem que vai fazer esse serviço, quem que vai conhecer essas ervas ainda, né? Por que se ninguém se interessa... Além desse pessoal que vem, a gente trabalha com a escola. Os alunos aqui vêm e passam o dia aqui comigo. Cada mês vem um grupo, eles marcam e daí vem, passam o dia inteiro estudando, daí vão para o horto conhecer as plantas, daí nós vamos fazer uma tintura... Todo mundo bem interessado. Hoje já, dentro do assentamento, todo mundo tem seus chá. [...] Esses tempos eu fiz 40 mudas, para 40 crianças que tiveram aqui, fiz 40 mudas no saquinho, dei uma para cada uma. Eu disse para elas que essa ali é a droga que é para elas tomarem, que essa é a droga que acalma, que não deixa ansioso, que acalma a ansiedade. Hoje todo mundo tem melissa em casa e vem e me dizem: “- Oh, minha melissa tá bonita...Quando eu tô nervosão eu tomo um chá de melissa e me acalmo...” Então, eu digo: “- Minha semente tá pegando!”

Este trabalho, segundo Melissa, é uma ação construída em parceria com a escola de sua comunidade, que visa valorizar, além dos saberes, as pessoas que os detém. Ela sente orgulho de fazer parte deste projeto, em função do seu reconhecimento social na comunidade e da valorização de seus saberes, além de compreender a importância da transmissão para as gerações futuras.

Camomila também descreve o valor que as plantas medicinais têm para a vida das comunidades do campo, demonstrando que também compreende a importância histórico-cultural do uso das plantas.

Eu acho que saber das plantas é muito importante e acho que é valioso tu trabalhar com uma coisa assim, boa. Porque todos os remédio antigamente, sempre que a gente ouvia falar, era remédio de planta, era chá. Daí é valioso pra gente isso daí, por que nós não podemos deixa morrer essas coisa que é boa pra nós. Nós temos que preservar, lutar que sempre tenha. Não deixa as coisas terminar, né?

Esta compreensão, dos saberes em torno das plantas como patrimônios histórico-culturais se apresenta em consonância com o que defende Fernandes (1993, p. 275), em um artigo onde apresenta uma proposta de releitura sobre o significado de Patrimônio histórico-cultural, apontando que em uma sociedade

democrática, onde este é constituído coletivamente, este patrimônio deveria necessariamente se constituir como um direito social coletivo e ser apropriado por todos os cidadãos, indistintamente. E complementa, afirmando a importância do resgate da memória histórica na luta por uma melhor qualidade de vida e pela constituição plena da cidadania.

Logo, quando estas mulheres apresentam a compreensão de que as plantas medicinais e os saberes tradicionais existentes são patrimônios culturais dos povos, estão reafirmando como direito da população em contraposição aos interesses privados que estes mesmos saberes despertam em setores da sociedade, visando transformá-los em propriedade privada para fins lucrativos. Elas demonstram compreender o amplo valor cultural e o importante valor de uso que estes remédios têm para suas comunidades e para a sociedade como um todo, em contraponto aos interesses privados que a indústria químico-farmacêutica apresenta quando, no desenvolvimento de novos fármacos, se apropria destes saberes como se estes, por serem coletivos, não pertencessem a ninguém e pudessem ser explorados em benefício econômico privado.

Na maioria dos casos de desenvolvimento e sintetização de medicamentos, a partir de plantas medicinais, os usos e saberes populares são a base para o desenvolvimento das pesquisas. Quando analisados e comprovados em laboratórios, acabam dando origem a novos fármacos, sejam eles químico ou fitoterápicos⁴.

Para Porto-Gonçalves (2012 apud ELOY et al, 2014), a denominação que se dá à apropriação destes saberes pela indústria químico-farmacêutica é etnobiopirataria, por se tratar da coleta de conhecimentos construídos, sistematizados e transmitidos por populações locais e que o objetivo principal da constituição de regras mais restritas de patentes baseia-se no intuito de desconstruir os sistemas de saúde populares existentes nas comunidades e transformá-los em consumidores dos produtos farmacêuticos.

⁴ Cabe aqui ressaltar que a sistematização de medicamentos a partir plantas pode originar medicamentos fitoterápicos, ou seja, aqueles onde todos os elementos que compõem o extrato obtido a partir da planta são mantidos sem adição de nenhum outro elemento ativo que não seja oriundo da planta, assim como quaisquer outras substâncias ativas isoladas. E medicamentos quimioterápicos de origem vegetal são aqueles onde um dos elementos ativos do extrato bruto da planta é isolado e utilizado para produzir o medicamento. Muitos destes medicamentos quimioterápicos que originalmente foram produzidos a base de produtos de origem vegetal, com o tempo, passaram a ter seu princípio ativo sistematizado artificialmente. (CARVALHO, 2004)

Neste sentido, Shiva (2003), no livro *“Monoculturas da mente”*, atribui aos sistemas modernos de saber o papel de buscar a eliminação dos saberes locais. A autora considera os sistemas de saber derivados do saber dominante ocidental como sistemas colonizadores, pois são frutos de uma cultura colonizadora. Para ela, este sistema está diretamente vinculado às relações de poder e, ao ser considerado universal, deslegitima toda e qualquer forma que se apresenta como alternativa a ele. Ela ainda acrescenta que a desvalorização e invisibilidade dos saberes locais são estratégias de deslegitimação construídas pelo sistema dominante, que nega os saberes locais, buscando o desaparecimento dos mesmos sob a alegação de que não são científicos.

Shiva (2003) ainda destaca que este sistema considera “daninhas” muitas plantas nativas que são utilizadas pelas culturas locais como fonte de interpretação das condições do solo, de alimentação, de remédios, entre outros. Esta visão se constrói como mais uma forma de invisibilizar e deslegitimar os saberes locais. Além disso, a autora conclui que, a lógica colonial se mantém, entretanto, a violência talvez não seja mais a principal forma de controle dos países do Norte para com os países do Sul, e sim o controle da biodiversidade para o lucro dos países localizados ao Norte do planeta.

Cabe aqui também ressaltar que os países do Norte, como delimita a autora, são, na sua maioria, os mesmos países que permitem legalmente que nos seus territórios seres vivos não modificados geneticamente sejam registrados como propriedade intelectual privada e, não ao acaso, são países detentores de biodiversidade irrisória, ao menos no que tange a parte ainda não estudada ou catalogada, como apontam Guerra e Nodari (2003), em estudo sobre os aspectos biológicos, geográficos, legais e éticos da biodiversidade.

Shiva (2003) ainda dá destaque a ação das indústrias farmacêuticas e suas práticas de apropriação irregular dos saberes tradicionais, sem retorno às comunidades detentoras destes. Segundo a autora, isto reduz significativamente os custos das pesquisas de desenvolvimento de novos fármacos a partir de plantas, pois as investigações já iniciam com foco em cima dos componentes vegetais que podem ser considerados princípios ativos para as indicações de uso orientadas pelas práticas tradicionais.

Neste sentido, existe uma grande importância nos saberes apresentados pelas mulheres que fazem parte desta pesquisa, mas talvez o determinante no

caso delas seja justamente a consciência sobre a relevância dos seus saberes, da biodiversidade e dos cuidados com a terra para a humanidade.

Logo, quando elas reafirmam o uso das plantas medicinais, não estão necessariamente negando os saberes médicos e científicos ou negando o uso de medicamentos químicos quando necessário. Antes, elas estão valorizando, guardando e protegendo estes saberes populares acumulados e que devem ser cultivados e repassados como herança para as novas gerações. A fala de camomila demonstra esta compreensão:

Ah, eu, no meu ponto de vista, a gente não vive sem procurar um médico, prá umas coisas tem que ter ajuda, né... Mas eu, no meu caso, em último caso a gente procura. Assim, se vê que não é resolvido em casa, daí a gente procura a medicina, por que, se tem lá, é por que a gente tem que procura e é uma orientação prá gente, né?! Mas tudo faz parte, né, um pouco de cada coisa e a gente vai indo...

No entanto, elas expressam resistências à medicalização da vida e à banalização do uso de medicamentos, por entendê-los como parte de um processo de dependência desenvolvido pela indústria farmacêutica, que tem sua centralidade na obtenção de lucros e não na saúde da população, como mostra a fala de Marcela:

O que eu sinto é que esse saber nosso e esse conhecimento, tinha que chegar a outras pessoas. Não só ficar cada um no seu mundinho, cada um no seu quadrado, por que são importantes para todos os seres humanos, e para quê? Prá gente não ter que estar sempre na farmácia comprando remédios. Minha cidade é pequeninha, e entrando na minha cidade instalaram este ano três farmácias. Para que isso? A nossa saúde e a nossa vida não têm que ser mercadoria, eu fiquei muito triste quando vi aquelas farmácias, por que as pessoas não buscam nosso saber.

Esta fala de Marcela também demonstra a preocupação com a difusão dos saberes, deixando nítida mais uma vez a compreensão destes saberes como propriedade coletiva, que devem ser transmitidos e apropriados por toda a população, como forma de reduzir o consumo e a comercialização de medicamentos químicos. Tansagem, por sua vez, traz críticas a relação de dominação entre profissionais de saúde e pacientes:

Eu não quero generalizar, mas tem uns (profissionais da saúde) que não enxergam que nós estamos necessitando de mais amor. Por que o médico que vai ganhar dinheiro, ele não tem que trabalhar com

comunidades carente. Se ele veio, ele vai só simplesmente olhar para o paciente como... Não um ser, mas sim uma estátua, que chegou na frente dele e “não tô nem aí”.

Para ela, que é técnica em enfermagem, a relação que deveria se estabelecer entre os dois deveria ser de confiança e parceria e que essa associação deveria partir da valorização das práticas populares de saúde que as pessoas têm acesso para se chegar a um termo comum de respeito entre ambos. No entanto, a postura de muitos profissionais impede o diálogo ao mesmo tempo em que impõe a hierarquia, impondo também a forma de tratamento proposta como a única existente, o que nem sempre é real.

Esta relação hierárquica descrita, pode ser desconstruída de diferentes formas, no entanto, apresento aqui uma compreensão que questiona ao mesmo tempo a ciência como única fonte de conhecimento traçando um paralelo entre ela e os saberes populares. Di Stasi (1996, p. 15), em estudo sobre as relações entre a magia e a ciência como bases para a construção dos conhecimentos sobre as plantas medicinais, afirma que mesmo o pensamento racional e o positivismo constroem apenas aproximações da realidade, na medida em que são realizadas por seres humanos e não podem ser neutralizadas de suas compreensões de mundo.

Desta forma, para o autor, a ciência pode ser considerada muito próxima da forma com que as bruxas, magos, feiticeiros e feiticeiras construíam e constroem seus saberes, buscando interpretar acontecimentos da natureza e suas consequências, demonstrando existir elos entre estas duas dimensões do conhecimento, embora, muitas vezes, a lógica positivista negue esta aproximação.

Esta afirmação do autor me remete a analisar as formas que historicamente as plantas são preparadas para fins medicinais a partir dos saberes empíricos, pois estes envolvem a realização de rituais que desenvolvem e reproduzem práticas que, quando analisadas, em sua maioria, ajudam a extrair e manter os princípios ativos das plantas, justificando assim os métodos utilizados. A esse propósito, como lembra Marcela, sua avó fazia as garrafadas para as pessoas por encomenda, por que ela precisava preparar as ervas por infusão, enterrar por alguns dias, coar para, depois entregar para a pessoa que havia encomendado. Outra fala, da Melissa, dizia que sua mãe, que ainda é viva, era parteira e quando

era chamada para realizar os partos, levava uma cesta cheia de ervas e plantas e que ela se lembrava do cheiro deixado na casa, pois eram ervas aromáticas utilizadas para massagear a barriga da parturiente.

Analisando as descrições práticas, podemos concluir que ao realizar a produção da maceração, chamada de garrafada, esta necessita de um tempo para a extração dos princípios ativos pelo líquido extrator. Além disso, o ato de enterrar, protege os componentes da luz, que pode modificar estes princípios através de reações químicas que são desenvolvidas pelo seu efeito catalizador. E, por fim, o ato de coar, para evitar que as plantas sigam em contato com o líquido extrator, que pode extrair outros componentes e acarretar risco maior de contaminação por agentes nocivos à saúde. Logo, todos esses procedimentos demonstram que existe uma lógica na maneira de preparação da garrafada da avó da entrevistada.

Da mesma forma, as ervas aromáticas, levadas pela parteira para massagear a barriga da parturiente nos momentos que antecediam o parto, eram ricas em óleos essenciais, que tomavam conta do ambiente e, quando inalados, eram absorvidos pelas mucosas e deveriam agir, talvez, tranquilizando ou aliviando as dores da paciente. Estes são apenas exemplos de muitos que poderiam ser utilizados para analisar a lógica dos rituais contidos nos usos das plantas medicinais.

A existência de uma intersecção entre os saberes empíricos e científicos também fica nítida quando as mulheres citam que experimentam os remédios em si próprias e que buscam estudar e saber mais sobre cada erva, além do fato de buscarem alternativas na medicina natural para resolução dos próprios problemas de saúde. Elas demonstram que estudam, leem, conversam sobre e que têm curiosidade e interesse em ampliar seus conhecimentos, como mostra a fala de Arruda:

Olha, eu tava com uma doença que eu fiquei dois anos tratando e me tacaram corticoide. O nome da doença era líquen plano, até que descobriram, foi feito biopsia e tal e daí fizeram dez exames para ver da onde ela provinha, por que é uma doença rara e pouco estudada. Daí, descobriram que era da imunidade. Daí, eu fui dentro das plantas medicinais descobrir o quê que me ajuda para a imunidade. O quê que eu descobri? Descobri que comer a frutinha do frusalis me ajudava para imunidade e tomar o suco do inhame com gengibre ou com limão. Foi um ex-padre que me ajudou nesse sentido e eu curei isso.

Além disso, Arruda complementa dizendo que acredita que o uso das plantas medicinais é, ao mesmo tempo, uma questão de soberania para o campesinato e uma questão de proteção à saúde das populações, fazendo uma crítica à indústria farmacêutica, que muitas vezes atuam também na área dos agroquímicos:

Então, vamos pegar a Bayer, ela fabrica os venenos e vende para nós e também fabricam os remédios, né. Então, como que nós vamos avançar para quebrar isso e nós nos tornar independentes e termos uma saúde que nós merecemos? Então, nós trabalhamos muito com eles essa questão e só vamos para o médico sendo uma coisa bem emergente, aí a gente vai, mas grande parte a gente trata aqui.

A compreensão dos saberes como patrimônio a ser zelado e como uma forma de resistência popular, na busca por soberania alimentar, aparece na fala de Marcela como um dos principais fatores de motivação para a transmissão dos saberes sobre as plantas dentro dos seus espaços de convívio social e comunitário. Sua fala demonstra que no seu cotidiano a alimentação e a saúde estão diretamente relacionadas, aprendizado que a vida lhe trouxe a partir do tratamento de uma doença grave, situação em que a alimentação balanceada e saudável foi parte central do tratamento.

A planta medicinal é também uma luta por soberania alimentar, por que as plantas medicinais entram junto. Por que algumas plantas medicinal são comestível também, as plantas não convencionais são comestíveis, são alimentares e são medicinal.

Além disso, a questão econômica também aparece como um elemento importante para as mulheres, na perspectiva de que tudo o que pode produzido e não precisa ser comprado é considerado como redução dos custos de vida, demonstrando uma visão camponesa, e mais uma vez a compreensão da necessidade de soberania, como demonstra a fala de Maçanilha:

Ah, eu não sei como vai ser pra frente... Então, eu acho que tu sabendo um pouco de chá e um pouco de remédio, tu ter isso, sem ter que comprar, é muito bom. Tu ter em casa é bom, toda a vida a gente teve e sempre foi bom.

A realidade vivenciada por elas permite que consigam reproduzir suas atividades cotidianas baseadas em uma lógica que busca sustentar uma certa

independência do mercado. Esta lógica visa, além da própria soberania, a difusão de valores e práticas que acreditam ser importantes para a construção da sociedade que almejam. A fala de Camomila demonstra isso, quando afirma que doa mudas de plantas para todas as pessoas que vão a sua casa ou que lhe pedem. Além de ajudar e presentear a pessoa, ela também está garantindo a permanência daquela espécie e propiciando a possibilidade de reposição, caso venha a perder a planta. Isso identifica a existência de uma lógica que prevê a perpetuação das espécies e a ação de reciprocidade:

Tem que ter da onde tu repor, né? Porque só tu ali, só dali, de repente, precisa trocar um pouco de solo... Como eu já dei muda pra vários lugar e, depois, nos encontro que a gente ia, a gente trazia de volta, da mesma que a gente tinha. Então, isso é muito bom, é o bom de dividir, né?

Além disso, nesta fala está subentendida a compreensão da importância da solidariedade, da coletividade e da construção do bem comum, o que parece condensar os valores que envolvem os saberes populares em torno das plantas medicinais.

2.3 O SABER, O PODER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Os saberes populares sobre as plantas medicinais são, em sua maior parte, saberes transmitidos e apreendidos pela oralidade e pela experiência, repassados entre as diferentes gerações de bisavós, avós e/ou avôs e mães para filhos, netos e bisnetos, etc. Embora estejam, no que tange ao trabalho realizado, dentro da dimensão do cuidado, e este seja socialmente atribuído às mulheres, aquelas que foram entrevistadas por mim nesta pesquisa demonstram ter a preocupação em transmiti-los aos seus filhos, filhas, netos e netas independente do sexo. Elas repassam estes conhecimentos em função da compreensão destes como um patrimônio, que deve ser transferido e zelado, como já ficou nítido na seção anterior. No entanto, a importância destes saberes, segundo as falas delas, parece ser mais facilmente compreendida e absorvida pelas filhas mulheres, como demonstra a fala de Arruda:

Eu tenho a menina que é médica e, de vez em quando, ela me consulta: “- Hein, mãe, para isso?” - Principalmente para calmante “- Mãe, para piolho, o que a gente usa, o que a senhora aconselha?” Por que ela

também já fez acupuntura, ela tá ligada, agora vai fazer um mestrado com a FIOCRUZ e a FIOCRUZ também trabalha isso. E a outra é meio metida a macumbeira, então, ela é toda das medicinais. Então, o problema é aqui na cidade, né?! O problema eu enfrento é aqui, uma por que, tanto meu filho como a minha nora, eles são ansiosos, se a piizada deles fica doente a primeira coisa correm para o hospital, e aí o médico taca-lhe antibiótico. (ARRUDA)

Arruda demonstra que mesmo a filha que é médica busca desenvolver seu trabalho em consonância com a medicina natural, recorrendo aos saberes populares sempre que possível. Como sua formação é a partir dos meios convencionais da medicina, busca o suporte dos saberes maternos sempre que se faz possível e necessário, procurando ampliar seu conhecimento e ofertar orientações baseadas nas práticas populares de saúde aos seus pacientes nos casos menos graves. Assim, como a filha mais nova de Arruda, que embora seja formada na área de História, também leva consigo estes saberes para a vida. Arruda complementa afirmando que, embora elas morem distantes dela, isso não impede que peçam orientações sobre o uso das ervas. No entanto, seu filho, que mora com ela, é o mais resistente no uso das plantas medicinais. Ela denomina como ansiedade, pois entende que ele e sua nora, preocupados com a saúde das crianças, buscam soluções junto à medicina tradicional para problemas que ela acredita que poderiam ser resolvidos a partir do que chama de “remédios naturais”.

Marcela também compartilha de uma compreensão semelhante à de Arruda. Diz que a filha mais velha é a mais engajada, se envolveu desde muito jovem com as práticas em torno das plantas medicinais. Atualmente, pela maneira que Marcela se expressa, demonstra que ter muito orgulho da trajetória da filha na área da saúde. No entanto, o filho também parece não ter desenvolvido interesse em absorver os ensinamentos repassados pela mãe.

A minha filha mais velha, até hoje ela é engajada na questão da saúde, trabalhando com as plantas, com chazinhos, com pomadas. Na semana passada ainda ela tava fazendo uma pomada lá na secretaria de saúde, com os funcionários que também queriam, com o grupo de hipertensos... A mais velha é muito mais do que a mais nova. A filha mais nova é da educação, então, eu não sei se é o tempo que ela não tem... Ela diz assim: “- Ai mãe, aquele teu chazinho...” E o filho, ah, aquele não é muito, não. (MARCELA)

Camomila também reafirma viver uma realidade próxima, pois diz que seus filhos não se interessaram em aprender e que tenta, então, repassar os saberes e as práticas à nora.

Desta forma, elas compreendem que estes saberes devem ser apropriados por mulheres e por homens. Ou seja, por todos os seres humanos, embora encontrem mais resistência por parte dos homens. Neste sentido, compreendo que existe uma busca por parte delas por romper com a lógica socialmente construída, na qual estas práticas de saúde, relacionadas ao cuidado, são atribuídas às mulheres a partir da divisão sexual do trabalho. No entanto, também demonstra o quanto a cultura patriarcal se fortalece simbolicamente tornando difícil seu rompimento, pois, embora elas busquem repassar estes conhecimentos, os filhos não demonstram interesse em absorvê-los ou reproduzi-los. Além disso, elas mesmas acabam reafirmando a atribuição de algumas tarefas a si próprias, e compreendem, neste caso, os companheiros como auxiliares, como veremos a seguir.

Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho parte das construções sociais existentes, que determinam as condições em que vivem homens e mulheres, e estes, por sua vez, estão envolvidos em relações entre os sexos, que apresentam sua materialidade expressa na divisão social do trabalho entre eles.

A autora afirma que esta divisão do trabalho não é apenas uma separação de tarefas entre homens e mulheres, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, caracterizada pela destinação prioritária dos homens às tarefas produtivas e de forte valor social agregado, e das mulheres às tarefas reprodutivas ou domésticas, e, conseqüentemente, de menor valorização social. Assim, a autora denomina de dois princípios organizadores: o da separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e o da hierarquização (um trabalho de homem vale mais do que o de uma mulher).

Bourdieu (2017), também analisa a divisão sexual do trabalho a partir da ótica da dominação masculina e da sua dimensão simbólica. O autor compreende que a divisão sexual do trabalho se caracteriza como um dos alicerces que sustentam a ordem social androcêntrica, funcionando como uma imensa máquina simbólica, que busca ratificar a dominação masculina a partir de uma neutralidade imposta de tal maneira que não necessita ações de legitimação.

Desta forma, a afirmação de que estas práticas e saberes são atribuídos socialmente às mulheres se expressa na realidade vivenciada pelas mulheres rurais de algumas formas: quando elas relatam que adquiriram seus saberes a partir de relações existentes com as mães e/ou avós. Pois a única que relata o avô como detentor destes conhecimentos, faz referência a sua origem indígena, o que também remete a uma reflexão sobre uma construção cultural diferente da denominada androcêntrica ocidental, pois os pajés, detentores destes saberes, são homens e dentro da cultura indígena, é uma atribuição de poder. Quando nenhuma delas relata os pais como transmissores deste conhecimento e destas práticas. Assim como quando elas relatam a resistência dos filhos em absorver estes saberes ou ainda quando elas próprias atribuem estas tarefas a si mesmas.

A visão de não se ater a distinção sexual para o repasse dos saberes e das práticas em torno das plantas medicinais pode ser considerada como uma forma de romper com a lógica de divisão sexual do trabalho, que pode ser atribuída, por um lado, às formações experienciadas por elas nos últimos dez ou quinze anos dentro das instâncias do MST, mas por outro, às imposições das próprias necessidades emergentes das situações vivenciadas, que muitas vezes se impõe sobre os estereótipos da divisão sexual do trabalho como uma necessidade, ao menos por um dado período, como aponta Marcela:

[...] meu véio é que fica em casa no trabalho da produção, cuidando da horta, cuidando do gado, tira leite. Eu sou uma agricultora que já faz tempo que não tiro mais leite, quem tira é ele. Até, desde que eu fiquei doente mesmo, ele aprendeu a tirar leite, com o meu problema de saúde, e daí ele teve que assumir o comando com a questão das vacas...
(MARCELA)

A fala de Marcela demonstra a imposição da necessidade de seu companheiro assumir as tarefas em dado momento, em função de ela ter sido diagnosticada com uma doença grave, o obrigando a assumir todas as tarefas por determinado período. No entanto, o grande diferencial deste caso está no fato de, mesmo após ela receber diagnóstico de cura, seu companheiro ter seguido realizando tarefas antes realizadas por Marcela, por entender que ela desempenha papel importante e necessário junto às instâncias do MST e também por compreender que isto a faz feliz.

Outro fato que pude observar ao longo de minha trajetória profissional nos assentamentos de reforma agrária, em relação à imposição da realidade sobre a ordem cultural patriarcal de divisão sexual do trabalho, é o fato de alguns homens terem ido para os acampamentos do MST sem esposa ou família, e necessitarem naquele período desenvolver todas as tarefas consideradas domésticas para se manter. De maneira semelhante, algumas mulheres que permaneceram em seus locais de origem, arcaram com os trabalhos ditos produtivos e com o sustento da família sozinhas, e, inclusive, de seus maridos ou companheiros no acampamento.

No entanto, nestes casos, ao contrário do que aconteceu com Marcela, isto geralmente não se mantém após o reagrupamento do casal. Ou seja, com a chegada ao assentamento, os trabalhos socialmente atribuídos às mulheres voltam a ser executados por elas e os que são determinados como masculinos, por eles. Este fato se encontra em consonância com a afirmação de Herrera (2015), em um estudo sobre o papel das mulheres na agricultura familiar desde a perspectiva da multidimensionalidade a partir da realidade das mulheres componentes do MMC do município de Quilombo, de Santa Catarina. A autora afirma que a participação dos homens nas tarefas domésticas somente se estabelece quando suas companheiras ou esposas se ausentam.

Além disso, estes fatos corroboram com a afirmação de Bourdieu (2017, p. 21), em *A dominação masculina*, de que a naturalização da divisão entre os sexos se reproduz a partir da incorporação em estado objetivado nas coisas (coisas de homem, coisas de mulher), em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e *habitus* dos agentes, de tal maneira que se torna inevitável e é reproduzida automática e inconscientemente.

Neste sentido, no entanto sob uma ótica diferente, Melissa, que também não faz distinção de sexo no repasse de seus saberes, pois apresenta seu neto de 11 anos como um de seus principais aprendizes e oferta oficinas uma vez por mês a turmas inteiras de crianças da escola de sua comunidade, demonstra compreender as tarefas vinculadas às plantas medicinais como sua responsabilidade quando afirma que seu marido a “ajuda” com as plantas, embora afirme que os dois são “remedieiros”:

E ele ajuda em tudo, vai para o mato tirar madeira... É só eu dizer: “- Oh, hoje eu preciso de tal coisa!” Ele some com o facão dele e já dali a pouco ele aparece com um monte de plantas ali, para eu fazer as tinturas e que

precisa, que o povo pede para a gente ou que o naturalista pede para mim fazer. (Melissa)

Além disso, quando Melissa afirma que seu companheiro sai com o facão para buscar as plantas, ela está se referindo à sua ida em direção ao mato, para buscar plantas medicinais. Vale aqui ressaltar que Hellen e Klaas Woortmann (1997), em um trabalho etnográfico sobre a realidade vivenciada pelos camponeses no estado do Sergipe, durante a década de 1980, descrevem o mato como um ambiente de onde os camponeses retiravam a lenha, a caça, os frutos silvestres e as plantas medicinais, sendo atribuído aos homens e proibido às mulheres, pois este é descrito, segundo os autores, pelos sítiantes das localidades estudadas como um ambiente perigoso às mulheres. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 28).

Neste estudo os autores apontam que o trabalho realizado pelos homens tem sentido centrífugo, onde o centro é a casa. Embora exista uma distância temporal e de contexto entre a pesquisa realizada pelos autores e a realidade analisada nesta pesquisa, a situação apresenta similaridades com a retratada pela fala de Melissa.

Os autores ainda descrevem que o trabalho das mulheres tem movimento contrário, elas trazem para dentro de casa os produtos da roça e os preparam para o consumo. O trabalho feminino descrito pelos autores se constitui em ambiente já domesticado.

A declaração de Camomila também corrobora com esta observação descrita acima:

Ele não faz, só pede pra fazer pra ele tomar... Mas me ajuda a achar as erva e as planta quando precisa. Tirar a flor do coqueiro, que é muito alta, então tem que ser ele.

Nesta fala, Camomila reafirma a atribuição do mato como ambiente de domínio masculino e o preparo dos remédios como uma tarefa que geralmente é realizada pelas mulheres, pois, embora os homens reconheçam as árvores e plantas nativas e seus usos, ainda assim, quem prepara os remédios são as mulheres. Tal situação também demonstra semelhança com o que é descrito por Hellen e Klaas Woortmann (1997, p. 38), quando afirmam que “o produto do trabalho retorna para a casa, passando para o governo na mulher”.

Esta concepção, do pertencimento do ambiente de mato aos homens talvez seja tão difícil de ser desconstruída simbolicamente quanto a própria divisão dos trabalhos considerados domésticos, pois o ambiente não domesticado desperta receios aos quais são atribuídos diferentes significados e motivações, mas que são determinantes na reafirmação dos limites de atuação e na consagração da proibição deste ambiente às mulheres.

Desta forma, em alguns casos, a reprodução da lógica patriarcal se constitui de maneira tão sutil que se não tivermos um olhar atento ela passa despercebida, inclusive por quem se dedica a estudá-las. A similaridade entre as situações descritas pelos autores e algumas das situações analisadas nesta pesquisa demonstram como esta lógica se estrutura na sociedade de maneira simbólica, sendo reproduzida ao longo dos tempos e em diferentes locais de maneira muito semelhante.

Porém, o fato de terem experimentado romper com a ordem vigente em função da necessidade imposta, desmistifica a naturalização desta e permite que os pensamentos críticos propostos pelas formações realizadas dentro das instâncias do movimento encontrem um “terreno mais fértil para germinar”. Talvez seja este um dos motivos que leva as mulheres beneficiárias da reforma agrária a entender a importância do repasse destas práticas para seus descendentes, independente do sexo, buscando construir nas novas gerações concepções mais abertas às mudanças.

As atividades vinculadas ao autoconsumo e à alimentação da família também são socialmente atribuídas às mulheres, como deixa nítida a fala de Marcela, quando afirma ser uma agricultora que não lida mais na horta nem tira mais leite. Porém como destaca Paulilo (2016), em análise do trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais, a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo no campo torna-se bem mais difícil de ser visualizada em função de não existir uma separação entre a unidade familiar e a unidade de produção. A autora aborda a relação entre a produção e o mercado e a divisão entre trabalho produtivo e não produtivo a partir da compreensão do sistema econômico vigente e as mudanças impostas desde a sua implantação:

O capitalismo fez mais do que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção. Foi a primeira vez na história que se tentou subordinar a sociedade ao mercado. Os princípios

da antiga ordem social foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão subjacente era o padrão de mercado. E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender. (PAULILO, 2016, p. 206)

Além disso, afirma também que, da mesma forma que suas pesquisas, realizadas em cinco regiões diferentes do país, nas décadas de 1980 e 1990, apontavam que as denominações trabalho “pesado” e trabalho “leve” não eram baseadas no esforço físico despendido para execução deste trabalho, mas sim do sexo que o executava, sendo trabalho “pesado” o que era realizado pelos homens e trabalho “leve” o realizado por mulheres e crianças, as denominações trabalho produtivo e trabalho doméstico também estão vinculadas não ao destino da produção, mas sim ao sexo que o executa.

No entanto, não se pode negar que existem atividades que tradicionalmente foram desenvolvidas pelas mulheres, tais como: hortas, pomares, criação de pequenos animais, processamento caseiro de alimentos.

Também é fato que, a partir da década de 1960, as mulheres do campo passaram por um processo de aprofundamento da invisibilidade do seu trabalho, da pobreza e da vulnerabilidade social em função da modernização da agricultura apoiada por políticas estatais de crédito subsidiado, assistência técnica e apoio a pesquisa, que, segundo Siliprandi (2013 p. 329) “promoveram uma mudança no padrão tecnológico de produção agrícola, levando à maior concentração fundiária e a profundas transformações nas relações sociais no campo e na cidade”.

Sobre os resultados da modernização agrícola para as mulheres, destaco o aumento da invisibilidade e da precarização do trabalho feminino, pois se antes do processo de modernização a participação feminina era considerada apenas “ajuda” ao trabalho masculino realizado por seus pais, irmãos ou companheiros, após a modernização, as monoculturas implantadas tiveram redução da mão de obra, que foi substituída pela maquinaria, tornando as lavouras comerciais ambientes cada vez mais masculinizados. Além disso, Herrera (2015, p. 16) aponta que a atuação das mulheres em lavouras de grãos, na realidade estudada por ela, é quase inexistente, restringindo-se, muitas vezes, aos períodos de safra,

o que apresenta similaridade com as mulheres desta pesquisa que vivem em locais de realidade produtiva semelhante.

Entretanto, aquelas que têm suas realidades vinculadas a outro modelo de produção agrícola, baseados na produção orgânica, diversificada e sistemas de comercialização direta com os consumidores, geralmente se envolvem de maneira quase permanente em todas as tarefas agrícolas, como mostra a fala de Maçanilha, quando questionada se as pessoas pedem que ela faça remédio para fora e ela afirma que já não faz muito por que a lavoura lhe ocupa muito tempo e que é sua prioridade:

Ah, muitos vem, mas a gente já não faz mais muito, por que a lavoura é bastante e é a que fica mais na rotina da gente. E quem pede, as vez, eu faço... Esses dias eu trouxe até a cidade, uma conhecida pediu um xarope, não gosto de negar, mas não damo mais conta de tanto trabalho, entregamo, fazemo feira, comemo também (risos). (Maçanilha)

Importante ressaltar que Maçanilha e sua família trabalham somente com horta, leite e pequenas lavouras de alimentos. Não plantam mais soja há alguns anos, desde que os filhos fizeram o curso técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia no Instituto Educar. O filho nunca saiu do lote e a filha retornou há cerca de dois anos para casa, após ter trabalhado como técnica em agropecuária. Toda a família se envolve no processo produtivo e ainda contrata mão de obra de um casal de parentes para dar conta da demanda de trabalho existente.

Maçanilha por anos dominou os processos de entrega porta-a-porta, de charrete tracionada por cavalo, nas periferias da cidade que residem, pelo sistema de venda a “prazo”, com anotações no “caderninho”, para que fosse pago no início de cada mês. Hoje ela conta com a ajuda da filha ou do filho para realizar as entregas e a feira, pois compraram um carro e uma caminhonete que permitem realizar feira e entregas para programas institucionais.

Neste sentido, Ellen e Klaas Woortmann (1997) também afirmam que os saberes são os meios intelectuais com os quais os seres humanos realizam o processo de transformação da natureza e a criação do que se chama natureza socializada. Para eles, há um plano de desenvolvimento da ideia, que chamam de “trabalho das ideias”. Este plano seria uma idealização do fruto do trabalho, que antecede a prática do trabalho em si e que, por meio do “trabalho material”, a

natureza será transformada no bem material que foi previamente idealizado. A transmissão destas formas de transformação da natureza em bens materiais é o que os autores chamam de “trabalho do saber”. No caso do campesinato, os autores apontam que a transmissão dos saberes se constrói a partir do próprio trabalho, pois é a partir da reprodução cotidiana do trabalho que este é apropriado pelos outros membros da família e constituído de fato como um saber-fazer que é repassado a partir do fazer-aprender.

Creio ser desta forma, que Maçanilha e seu esposo constroem a transmissão destes saberes ao casal de filhos que permanece com eles e também à filha mais velha que se casou e também é assentada, pois em seu lote também produzem orgânicos e fazem feira. Maçanilha ainda reafirma sempre a necessidade de demarcar os mesmos direitos do filho às duas filhas junto a sociedade.

Ainda neste sentido, quando as mulheres estão repassando seus saberes sobre as plantas aos filhos e as filhas estão transmitindo o trabalho do saber-fazer a partir do fazer-aprender. Embora os autores neste estudo atribuam o domínio dos processos produtivos aos homens, assim como os domínios dos saberes relacionados a eles, o que dentro da lógica patriarcal é uma realidade, eles reafirmam a existência de relações entre os saberes e o poder dentro do âmbito familiar. Logo, o domínio dos saberes em torno das plantas medicinais e da produção de alimentos pelas mulheres, assim como a decisão sobre o que se deve produzir para alimentar a família são atribuições sociais destinadas às mulheres no campo. Desta forma, quando elas repassam seus saberes, estão repassando poderes às filhas e aos filhos, buscando desenvolver autonomia pessoal e profissional.

Além disso, isto significa que são elas que dominam os processos de saber-fazer e o fazer-aprender em torno destas práticas, logo, estas podem ser consideradas grandes potenciais de desenvolvimento de protagonismo feminino para as mulheres do campo, pelo domínio do saber que acaba se consolidando como uma forma de poder.

Neste sentido, as entrevistas demonstram que as mulheres de fato detêm o domínio dos processos de produção de remédios e dos saberes sobre as plantas. Com isso, elas têm conquistado o respeito não só de suas famílias, mas de suas comunidades e da própria sociedade local e isso mexe, de maneira

profunda, com a autoestima, construindo processos emancipatórios a partir do protagonismo conquistado, como mostra a fala de Camomila:

Eu gosto, que me procurem, me sinto bem [...] O maior prazer meu é ajudar as pessoas. Quando vem, já que me pedem, eu já vou correr atrás das erva e vou ver. Eu tô sentindo que eu tô sendo muito valorizada e acho que isso que eu tô fazendo é uma coisa boa, que tão me procurando e que o valor que eu tô tendo pra isso, pra vida das pessoa é importante, né?! Me sinto mais ainda orgulhosa, que daí eu sei alguma coisa, mesmo eu não tendo o estudo, mesmo assim eu acho que é um valor muito grande pra gente. Poder ajudar as pessoas que necessitam, ter aquela vontade e poder fazer. [...] Eu acho que a gente tem que se liderança, por que a gente sentir que tá ajudando, é ser liderança, já, né? As vez vem pessoas que a gente nem sabe se vai conhecer, nem conhece ou sabe que existe, quando vê chegam na casa da gente e sabem que a gente existe para pedir ajuda com os remédio, isso daí é muito bom, né? Chega e diz: “- Oh, lá em Santa Maria o fulano me falou...” (Camomila)

Camomila demonstra com esta fala o quanto se sente valorizada pelo reconhecimento social conquistado em torno dos saberes sobre as plantas medicinais. Ela traz elementos que demonstram o quanto sua autoestima é fortalecida, quando afirma que embora tenha baixa escolaridade, ela é reconhecida por pessoas que nunca pensou que a conheceriam e que a procuram em busca de ajuda. Além disso, demonstra que se sente realizada com o fato de poder ajudar as pessoas e que entende seus saberes e suas práticas como importantes para pessoas que teve a possibilidade de conhecer em função deles.

Desta forma, para auxiliar na construção da visibilidade do trabalho feminino e do respeito na sociedade, a participação delas em feiras, eventos e atividades vinculadas que valorizam a produção de alimentos e das plantas medicinais, a demonstração e a comercialização dos produtos, frutos destes trabalhos, é uma estratégia importantíssima.

Além disso, compreendo que a produção diversificada de alimentos, orgânica e baseada em práticas agroecológicas abre a possibilidade de se estabelecerem relações mais harmônicas entre seres humanos e natureza e entre os próprios seres humanos, respeitando e valorizando os saberes populares e buscando a construção de uma sociedade mais justa, a partir da equidade como um dos principais caminhos para deslocar as relações de poder estabelecidas e colocar as mulheres em uma situação de maior igualdade em relação aos homens.

Me reporto aqui, mais uma vez, ao que afirma Paulilo (2016) em estudo sobre a agricultura familiar, para ela, não seria avanço as pessoas sentirem-se culpadas por não terem vontade de realizar todas as tarefas, no entanto, nem sempre existe escolha. A autora afirma ainda que se a divisão entre as esferas doméstica e produtiva fosse rompida e houvesse uma valorização de todos os trabalhos de maneira igualitária, ficaria muito mais tranquilo deixar que cada família fizesse suas escolhas e divisões de acordo com as afinidades de cada um de seus componentes. Neste sentido, acredito que cada pessoa tem suas afinidades, independente do sexo, mas de acordo com a personalidade de cada uma e que de fato, como cita a autora, se estes trabalhos fossem desenvolvidos de acordo com as afinidades pessoais independente de conceitos pré-estabelecidos, os trabalhos seriam menos penosos e as relações familiares mais harmônicas.

Também gostaria de ressaltar que as mulheres entrevistadas demonstram que compreendem seus companheiros de vida ou maridos como aliados na sua construção cotidiana. São considerados como parceiros e amigos, exercem laços de confiança e cuidado mútuo, e demonstram confiar politicamente neles como aliados para a construção da transformação social que almejam. Contudo elas entendem que existem dificuldades em incorporar, nas práticas cotidianas, a construção de novas relações de gênero e de novas relações com a natureza. Isto se encontra bastante presente nas entrevistas, e mesmo nas conversas informais, talvez em função de se organizarem a partir de um movimento misto, composto por homens e mulheres, que permite que construam suas trajetórias políticas de maneira conjunta e parece influenciar nas relações familiares construídas.

Embora ciente de que existem casos onde as relações familiares não se constituem harmonicamente, que em muitos núcleos familiares estas relações acabam materializando, por meio da violência contra a mulher, a pior face do machismo e que os índices estatísticos de registros destes casos têm aumentado muito ultimamente, não é caso retratado pela realidade das mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Creio que em função da escolha realizada, por serem mulheres que se consolidam como referências e lideranças comunitárias e familiares. Isto não, no entanto, quer dizer que são relações totalmente harmônicas, mas sim que são relações saudáveis.

Estas mulheres romperam, a partir da coletividade e dos saberes e das práticas populares de saúde, com a lógica de atribuição feminina ao cuidado doméstico, se tornando referências em cuidado, mas um cuidado que vai muito além do ambiente familiar. Este rompimento foi construído e potencializado pela necessidade vivenciada e pela solidariedade desenvolvida nos processos coletivos, influenciando diretamente em suas relações sociais, gerando uma nova referência de cuidado que engloba além da comunidade, o ambiente em torno desta.

3 CUIDADO, AFETIVIDADE E NATUREZA: MULHERES RURAIS RESSIGNIFICANDO CONCEITOS

Neste capítulo, busco compreender as formas que as mulheres rurais, militantes do MST, ressignificam as práticas do cuidado a partir das relações sociais tecidas pelo uso de plantas medicinais e do potencial para o reconhecimento social e protagonismo feminino no campo. Estes cuidados, compreendidos pelas mulheres rurais assentadas, têm alcances e significados mais amplos, na medida em que não se limitam a outros seres humanos para englobar os demais seres vivos, o meio ambiente e a proteção dos saberes populares.

Desta forma, na primeira seção, discuto as relações que as mulheres rurais estabelecem entre plantas medicinais e cuidado como tarefa feminina, porém necessária à toda a humanidade. E, na segunda seção, apresento as relações de afeto desenvolvidas pelas mulheres militantes do MST com a natureza, que, apesar de naturalizadas, são compreendidas como fonte de sabedoria, resistência e soberania.

3.1 PLANTAS MEDICINAIS E CUIDADO: TAREFA FEMININA, NECESSIDADE HUMANA

Às mulheres foi delegada a tarefa do cuidado, este processo está incutido nas relações construídas a partir da ordem de dominação masculina imposta na sociedade, sendo historicamente questionado por diferentes correntes do feminismo. A lógica que vincula as mulheres ao cuidado com as crianças, os idosos e a família determinou que trabalhos relacionados à saúde e à educação fossem compreendidos como menos importantes dentro da sociedade pelo fato de serem atribuídos às mulheres.

No entanto, as mulheres que entrevistei demonstram sentir orgulho por dominar os saberes sobre as plantas medicinais e sobre as práticas de saúde popular, além de se sentirem valorizadas quando com suas práticas ajudam outras pessoas, como mostra a fala de Marcela:

Eu nunca fui de me achar, mas eu gosto do que eu faço, eu gosto que me procurem e tem gente que me procura, para mim ajudar, para mim ensinar.

Durante as formações que consegui acompanhar, especialmente as realizadas pelo Setor de Gênero do Movimento Sem Terra, a compreensão de que as mulheres são guardiãs de conhecimentos tradicionais está presente, assim como a compreensão de que estes devem ser zelados e transmitidos por serem de suma importância para a humanidade. Erice e Marques (2017), em uma pesquisa realizada sobre as mulheres do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) e as plantas medicinais, citam que estas mulheres, que compõem o movimento, compreendem estas práticas como potenciais para o reconhecimento social enquanto protagonistas de uma proposta de contraposição ao modelo de desenvolvimento constituído a partir da modernização agrícola. Isto se dá em função do entendimento que elas possuem de que as mulheres têm o papel de guardiãs de um conhecimento ancestral, que, para as autoras, parece contribuir no interior do movimento para contradições sobre o feminismo em função do entendimento deste papel como essencialmente destinado às mulheres, o que, neste último item parece distinguir da concepção construída nas formações do MST.

O MST apresenta uma compreensão materialista histórica sobre a organização da sociedade e o setor de gênero do movimento compreende as construções sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho como elementos determinantes para a reprodução do patriarcado e do capitalismo. Não negam que as mulheres são as maiores detentoras destes saberes, porém, atribuem estes conhecimentos não à uma essência feminina, mas sim a um acúmulo construído historicamente e reproduzido entre mulheres em função da divisão sexual do trabalho.

Isto não quer dizer que todas elas compreendam da mesma forma, no entanto, demonstra que existe um acúmulo construído coletivamente em torno das pautas de gênero e dos saberes populares em saúde, que podem ser visibilizados especialmente nos espaços de formações realizadas por algumas instâncias do movimento. Este acúmulo parece ter sido construído processualmente, e, pelo que consegui perceber através das entrevistas, foi despertado ainda nos

acampamentos em algumas mulheres, quando elas iniciaram suas contribuições dentro da luta pela terra.

Quando me reporto à realidade vivenciada nos acampamentos, especialmente no período vivido pelas mulheres que entrevistei, compreendo que cada pessoa que os compunha tinha necessidade de contribuir com os conhecimentos acumulados e experiências vividas para, coletivamente, construir as melhores condições possíveis de vida dentro daqueles espaços repletos de limitações. Neste sentido, as tarefas vinculadas à saúde e à educação eram as que permitiam que as mulheres se sentissem mais à vontade e com maiores condições para contribuir. O depoimento de Arruda - ao lembrar de sua atuação no acampamento da Encruzilhada Natalino, em 1981, quando se retomam os processos de luta pela reforma agrária no Brasil, após quase vinte anos de ditadura militar - revela como se desencadearam as reflexões sobre a educação dentro do movimento Sem Terra:

Eu nunca me envolvi como liderança no movimento, mas sempre ajudei a pensar a educação, tanto é que no nosso acampamento nós tinha 60% do pessoal analfabeto, quer dizer, de 600 famílias, 60% era analfabeto.

Arruda, na época já formada em magistério e professora em sua comunidade de origem, foi convencida a contribuir para a redução do analfabetismo das famílias acampadas, a partir da sensibilização feita por uma equipe de irmãs católicas que auxiliavam no local. Como tinha experiências na área de educação, ela e outra companheira, que também era educadora em sua comunidade de origem, começaram, junto com as freiras católicas, a refletir sobre a educação no acampamento e chegaram a levar a equipe de Paulo Freire à Ronda Alta na época, para auxiliar na reflexão sobre a alfabetização dos trabalhadores rurais acampados.

Aí também, a gente começou a debater a questão da educação. [...] Começamos a discutir e trouxemos, naquela época, uma equipe do Paulo Freire prá Ronda Alta, para ajudar nós a debater a questão de como alfabetizar, como íamos pensar a educação e aí, eu e a minha colega começamos a trabalhar com as crianças, e as irmãs, a trabalhar com os adultos.

Marcela, que também é assentada há bastante tempo, cita que durante o acampamento sua contribuição em tarefas internas iniciou na área da saúde, que, ao recordar os ensinamentos de sua avó, despertou para o cuidado.

A gente perdeu a avó, né. Não tinha mais a avó, daí eu lembrava do que que a avó ensinava para a gente. Ela ensinava a fazer o chazinho, como fazia, dizia para que que era bom, isso trata isso, essa planta é essa... E, depois, quando a gente veio pro acampamento, na verdade, foi no acampamento que eu me despertei também para cuidar da vida mais, cuidar das pessoas. Fazer o xarope para a gripe quando era inverno. Fazer a pomada pros calos, pra machucado, pra quem se cortava, ou nas marchas, que fazia os calos. Então, a gente foi buscando cada vez mais o conhecimento, tentando conhecer cada vez mais plantas. No movimento, a gente teve mais experiência por que sempre tinha quem sabia né, sempre tem quem tem mais experiência. A gente reunia o grupo de mulheres pra fazer a discussão da saúde, de como cuidar a planta, de como tratar as pessoas e isso fortalece cada vez mais. Eu me senti muito fortalecida na questão das plantas medicinais.

Nas duas falas, as mulheres ressaltam a importância pedagógica do acampamento, quando mencionam que trouxeram suas contribuições a partir dos conhecimentos transmitidos de gerações passadas, mas que foi no coletivo do acampamento que se construíram como sujeitos sociais e que ampliaram seus saberes pelas trocas proporcionadas nos espaços de sociabilidades e de lutas do movimento pela terra. O relato de Arruda reconstrói o empenho dos mediadores sociais do movimento para trazer a equipe de Paulo Freire, afim de contribuir no planejamento das ações de alfabetização no acampamento. Já o depoimento de Marcela nos remete à essência do pensamento de Freire (1987), ao afirmar que a prática vivenciada no acampamento contribuiu no despertar para o cuidado da vida e das pessoas e, a partir do conhecimento construído no coletivo, da reflexão sobre os saberes acumulados e na compartilha com suas companheiras e companheiros de luta, sentiu-se “fortalecida”.

Esta responsabilidade com a construção coletiva a partir da prática, da reflexão sobre ela e da compreensão das ações de ensinamento e aprendizado como processos dialéticos e regidos pelo carinho entre as pessoas foi proporcionada pela ação coletiva e se encontra muito próxima das reflexões de Freire (1987), especialmente no que tange à necessidade da elaboração de uma nova pedagogia, baseada no diálogo, nas trocas de saberes e em processos educativos que despertem a reflexão crítica da realidade como base para a liberdade. Neste sentido, os acampamentos podem ser concebidos como espaços

pedagógicos, onde a educação se constitui em cada uma das tarefas nele desenvolvidas. Tais concepções convergem para a afirmação de Freire (1987, p. 48): “a educação autêntica não se dá de ‘A’ para ‘B’ ou de ‘A’ sobre ‘B’, mas de ‘A’ com ‘B’, mediatizados pelo mundo.”

Porém, as entrevistas realizadas me trazem o entendimento de que as plantas medicinais eram usadas dentro dos acampamentos e nos primeiros anos de assentamento, fundamentalmente, pela necessidade material existente, ou ainda, pela falta de opções, de condições financeiras e pela ausência de serviços de saúde pública, como relembra Maçanilha. Esta fala é recheada de silêncios expressos nas reticências, que demonstram o quanto estes anos foram difíceis, ao rememorar que sempre que as pessoas ficavam enfermas no acampamento passavam pela equipe de saúde, antes de serem encaminhadas para a cidade mais próxima em busca de atendimento médico.

Ah, sim, as planta salvaram muito... Nós mesmo... Acampado, rolamo muito... Nós ficamo quase 4 ano, e era o chá que nós tinha. O primeiro socorro era os chá no acampamento. Não vou dizer que não tinha um AAS ou uma aspirina... Mas depois, daí só se era caso de muita urgência... E sempre a gente teve os primeiro socorro com as que trabalhavam pra saúde, né?

Além disso, na memória coletiva das mulheres, a concepção de cuidado vinculado à saúde se restringia ao cuidado com os seres humanos e com os estados de saúde/doença, possivelmente por que a própria situação de vulnerabilidade vivenciada não permitia ir muito além. Porém, demonstram que havia uma solidariedade coletiva muito grande dentro do acampamento, especialmente das pessoas que faziam parte das equipes de saúde, e que a troca de saberes permitia a utilização de espécies que não são comumente usadas como medicinais, ampliando o horizonte dos conhecimentos, como mostra o depoimento de Tansagem:

Sabe aquela coisa que dá nas árvores, que fazem os pinheirinhos e enfeitam? A gente fazia cataplasma para desinflamar a garganta, porque no acampamento não existia assim, tu ir lá comprar um remédio. Não...Tinha a brigada de saúde e tal, mas só que as pessoas, muitos não conheciam, outros conheciam, e eu tinha muito isso. Como eu aprendi com o vô e a vó, então eu tinha aquilo que eu podia fazer, me sentia na obrigação de dizer assim: “- Oh, eu posso fazer alguma coisa por alguém...” Eu fazia o chá, fazia o xarope da cebola. De noite, então, eu passava de barraco em barraco distribuindo uma dose para cada um.

“- Ah, você não tá bem, tá com tosse, tá com febre, vamos fazer uma cataplasma de barro ou vamos fazer uma cataplasma de barba de bode.”

Estes relatos apresentam uma concepção política de que o cuidado e o trabalho com as plantas podem ser considerados mobilizadores. Como apontam Erice e Marques (2017), as mulheres do MMC compreendem as práticas de saúde e do cuidado como ações e concepções do fazer política, na medida em que mobiliza e motiva a participação feminina. Para autoras, tal perspectiva questiona a maneira de fazer e perceber política, que não se limita apenas ao que é construído a partir de representação e legitimação em espaços públicos.

Neste sentido, vale a reflexão de que a atuação das mulheres dentro do setor de saúde do MST é uma constante. Elas geralmente são maioria nos eventos relacionados a este e contribuem coletivamente para produção dos remédios para levar para marchas, eventos e lutas do movimento Sem Terra, assim como auxiliam nos debates regionais em torno do tema. Têm participação ativa junto aos encontros estaduais do setor e muitas vezes representam este nos encontros nacionais. No entanto, não foram muitas as vezes que, na história o setor estadual de saúde do MST do RS, ele foi dirigido ou coordenado por mulheres, o que não parece ser um problema para elas.

As críticas que ouvi serem tecidas às atuações junto ao setor de saúde ao longo da minha vivência nunca pautaram o fato do setor ser dirigido por homens ou por mulheres, mas estiveram sempre vinculadas a questões de mobilização, motivação, comprometimento e execução das tarefas, da coletividade e das suas pautas. Além disso, as mulheres parecem se importar mais com a execução de ações que busquem melhorar as condições de vida e de saúde dentro das suas realidades do que com a ocupação dos espaços de representação do setor. Elas também sempre responderam ativamente a qualquer chamado para construir o setor e as temáticas da saúde, pois compreendem a importância do tema para a vida humana e se comprometem com o desenvolvimento das ações em torno dele a partir da coletividade.

Esta outra forma de compreender política para Gibson e Graham (2004 apud ERICE; MARQUES, 2017, p. 698) se denomina “políticas do lugar”. Este tipo de política tem suas propostas centradas nas realidades locais e apresentam como característica o fato de compreenderem as pautas construídas nestas

realidades mais importantes do que o reconhecimento formal das suas representações, o que, para as autoras permite que existam trocas relacionadas à emancipação e à politização das mulheres de maneira mais efetiva, pois está enraizada nas práticas e percepções das vivências cotidianas das mulheres.

Assim, a construção de espaços pedagógicos na vida das mulheres, que fazem parte desta pesquisa, não ocorreu apenas durante o acampamento ou após ele. Pelo contrário, reafirma o grande potencial pedagógico de todos os espaços de construção coletiva nos quais os saberes e as trajetórias de vida das pessoas são respeitados e valorizados. Para efeitos de exemplificação, Melissa relata que aprendeu sobre as ervas com sua mãe, que era parteira, e que sua contribuição para a coletividade sobre as plantas medicinais se iniciou a partir da relação com a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito.

Quando já tava ali com meus 17, 18 anos eu era catequista e tinha um grupo do Sindicato de Rodeio Bonito e a gente se encontrava lá na reunião das catequistas e elas conversavam sobre isso com a gente. Daí, foram se interessando de fazer lá na nossa casa, de conhecer a mãe e perguntar mais sobre as plantas, por que eu contava para elas: “- Oh minha mãe é parteira, minha mãe faz isso e tem as plantas medicinais.” E começamos, então, a fazer as reunião na nossa comunidade e juntar as mulher pobre, por que tinha muito pobre lá e as crianças, por que tinha muita criança lá... E não era como hoje em dia, a gente tem um ou dois, era dez... Aquelas crianças tudo doente, com gripe, com anemia, Daí, elas ensinavam a gente a juntar as folhas de mandioca, fazer a multi-mistura e fomos indo, e daí as plantas medicinais sempre em primeiro lugar, onde a gente ia arrumando mudas, trocando mudas no sindicato. Fizemos um Horto no sindicato de Rodeio Bonito que até hoje tem lá. Fui lá visitar e tava meu horto, que eu fiz, com a Ana, a vizinha aqui. E daí a gente se criou no meio.

A fala de Melissa me remete à reflexão de que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Pastorais já compreendiam, há mais de vinte anos, as plantas medicinais e as práticas de saúde como potenciais para mobilização coletiva das mulheres, assim como os movimentos sociais compreendem até hoje.

Neste sentido, Kèr goat (2016), no investimento para compreender a complexidade do cuidado dentro das relações sociais e do trabalho no Brasil e na França, afirma que a construção da emancipação dos sujeitos se dá a partir da coletividade, porém, não uma coletividade que negue a diversidade existente, formando uma homogeneidade na qual as individualidades desaparecem. Para a autora, a construção da emancipação se edifica com sujeitos que se apoiam na

pluralidade intrínseca para se constituir, trabalhando a dialética entre indivíduo e coletivo.

No espaço do acampamento, ao mesmo tempo em que a valorização do trabalho com as plantas transforma as mulheres, o trabalho no espaço coletivo reformula a compreensão de mundo, daí que a planta é transformada em remédio e também pode transformar as concepções de quem recebe o remédio. Tal concepção apresenta consonância com a afirmação de Kèrgoat (2016), de que o trabalho é transformador das pessoas e da natureza. Através das relações estabelecidas por meio do trabalho, as pessoas transformam-se e transformam a natureza.

Desta forma, creio que a compreensão do cuidado destas mulheres também se transformou ao longo dos anos e, o que era limitado aos seres humanos ganhou, a partir dos assentamentos e das vivências nos lotes, compreensões mais amplas, envolvendo a saúde dos seres humanos, mas relacionando esta à saúde ambiental, à preocupação com a biodiversidade, com as espécies ameaçadas e, especialmente, com os riscos que os agrotóxicos oferecem a toda as formas de vida no planeta.

Às mulheres do campo é atribuída boa parte das produções destinadas ao autoconsumo e do manejo da biodiversidade nos quintais, usada para prevenir e curar doenças a partir das plantas, como afirma Demarais (2007 apud SANTOS; SANTOS, 2017 p. 192) “las mujeres del campo juegan un papel crucial en las paciones agrícolas y en mantener la estructura económica y social de las comunidades rurales”. Esta atribuição acaba delegando às mulheres uma responsabilidade muito grande com relação aos alimentos levados à mesa, tanto de suas famílias, quanto das famílias consumidoras de seus produtos, assim como com o preparo dos próprios remédios à base de plantas, o que implica em uma postura bastante crítica ao uso dos agrotóxicos e à falta de cuidado com a natureza.

A fala de Marcela demonstra esta compreensão mais complexa do cuidado, reflete a concepção que ela possui hoje, que está vinculada a preocupação com a redução de muitas espécies nativas de plantas medicinais, em decorrência das ações dos seres humanos e do uso de agrotóxicos.

A gente vive nesse planeta, de cuidado, a minha relação é essa. Eu fico muito triste quando eu vou em um lugar que não tem mais marcela, que não tem espinheira santa, e tem muitas plantas que tu olha e já não encontra mais. Nessas região onde é muito usado o veneno, tu pode ter certeza que nós não encontramos mais todas as plantas que são da natureza.

Para ela, o momento que estamos vivendo representa muitos riscos à natureza e à vida:

Por isso que eu digo, nós temos que acreditar na planta medicinal e na alimentação saudável por que é isso que cura também, não adianta tomar um chá e se alimentar mal e beber mal. Então, o meu princípio de vida é continuar lutando e sonhando que todas as pessoas cuidem da terra primeiro lugar, que não esparramem veneno, por que as plantas precisam viver naturalmente, não precisa ser lá no canteiro.

Esta reflexão traz um sentimento que vai além de uma simples compreensão do cuidado, ela traduz uma preocupação com a alimentação, com a forma que as pessoas vivem, demonstrando uma consciência complexa da relação entre as formas de vida, a alimentação e a saúde. Além disso, apresenta uma grande preocupação com o planeta, baseando-se em uma relação que se sobrepõe à preocupação natural com suas condições de vida, de seus familiares ou com as futuras gerações humanas, fundando-se na solidariedade com o planeta e com toda a vida existente nele.

Tansagem, agrega um novo elemento, quando relata que o cuidado com a natureza era um dos princípios ensinados pelos seus avós, enquanto aprendia sobre as plantas medicinais. Parece que estes princípios não ficavam nítidos para ela enquanto aprendia. Mas, hoje, ela compreende que seus avós já se remetiam a proteção à natureza como uma maneira de manter a relação de troca com a mesma, o cuidado seria o princípio e a natureza retornaria ofertando as plantas e as ervas para fazer o remédio e o solo fértil para produzir alimentos.

E aquilo fica registrado na memória da gente e a gente vai buscando depois entender o que eles falavam... Mas já era dizendo que a natureza nós temos nas nossas mãos e nós temos que preservar para ela nos dar o retorno depois. Então, quem está aqui tem este dever, de zelar tanto pela terra quanto pelos patrimônios históricos nossos, né?

Tansagem ainda complementa, conceituando o que é cuidado:

É cuidar da alimentação, cuidar da água, cuidar do bem estar de uma sociedade, por que se tu vive sozinha tu não vai viver. E a questão das plantas medicinais é muito isso. É tu dizer que a nossa sociedade precisa entender que nós não precisamos morrer de depressão por que vamos usar, que eu nem sei te dizer qual é o veneno, mas eu sei que tem um veneno horrível... Eu fui visitar os parentes e isso me deixou muito triste, muito triste. Por quê. quando eu cheguei na casa deles, um tava com tumor no cérebro, o outro tava com câncer não sei aonde, o outro tava com uma ferida que não cicatriza. A mulher tomava remédio vinte e quatro horas, para dormir, para dor, para não sei o que, para não sei o que... Aí eu olhei assim: “- O deserto verde!”.

Primeiro, em sua fala, ela reafirma o fator da coletividade que as plantas medicinais carregam. Além disso, o que Tansagem cita como “deserto verde” na verdade é a extensa plantação de fumo que ela descreve existir em torno da moradia da família a que se refere durante a fala. Ela disse ter retornado para sua casa muito impressionada negativamente com a situação vivida pela família e com o odor forte do galpão de fumo gravado em sua memória.

Compreendo que esta relação de cuidado com a natureza descrita durante as entrevistas está imersa em valores, sentimentos e consciências despertados através de suas vivências cotidianas e das formações recebidas, que têm proporcionado a construção do que Puleo (2012) denomina “ética ecológica”. Porém, esta “ética ecológica” só tem se afirmado por que estas mulheres já vivenciaram ou ainda vivenciam as consequências da agricultura convencional e o uso indiscriminado de agrotóxicos, como indica a fala de Camomila:

[...] Por que hoje, nós temos vivendo assim oh, tá sendo bastante difícil as ervas se criarem aqui na nossa região, por causa... A gente ouve falar, que é dos veneno, né... E eu acho que é, por que antes, há tempo a gente plantava e as ervas vinham, tinha, né, sempre. Agora tá sendo muito difícil tu conseguir, por que tá morrendo tudo. [...] Eu cultivo sempre num lugar onde o veneno não atinja, procuro sempre um lugar debaixo das árvore, dos pé de fruteira, mais fechado pra proteger do veneno, né? E a gente sempre procura fazer um canto bem protegido de muito sol quente, que prejudica alguma planta sensível, e cuidar, prevenir pro lado que não pegue muito veneno, pro que atinge a planta e termina, vai terminando, tem que sempre tá meio que até escondendo e guardando debaixo [...]

A primeira parte da fala demonstra certo receio de afirmar que é em função do uso de agrotóxicos que as plantas medicinais já não conseguem sobreviver. Na região em que ela vive existe certa construção de “descrença” dos riscos que os agrotóxicos trazem à saúde humana e ambiental e até mesmo criminalização

por parte de quem ousa produzir de maneira diferente ou que busca problematizar o uso destes produtos. É uma região em que existe um domínio econômico de grandes proprietários de terra e de empresas vinculadas à comercialização de insumos e implementos agrícolas, tendo a cadeia produtiva de grãos muito bem estruturada e predominante, tornando muito difícil desenvolver atividades produtivas que possam estar competindo com ela.

Quem busca implantar outras formas de produzir e outros cultivos, rompendo com a lógica dominante da região, acaba sentindo a pressão da sociedade local, como mostra a fala de Maçanilha, quando questionada se em algum momento havia sofrido preconceito por usar as ervas e fazer os remédios:

Olha, dos remédio não, mas com a produção orgânica, nós tivemos uma tarefa muito pesada... O filho, o marido e até a associação junto, nós tivemos, até pra vender, né, tudo, foi muito duro... Agora não, agora tamo livre pra vender, foi muito pesado...

O depoimento evidencia que os próprios vizinhos discriminavam as famílias que optaram pela produção sem venenos e que sofreram boicotes e tentativas de impedir a comercialização dos produtos. Lembrando que ela reside na mesma região de Camomila, onde a produção de soja é dominante. A família se sentiu, em alguns momentos, lesada no direito de produzir orgânicos, pois o uso de agrotóxicos por pulverização aérea nas áreas vizinhas atingiu algumas vezes suas lavouras.

Tansagem também apresenta um elemento que reflete sobre como é difícil romper com a lógica inscrita econômica e socialmente na sociedade. Embora ela faça questão de não generalizar, afirma que ainda existe, internamente, algumas reproduções de valores de uma sociedade classificada por ela como doente, especialmente entre os homens:

Por que nossos companheiros são muito doentes... Eles são doentes quando não enxergam que só o dinheiro não vai trazer a felicidade deles. Eles estão doentes quando enxergam que precisam tá com a melhor máquina.

Ela constrói uma crítica à compreensão de alguns homens de que o mundo vive em torno de questões econômicas e da aquisição de bens. E, desta forma, demonstra compreender as mulheres dentro do movimento Sem Terra, como

guardiãs dos conhecimentos tradicionais e também guardiãs de valores necessários para a construção de uma nova sociedade, baseada em relações mais harmônicas com a natureza e em outros valores econômicos. Esta fala apresenta uma semelhança com a compreensão apresentada por Primavesi (1997), no estudo sobre Agroecologia e o funcionamento dos ecossistemas, onde a autora analisa as relações entre os seres humanos e a natureza a partir do desenvolvimento do modelo agrícola existente:

Destruímos o homem para criar bons consumidores. Acabamos com a moral e as virtudes e promovemos vícios. Mas este homem não está mais em harmonia com a natureza, com o cosmo, nem com ele mesmo. (PRIMAVESI, 1997, p. 14)

Além disso, a crítica de Tansagem se aproxima também do que Alicia Puleo (2012) denomina, em artigo sobre relações das mulheres e dos movimentos feministas com as pautas ambientais no mundo, “antropocentrismo extremo”. Em tal visão de mundo, segundo a autora, a compreensão é de que “só os seres humanos são dignos de consideração moral” (PULEO, 2012, p.41) e que todos os seres vivos são percebidos como simples meios para a acumulação humana. A autora acrescenta que esta concepção se constituiu a partir da ideia de que tudo o que existe na Terra está em função dos homens e que o ecofeminismo considera que esta concepção tem suas bases fundamentadas no patriarcado, na medida em que o pensamento androcêntrico relacionou a natureza à mulher, ao mesmo tempo que desvalorizava todas as formas de percepção do mundo consideradas femininas.

Logo, compreendo que, segundo as afirmações acima, relações de maior respeito e cuidado com a natureza são elementos necessários para a construção de novas relações sociais, que rompam com a lógica de dominação masculina e, portanto, mesmo intuitivamente, tal concepção está presente na fala de Tansagem, o que pode ser explicado pela sua participação em diversos espaços de formação que pautam a temática agroecológica.

Neste sentido, uma compreensão mais ampla de cuidado, que engloba a natureza e as relações com as pautas ambientais foi construída ao longo do tempo pelas mulheres que entrevistei e se alicerçou nas organizações coletivas que elas compõem. Isto torna-se mais claro quando analisamos, comparativamente, suas falas sobre as ações desenvolvidas e as noções de cuidado antes da sua relação

com o movimento Sem Terra, no interior dos acampamentos, e, com o passar do tempo, nas relações de cuidado nos assentamentos.

Para Arruda, os assentamentos são territórios em disputa que se traduzem em defesa de um modelo de produção fundamentado em relações mais harmônicas com a natureza, representada pelo MST, e o modelo de produção agrícola convencional, representado pelo agronegócio:

Primeira questão, tem que levar em consideração que os nossos territórios eles estão sempre em disputa com o agronegócio e onde o agronegócio consegue entrar, ele também vai cada vez mais diminuindo as espécies das nossas plantas. Então, essa é a primeira briga maior que nós temos que lembrar, né. Segundo, se nós temos uma proposta diferente na luta pela terra, nós temos que ter uma proposta diferente para a educação, nós temos que ter uma proposta diferente para a cultura, temos que ter uma proposta diferente para a questão de gênero e também para a saúde, né. Então, acho que isso vai nos empoderando como Sem Terra para nós, cada vez mais levar adiante esse projeto de sociedade e de ser humano que nós queremos construir.

Os depoimentos anteriores, em especial o último, apresentam elementos que compõem a necessidade da mudança de compreensão do papel da reforma agrária no Brasil e que teve consequências na concepção de cuidado. O MST, no início dos anos 1980 e 1990, tinha como preocupação tornar áreas improdutivas em produtivas e transformar a sociedade, atualmente incorporou pautas muito mais amplas como o comprometimento com a produção de alimentos saudáveis, defesa do meio ambiente, da biodiversidade além de absorver as pautas históricas da diversidade social, como estratégias de transformar a sociedade.

Esta compreensão sobre o papel da reforma agrária foi sendo reestruturada de acordo com as mudanças conjunturais da sociedade brasileira. Desta forma foi se aproximando de pautas mais específicas, porém sem abandonar a luta pela terra e pela transformação social. Dentre as pautas específicas incorporadas pelo MST, nas últimas décadas, estão as ambientais e as feministas, levantando a bandeira da produção orgânica e livre de agrotóxicos, se aproximando de preceitos agroecológicos, como base para a construção de novas relações com a natureza e novas relações de gênero, por meio da valorização saberes femininos e da visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres.

Neste sentido, compreendo que a aproximação do MST com pautas mais específicas se constitui também em função do movimento ser também fruto das

vivências de seus e de suas componentes. Como afirma Fernandes (2000, p. 248), em estudo sobre a trajetória de luta do MST, “os Sem Terras não lutam só pela terra, mas por condições básicas de existência e por esta razão vão dimensionando o Movimento [...]”. E complementa que o MST atua em diferentes dimensões da vida humana e é construído a partir das experiências vivenciadas pelas pessoas que o compõem, proporcionando, desta forma, as transformações acerca das concepções internas ao longo dos anos.

Embora a concepção de cuidado dentro dos assentamentos tenha se ampliado, os cuidados com os seres humanos também se expressam a partir das plantas medicinais, que se constituem a principal referência nos cuidados com a saúde. Vale lembrar que, no início, tais cuidados tornavam-se necessários pelas limitações encontradas nos acampamentos. Mas, atualmente, os usos de ervas medicinais se reproduzem por uma perspectiva de soberania e de resistência social, que, na compreensão das mulheres, se mostram mais eficazes e menos agressivos do que os medicamentos químicos, conforme depoimento de Melissa:

Quanta gente tomando Omeprazol. Eu cheguei a apelidar umas plantas aqui de Omeprazol... Eles vêm aqui: “- Ah por que eu tô sempre com dor de estômago?” Eu digo: “- Toma omeprazol.- E dou a planta.”Eles levam o “Omeprazol” e tomam e largam aquele outro. E quantos e quantos que vem aqui e diz: “- Aquele omeprazol que a senhora me deu é muito bom.”Eu digo: “- Viu, é esses que nós devemos tomar. É com esses que nós devemos nos prevenir. É com as plantas medicinais, que não vão fazer outro erro no corpo da gente.”

No mesmo sentido, Arruda cita que teve um problema de pele e que foi diagnosticado como uma doença vinculada ao sistema imunológico. Segundo ela, todas as tentativas realizadas com medicamentos químicos tiveram pouco resultado e o que lhe trouxe a cura foi o cuidado alimentar e o uso de plantas medicinais que estimulam o sistema imunológico.

E Marcela explica que muitas vezes experimentou os remédios em si própria e que conseguiu se curar de uma doença grave a partir das plantas medicinais e do tratamento natural baseado em uma reeducação alimentar e no uso das plantas:

Eu estava em mim mesma. Quando eu tive o problema de saúde eu testei em mim mesma, por que eu parti para o tratamento natural e desisti do tratamento químico.

Desta forma, a experiência vivida é determinante no despertar da consciência ecológica entre as mulheres, pois o uso de agrotóxicos em alimentos aparenta até ser tolerado, mas nas plantas medicinais é descrito por elas como inadmissível.

Esta consciência sobre a produção sem venenos, que se encontra vinculada ao conceito mais amplo de cuidado desenvolvido por estas mulheres parece estar também vinculada aos processos de luta vivenciados por elas. Cito, então, o caso específico da ação das mulheres da Via Campesina no laboratório de pesquisa da Aracruz Celulose em 08 de março de 2006.

Assim, trago aqui uma reflexão que ouvi, em uma conversa informal, com uma dirigente do setor de gênero sobre a necessidade da produção de alimentos saudáveis pelo Movimento Sem Terra. Ela afirma que a decisão prática por produzir alimentos livres de venenos se concretizou a partir da ação realizada pelas mulheres da Via Campesina em 2006.

Para esta dirigente, o questionamento das áreas de monocultivo de eucaliptos se deu em função deste cultivo não ser destinado à produção de alimentos e de trazer riscos não calculados aos lençóis freáticos e à biodiversidade, afetando todas as formas de vida existentes naqueles locais. Logo, a questão ambiental, de contaminação dos lençóis freáticos por agrotóxicos não deveria ser uma contradição do movimento Sem Terra, assim como a qualidade dos alimentos produzidos. Segundo ela, foi a partir daquele momento que as mulheres incorporaram esta pauta, que já vinha sendo apropriada dentro do movimento. Mesmo não sendo todas as famílias assentadas no RS que optaram pela produção de alimentos livres de venenos, esta passou a ser uma bandeira de luta do movimento Sem Terra.

Outra dirigente, esta do setor de produção do movimento Sem Terra, também em conversa informal, em relação à luta das mulheres da Via Campesina de 2006, afirmou que, entre outras coisas, aquela luta foi determinante para que as mulheres do MST conquistassem um maior reconhecimento interno pelo protagonismo na luta, que até aquele momento não havia sido experimentado.

Logo, embora a inserção das mulheres entrevistadas na organização do MST tenha se dado através das áreas do cuidado, o que reflete a trajetória de muitas delas, especialmente das que iniciaram suas trajetórias de luta há mais

tempo, esta inserção permitiu que elas não se limitassem a estes espaços. Elas buscaram compor diferentes instâncias do MST, o que nem sempre foi tranquilo e desprovido de disputas e resistência dentro do movimento. A busca por equidade entre mulheres e homens dentro do movimento Sem Terra segue como bandeira de luta interna e referência na construção de suas trajetórias de militantes, na resignificação de conceitos e na transposição de barreiras.

Elas têm conquistado muitos espaços e muito respaldo dentro e fora do MST e a fala de Marcela demonstra resumir um pouco desta sensação que elas têm ao pensar sobre a própria atuação:

Eu sou da área social, da saúde, mas eu tô envolvida na educação lá da região, eu tô envolvida com os grupos de mulheres, eu tô envolvida lá na cooperativa, no cuidado com os grupos gestores, então a gente tem muita coisa para fazer e eu não me dedico só às plantas. (MARCELA)

Elas entendem que não são invisíveis, elas sabem que se fazem ver através das práticas e da coletividade e mais uma vez Marcela materializa esta reflexão:

Nós não somos essas mulher tão oprimida, sofrida e invisibilizada. Nossas camponesas, nossas Sem Terra, não são mais essas [...] Nossa luta nos faz ser vistas, lá onde eu moro pelo menos, muita coisa já mudou. (MARCELA)

Logo, estas mulheres enfrentam os limites impostos pelos reflexos de uma sociedade capitalista e patriarcal, que atribui o cuidado como tarefa feminina, dentro e fora dos seus espaços de vida, mas elas teimam em transformar isto em potencial para alçar novos voos e não em limite, e carregam consigo a certeza de que, por onde passam se fazem vistas e ouvidas a partir da organização coletiva e do protagonismo construído.

3.2 MULHERES SEM TERRA E AFETO COM A NATUREZA: SABEDORIA E SIMBÓLICO

A concepção de cuidado desenvolvida pelas mulheres assentadas tem uma relação direta com as relações de afeto construídas por elas em relação à terra e à natureza.

Para as mulheres entrevistadas nessa pesquisa, o afeto à terra se desenvolveu a partir do momento que chegaram em seus assentamentos e seus

devidos lotes. A maneira que retratam seus lotes vislumbra o orgulho da conquista de uma “terra prometida”, que tem um vínculo considerado quase sagrado e que representa ter sua origem nas relações estabelecidas com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Comissões Pastorais. Estas, junto às comunidades camponesas e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na década de 1980, foram as primeiras instituições a acolher e a fomentar os debates em torno da questão agrária no Brasil, a partir do processo de democratização, dando origem ao MST.

Pelas narrativas das mulheres rurais, a construção de suas vidas no ideal da “terra prometida” nunca foi tarefa fácil. Como rememorou dona Maria, que é uma grande referência de trabalho com as plantas medicinais em seu assentamento e para a Pastoral da Criança e da Saúde de seu município, foi assentada em 1984, em um assentamento da região central do RS que é anterior à criação do MST. Esta fala compõe os arquivos de minhas anotações de caderno de campo que compuseram o relatório técnico da Sistematização de Experiência do Núcleo Operacional de Tupanciretã do ano de 2015:

Quando a gente chegou aqui, a gente não tinha nada, mas nada... A gente chegou e ganhou sete varas de taquara e um pedaço de lona. A gente foi pro acampamento por que a gente não tinha nenhuma condição de ficar onde a gente morava. A gente morava em um pedacinho de terra de dois hectares junto com a família do irmão dele. Então, quando a gente veio, aqui não tinha nada, era só campo e a terra não era como a de lá. Mas daí, no primeiro ano quando a gente tirou da terra a primeira raiz de mandioca, quando a gente colheu a primeira raiz, meu Deus quanta alegria... Quanta alegria comer da mandioca da nossa terra! E era umas raizinha fininha, igual um dedo, por que a terra era fraca e a gente não sabia, mas quanta alegria comer a mandioca da nossa terra!
()

Essa fala é repleta de emoções e de significados que reúnem a representatividade dos sentimentos envolvidos na conquista da terra e na possibilidade de nela plantar, colher e viver. Logo, esta fala explicita que as relações de afeto com a terra e com os frutos que brotam dela — utilizo frutos no sentido figurado, compreendendo inclusive as plantas ornamentais como frutos — são reflexos da conquista de uma condição de vida mais digna e que carrega consigo o significado da dimensão da importância da conquista coletiva.

Estas relações carregadas de sentimentos de afeto pela terra, me reporta ao que descreve Brandão (1999), quando reflete justamente sobre o afeto que os

camponeses apresentam pela terra a partir da vivência realizada no interior de São Paulo em meados de 1990:

Sei que preciso tomar cuidado para não escrever sobre isto de maneira subjetiva e piegas. Mas ao pensar o lado de dentro dos modos de ser e imaginar um mundo de trocas através do trabalho, se a face do afeto, das sensibilidades ditas e vividas no cotidiano não for levada em conta, o lado talvez menos sociologicamente reconhecível, mas também o mais socialmente vivo, poderá ficar não revelado. Como esconder que entre os velhos homens do campo a terra é amada? (BRANDÃO, 1999, p. 65).

Desta forma, me sinto em um conflito semelhante ao apresentado pelo autor, mas chego também à mesma conclusão, de que não poderia deixar de citar, tentar traduzir e descrever estas relações envoltas em sentimentos em torno da terra, dos alimentos e das plantas medicinais descritas pelas mulheres que fazem parte desta pesquisa.

A relação afetiva entre as mulheres assentadas e os frutos da terra se torna ainda mais intensa quando estes são as plantas medicinais. Pois, junto com o orgulho da conquista e o apreço pelos seus frutos, está também a gratidão. Gratidão que também existe pela disposição de alimentos, porém, quando me refiro às plantas medicinais, muitas vezes, as mulheres mencionam as plantas que brotam, voluntariamente, em seus quintais e são “doações” da natureza para suas famílias. O sentimento de gratidão estende-se às situações de reestabelecimento da saúde pelo uso das ervas medicinais, como expressa a fala de Tansagem:

Olha, eu acho assim, que, a partir do momento que eu toco em uma planta, sinceramente, ela é a minha vida. É como se dissessem assim, tiraram a terra, tiraram meu chão, tiraram a planta tiraram a minha vida...

Tansagem refere-se ao significado que as plantas medicinais têm na sua vida. Para ela, o trabalho com as plantas medicinais sempre foi importante porque faz parte da sua trajetória de vida, pois garante que o tratamento à base de plantas medicinais foi responsável pela cura de uma das pessoas mais importantes de sua vida, que sofria de uma doença grave. Este fato tornou sua relação com as plantas ainda mais intensa, demonstrando que o sentimento de gratidão pela cura é um princípio fundamental do movimento de difundir o uso das plantas. Neste sentido, as ervas medicinais e seu uso terapêutico também são compreendidos na esfera do sagrado. Tansagem, que já trabalhou em hospitais, conta que sempre

procurou conversar com os pacientes internados e orientá-los a complementar os tratamentos com o uso de plantas, pois compreende que as plantas ajudam no tratamento, mesmo das doenças consideradas mais graves.

Ela compreende que as plantas têm seu ciclo de amadurecimento e funções específicas e afirma que muitas vezes substitui as plantas de algumas receitas por outras que encontra em seu lote e que tenham a mesma função:

Existe a questão da energia, é verídico! Toda planta ela tem o seu momento de ser cuidada e de ser tirada de sua planta, arrancada do chão, né? Eu sinto que, mesmo que seja a urtiga que vai me picar, eu vou usar ela como energia e como fonte de outra planta que eu precisava associar. Então assim, as minhas, as minhas receitas, que eu digo: “- Ah eu faço uma pomada que é milagrosa!” A minha pomada milagrosa, ela tem o que eu tenho no meu pátio, sabe? O meu xarope, ele não vai ser o meu xarope que eu vou comprar tal planta, não. É aquilo que eu saí no pátio, eu encontro isso aqui, eu vou lá e arranco. Por quê? Porque que eu digo isso? E eu digo para todo mundo, com a maior segurança do mundo, eu não tenho um horto fechado, eu tenho um céu aberto, por que meu lote é orgânico.[...] Isso é encontrar na natureza o que tá de livre e espontâneo para nós, é sair no meio da mata e saber que tu pode ir lá e pegar qualquer planta e botar na boca, que nem eu digo para os meus netos: “- Olha a flor da laranjeira, olha o sabor, olha o cheiro que ela nos traz!”

Nesta fala, Tansagem demonstra compreender as plantas medicinais como seres vivos completos, que passam por um ciclo vital e que dependem do amadurecimento para produzir um maior teor de princípios ativos. Esta é uma afirmação que tem confirmação já existente na ciência, de que em certo período de desenvolvimento as plantas medicinais atingem um maior teor de princípios ativos. No entanto, Tansagem demonstra deter este conhecimento não oriundo de comprovações científicas, mas sim de um saber ancestral. Esta reflexão sobre a ancestralidade destes saberes me remete ao que afirma Primavesi (1997) sobre a cultura Celta de colher as plantas medicinais na lua cheia por terem maior concentração de princípios ativos. Mesmo que a afirmação da autora faça referência a uma cultura tão distante temporal e geograficamente, esta cultura parece ter reflexos nas práticas populares em saúde, não necessariamente na prática em si, mas na concepção holística da realidade.

Além disso, Tansagem também faz uma associação entre a energia das plantas e seus princípios ativos, o que reafirma esta compreensão holística sistêmica da realidade, demonstrando mais uma vez uma concepção que se baseia em preceitos agroecológicos.

Para Primavesi (1997, p. 12), os ecossistemas são sistemas em equilíbrio dinâmico e através da matéria agem as energias que dão às coisas sua verdadeira propriedade e dependem da harmonia do universo, o que reforça mais uma vez que se aproxima da concepção de Tansagem, o que pode ser explicado por Primavesi ser uma das influências teóricas que alicerçam a concepção de Agroecologia do MST.

A descrição que Tansagem faz do seu lote como um horto aberto demonstra a concepção das relações com a natureza, pois seu lote é certificado como orgânico e tem garantia de que o que nasce ali pode ser consumido sem medo de intoxicações por produtos químicos. Em sua fala, ela acredita que existem interações entre as espécies que nascem em seu quintal e a composição do solo, além de acreditar nas interações entre as plantas e das plantas com o meio ambiente.

Melissa também fala sobre a interação entre as ervas, ao frisar a importância do conhecimento das espécies para realizar o uso, bem como a interação das plantas com quem as prepara. Ela acredita na existência de um tipo de comunicação entre as pessoas e as plantas, desde que as pessoas estejam abertas a realizar esta conexão, a partir de um comportamento harmônico, equilibrado e sintonizado com as plantas. Desta forma, Melissa acredita que, para relacionar-se com as plantas, é necessário desenvolver a capacidade de observação para poder compreender as plantas, ou “sentir” as plantas, que, em sua opinião, é mais complexo do que compreender os animais.

Ah, isso é importante... A gente saber qual é a planta que é boa para curar tal doença e como a gente se relaciona com elas. Por que parece que se a gente não vai lá com amor para lidar com elas, e com tempo e com a cabeça bem arejada elas não se mostram. Por que senão a gente se vai lá com raiva, vai lá com problemão na cabeça a gente não consegue se relacionar com as plantas e eu não acho jeito de ficar lá dentro da horta. Pra mim ir pra lá, eu tenho que ir sozinha, pra mim poder tirar as plantas. Pra mim fazer as tinturas, eu tenho que ir lá sozinha, não posso ter ninguém por perto. [...] Pra mim levar alguém lá dentro pra me ajudar, tem que ser da minha confiança e que me obedeça. Mas, não tá fácil isso, por que lidar com as plantas não é lidar com os bichos, tem que saber sentir...

Melissa, assim como Tansagem, expressa elementos de uma agricultura agroecológica que se aproxima mais uma vez da compreensão apresentada por

Primavesi (1997), quando afirma que as plantas, assim como os demais seres vivos, apresentam psique e que esta psique é a energia que as envolve e que os vegetais captam e materializam.

Nesta fala, Melissa explica que aprender a observar a natureza é a base para uma conexão com as plantas. Para que essa relação se estabeleça, é necessário haver harmonia entre as pessoas e as plantas. Compreendo este entendimento, apresentado por Melissa, como uma forma de questionar as relações de domínio da natureza pelos seres humanos, demonstrando que a relação que ela estabelece com as plantas é de respeito e de valorização como uma forma de vida específica, mais uma vez muito próxima ao que prega a agroecologia.

Marcela também demonstra esta compreensão respeitosa e de afeto com suas plantas. Além disso, outro elemento trazido por algumas das entrevistadas é de que as plantas medicinais não estão dentro da horta, espaço em que produzem parte dos alimentos, ou, ao menos, não apenas na horta, pois fazem questão de dizer que as plantas se encontram soltas pelo quintal, debaixo das árvores, perto de casa. Compreendi, a partir destas afirmações, que elas acham importante que as plantas estejam, de certa forma, “livres”, embora recebam atenção e cuidado. Estas afirmações sempre são sucedidas de falas que reforçam a preocupação de proteção destas plantas contra os agrotóxicos ou, da importância do lote ser certificado ou em processo de certificação orgânica.

Eu falo com minhas plantas, eu falo com cada uma... E tu não me faça eu me emocionar... Então, as plantas, eu sei cada uma delas, o bem que elas fazem. Tu me perguntou: “onde que eu cuido delas?” Se tu chegar na minha casa, tu vai ver muitas árvores, que quando eu cheguei lá era barba de bode só, não tinha nada. Lá tem muita coisa, tem pitanga, a folha da pitanga é remédio, ameixinha também. Por baixo tem penicilina, tem salvia da gripe, tem cavalinha, tem fortuna, tem calêndula, capuchinha. A calêndula é só em época, por que a gente usa a flor e é para tratamento externo, mas a gente planta ela, por que na época a gente usa ela para fazer pomada, o creme, o sabonete para dar uma estimulada na gente. Então, o cuidado com a vida depende muito da terra. (MARCELA)

A forma de produzir as plantas em liberdade pelo quintal está envolta de muitos significados e um dos que consegui apreender foi de que as mulheres apreciam a liberdade e compreendem como fundamental o afeto, o cuidado e o

diálogo. Desta forma, entendi também que as relações estabelecidas com as plantas medicinais cultivadas por elas dizem muito sobre o tipo de relação que apreciam e desejam tecidas entre seres humanos. Elas desenvolvem relações com as plantas medicinais muito semelhantes com as plantas ornamentais e animais domésticos. Elas despendem tempo e atenção às suas plantas por entender que as plantas lhes dão mais retorno, embora o retorno não seja o motivo direto da atenção, como afirma Camomila:

Ah, eu trato que nem eu trato minhas folhagem. Eu falo com elas. Se vejo que ela tá ficando feia, tem que dar uma renovada. Eu falo com elas, igual tô falando, ela tem vida igual nós. Ela dá vida pra nós. Então, assim, eu vou lá, eu chego no pé, falo com carinho e quando eu vejo que ela tá ficando feia, ficando velha assim, eu tenho que ver qual é a muda que tá mais bonita, para eu mudar. (CAMOMILA)

Ainda neste sentido, Arruda afirma que, quando a escola que coordena tinha um horto de plantas medicinais, mesmo com todos os demais afazeres, dispensava diariamente um tempo para cuidá-lo, demonstrando seus vínculos de afeto:

Eu, todo dia, tinha que ir lá dentro do horto, para sentir os diferentes cheiros que aquele horto trazia. Eu faço isso agora com essas ali também, agora tá saindo do inverno elas tão começando a vim. Então, cada uma tu poder cheirar... E tu sente que, às vezes, parece que tu não deu muita atenção para uma, parece que ela fica encolhida e eu acho que isso é uma questão. Não sei, acho que é uma troca de energia, entendeu? Eu, me parece, que seja uma troca de energia que a gente também não sabe explicar, eu não saberia explicar, só que me dá falta quando eu fico muito tempo longe disso. E essa ligação que eu tenho muito forte, acho que é, com a agricultura também em geral... Eu tenho uma relação muito forte com os animaizinhos e com a questão das plantas, visito elas todos os dias. (ARRUDA)

Da mesma forma descreve Melissa. Embora a atuação delas seja completamente diferente, pois enquanto Arruda coordena uma escola que tinha um horto como espaço pedagógico, Melissa, por sua vez, tem seu horto em casa para produzir seus remédios e faz disso, além de um espaço de referência regional para o uso das plantas medicinais, um meio de complementar a renda familiar e as duas vivem em regiões distintas do estado do RS. Elas duas relatam formas cotidianas de estabelecer as relações com as plantas, através de visitas matinais,

da necessidade de sentir os aromas das plantas e da necessidade de atenção para que elas se desenvolvam, de forma muito semelhantes:

Eu, todo dia de manhã, tenho que ir lá no horto. Ir lá pegar no alecrim, mexer no alecrim, sentir o aroma do alecrim, aonde traz energia boa para a gente, né. Aquele cheiro do alecrim e o manjeriço também é outra planta que eu adoro. Então, de manhã cedo, eu vou lá na horta, converso um pouco com elas, depois lá pelas dez horas eu vou de novo que aonde é a hora de colher elas, para mim poder fazer as tinturas e todo dia eu faço uma tintura. Se eu não fizer uma tintura por dia eu fico doente.
(MELISSA)

Todas as falas citadas nesta seção demonstram uma nítida aproximação das mulheres rurais, vinculadas ao MST, com a terra, com as plantas medicinais e com a natureza em geral. Esta aproximação, das mulheres com a natureza, por muito tempo foi atribuída a nossa natureza biológica. Porém, para Ortner (1979), em um artigo dedicado a compreender a lógica da “universalização da subordinação feminina”, onde estuda a condição das mulheres a partir da análise das relações de aproximação destas com a natureza, conclui que esta aproximação de fato existe, porém, não é natural ou biológica, mas naturalizada ou construída socialmente, ao longo dos tempos, por diferentes fatores. Neste sentido, Puleo (2012), também em estudo sobre relações das mulheres com o meio ambiente, põe em questionamento a afirmação de que as mulheres tendem a desenvolver solidariedade com a natureza ou sensibilidade maior com a crise ecológica, pois, além de um equívoco, é um demérito às mulheres que de fato se identificam com as pautas ambientais, lembrando que a filosofia considera ato virtuoso aquele que não é determinado biologicamente, mas sim resultado da opção baseada na razão e na vontade.

Logo, compreendo que estas relações de afeto com a natureza desenvolvidas pelas mulheres Sem Terra, aqui analisadas a partir das relações com as plantas medicinais, são fruto de suas vivências sociais e das relações construídas com a natureza e com um movimento social específico, que é o MST. Tais experiências de vidas as levam aos caminhos da construção de uma nova cultura, inclusive com relação as formas de fazer a agricultura.

A relação existente entre cultura e natureza, segundo Ortner (1979, p. 99) tem relação direta com a dominação masculina:

A cultura está engajada no processo de gerar e sustentar formas e significados por meio das quais a humanidade transcende os atributos da existência natural, ligando-as a seus propósitos, controlando-as de acordo com seus interesses.

Em complemento, a autora afirma que a cultura equacionada pela consciência humana, transcrita por sistemas de pensamento, e pela tecnologia, é considerada um meio pelo qual a humanidade busca controlar a natureza, o que acaba, em função da identidade construída socialmente entre mulheres e natureza, transformando também as mulheres, em alvos de processos de dominação.

Shiva e Mies (1993), em texto de formulação sobre o ecofeminismo, a partir de situações relações de mulheres com o meio ambiente em diferentes contextos globais, afirmam que a forma que se estrutura a civilização moderna, através do capitalismo patriarcal, baseado em uma cosmologia e uma antropologia que dicotomizam estruturalmente a realidade, tende a opor, hierarquicamente, duas partes: uma considerada superior e outra inferior. Isso, segundo as autoras, torna difícil que as pessoas visualizem não só a própria necessidade de libertação frente ao sistema, e, principalmente, a libertação da natureza. Para as autoras esta dicotomia apresenta-se na separação do homem e da natureza, mas também do homem em relação à mulher.

Elas ainda apontam que as teorias evolucionistas utilizaram as teorias de Darwin dentro dos contextos sociais para construir uma homogeneização, buscando eliminar a diversidade e as diferenças qualitativas e que uma perspectiva ecofeminista necessita que se construa uma nova cosmologia, baseada na cooperação, no cuidado e no amor mútuos e que estas são as bases para a construção de uma nova sociedade, baseada no respeito e na preservação da diversidade de todas as formas de vida.

Então, faz-se necessário, além de construir processos de luta contra as formas de dominação existentes na sociedade e contra o sistema capitalista e patriarcal, transcender esta concepção cultural existente para que seja possível a construção de novas relações com a natureza e novas relações de gênero na sociedade. Creio que esta seja uma concepção muito próxima da apresentada pelas mulheres rurais, interlocutoras dessa pesquisa.

Analisando suas práticas e suas falas, compreendo que buscam construir relações mais afetuosas e respeitadas com a natureza e com as outras pessoas em seus cotidianos. Suas falas explicitam que entendem a educação como base para as mudanças nas concepções das pessoas. Portanto, as mulheres entrevistadas constroem uma nova cultura no sentido atribuído por Caldart (2000), em sua tese de doutorado, que se tornando livro, ao analisar a prática pedagógica do Movimento Sem Terra e sua concepção além dos muros das escolas, que serviu de base para a educação do campo. Caldart descreve a cultura como sendo um modo de vida, uma transmissão de patrimônio na forma de valores dentro de um grupo, porém diretamente vinculada a um processo histórico e acrescida de valores políticos específicos. Para a autora, esta cultura, formulada dentro dos movimentos sociais, faz parte de um cotidiano, mas de um cotidiano retrabalhado, em que são revistos certos padrões e tende a produzir novos valores, significados e ideias, diferentes daqueles atribuídos antropologicamente ao conceito de cultura.

Os trabalhos realizados por algumas das entrevistadas, junto aos jovens e às crianças, demonstram que, além de construírem relações diferenciadas com a natureza, buscam desenvolver nas novas gerações o afeto e apreço pelas plantas medicinais, pela biodiversidade e pela vida. O relato de Melissa é eloquente nesse sentido, quando menciona as frequentes visitas, em seu horto, de turmas de alunos da escola do seu assentamento, para aprender sobre as plantas medicinais. Discorre também sobre a relação com o neto, que se mostra como um dos seus principais aprendizes, ao mesmo tempo em que a insere nas redes sociais. Segundo ela, o neto é o principal responsável pela produção de curtos vídeos, nos quais fala sobre as plantas e que são utilizados para fins educativos, e algumas vezes publicizados nas redes sociais. Tais práticas demonstram a existência de uma profunda relação intergeracional, tecida entre avó e neto, regada de trocas pedagógicas.

[...] a gente trabalha com a escola, os alunos aqui vêm e passam o dia aqui comigo. Cada mês vem um grupo. Eles marcam e daí vem. Passam o dia inteiro estudando, daí vão para o horto conhecer as plantas, daí nós vamos fazer uma tintura... Todo mundo bem interessado. [...]. O meu neto também é muito interessado, queria que tu visse, quando chega o pessoal, que veio da universidade de Ijuí, vieram de umas quantas universidades aí visitar. Eu não venço conversar com todos, então já tenho ele. Ele vai na frente contando bem certinho prá que que serve

aquela planta e diz: “- Assim diz a minha vó!” Ele me ajuda a fazer as mudas, ele me ajuda em tudo lá na horta. Ele entra e leva o telefone e vai gravando eu conversando e pergunta para mim. Faz eu conversar, grava tudo no telefone dele sobre as plantas medicinais. Então, eu sempre digo para ele que ele podia fazer um doutorado sobre plantas, né? Ele ser um médico das plantas naturais já que eu não tenho estudo. Eu fui na aula até a terceira série, coitada de mim, mal apenas sei escrever, escrevo até os nomes dos remédios errado.

Arruda também se dedica a transmitir estes saberes, fazeres e valores aos educandos da escola em que atua. Ela trabalha com adolescentes e, assim como Melissa, acredita ser mais produtivo trabalhar com as crianças e jovens sobre a importância das plantas medicinais, as relações com a natureza e a valorização destes saberes, como base para a construção da soberania. Porém, diferente da fala de Melissa, que trabalha com as crianças, Arruda afirma que os jovens já apresentam certa resistência ao uso das plantas medicinais, mas que o processo de sensibilização e formação dentro do curso e a prática de uso de plantas para tratar da saúde humana e animal são fundamentais para modificar as concepções, pois conseguem visualizar os resultados na prática. Somando-se a isto, Arruda descreve que existe uma prática de cuidado à saúde dentro da escola que tem uma concepção integral, que envolve a observação e a acolhida antes de iniciar qualquer tratamento e que as relações com as plantas, com as pessoas e entre elas estão envolvidas por uma relação mística:

Eu acho que no início eles vão tendo resistência, o que é normal. É normal que eles tenham resistência, mas depois, com as disciplinas que eles estudam aqui, com o método que a gente vai trabalhando, a leitura da sociedade que a gente tem, as místicas, as análises de conjuntura e até mesmo o estudo de formação política vem ajudando. Isso tudo vai fazendo com que eles vão tendo essa compreensão. [...]. A gente trata aqui com as plantas, mas a gente só não trata, a gente chama, a gente conversa. Nós temos uma equipe de saúde e essa equipe de saúde faz junto comigo as tinturas, estuda a importância disso e daí também ajuda no repasse. Outra coisa que também a gente trabalha com eles é de levar mudas para casa, entendeu? Por que só falar não adianta, né, te que desafiar. Aí eles têm que trazer também as fotos de como que tá a muda... Eu não sei se a gente tem um pouco forte essa mística, mas no momento em que tu chega e pega a planta, claro que tu tem que cuidar não vai pegar o broto, né, mas tu vai e tira, inclusive explica para eles: “-Oh vamos tirar uma folhinha aqui embaixo por que daí não atrapalha o crescimento.” Então, tu amassa ela, tu cheira ela, tu sente, entendeu? Então, essa questão é mística, mas também ela é real, por que o resultado aparece.

Com esta fala de Arruda, retomo a análise de Caldart (2000) sobre os processos de formação do movimento Sem Terra, que, para a autora,

desenvolvem um tensionamento cultural que implica em, ao mesmo tempo, retomar as raízes camponesas no modo de vida e reinventar as próprias raízes. Desta forma, Arruda aponta duas questões importantes no processo de formação: a materialidade do uso das plantas medicinais através da observação de suas ações nos processos de saúde/doença e dos resultados positivos que os tratamentos com plantas apresentam e o que ela denomina como “mística”, que nesta fala aparece como um sentimento, um valor, uma relação imaterial que possui uma construção simbólica comum.

As relações dos seres humanos com as plantas medicinais são relações permeadas de simbologias, de sentimentos, de magias e, para muitas pessoas, consideradas um meio de contato com o sagrado ou com o divino. Muitas das plantas medicinais usadas pela humanidade têm, dentre seus princípios ativos, aqueles que possuem ações psicotrópicas e alucinógenas e as consequências de seu uso, muitas vezes, são compreendidas como abertura de portais de contato com outras dimensões por diversas religiões.

Além disso, as plantas trazem consigo a simbologia da “bruxaria”, pois, como exemplifica Federici (2017), as bruxas perseguidas na baixa Idade Média eram geralmente dotadas de saberes sobre o uso das plantas. Neste sentido, as mulheres do MST absorvem para si esta denominação: elas mesmas, muitas vezes, se autodenominam bruxas. Chamam assim umas às outras, sempre como sinônimo de mulher de fibra e respeitada, dirigente e militante comprometida. Compreendem a denominação de bruxa como reconhecimento pela sabedoria e como forma de respeito pela trajetória de luta. Elas entendem a história das bruxas perseguidas na Idade Média como um processo de perseguição aos saberes do povo e à liberdade das mulheres.

Em espaços coletivos do MST, costuma-se realizar momentos de sensibilização sobre a luta em suas diversas nuances, com a exaltação de seus símbolos, de seus mártires e de suas raízes, que são denominados “mística”. Nos espaços de formação realizados pelo setor de gênero, entre as místicas, ao menos uma, geralmente realizada durante a noite cultural — espaço destinado à integração entre participantes — está vinculada às bruxas. Nestes rituais, as mulheres militantes percebem-se como descendentes daquelas mulheres queimadas em fogueiras. Aquelas são, assim como muitas outras mulheres e também muitos homens, compreendidas como mártires da luta pela liberdade e

pela soberania, embora sejam as mulheres assentadas, acampadas e militantes do MST em sua maioria católicas, compreendem esta atribuição da denominação de bruxas e são críticas à atuação da Igreja durante a Inquisição.

Para as mulheres entrevistadas, a energia das plantas medicinais também tem relação com a prática de benzer. Algumas dominam os saberes, fazeres desse ritual místico. Aquelas que não o dominam, lamentam não ter aprendido com as mães e avós que sabiam benzer. Elas não chegam a descrever o que significa o ato de benzer, mas acreditam que as plantas medicinais estão diretamente vinculadas ao benzimento, aos afetos, à espiritualidade e à mística, como explicita a fala de Camomila:

Ah, minha vó benzia de quebrante, mal olhado que diziam, olho grande e fazia chá caseiro, assim, quando as pessoas chegavam até ela pedir, que foi o exemplo que ela me deu, né, que até hoje eu tenho como herança. [...]. Eu benzo só prá quebrante. Quando eu vejo uma criança meio sofrida assim, que eu vejo que tá precisando, mesmo que eu sei que é evangélica assim, não se benze, mas eu mesmo na minha memória eu dou uma ajudada prá ver se melhora, mesmo de longe. Através do benzimento, quando a gente leva os filho pra benze é que, muitas vez, se aprende a fazer o chá. Daí, mesmo que tu tá benzendo pra anemia tem que usar o chá, fazer né, o chá da mingua. E o quebrante também, benze e daí dá o chazinho calmante prá ajudar mais a tranquiliza a criança. Tem muito de espiritualidade nisso, isso é uma espiritualidade, o benzimento, né, faz parte da espiritualidade... Muito forte isso.

Quando Camomila relata que mesmo a criança sendo de religião evangélica — evangélicos não creem em benzimentos — ela benze “em sua memória” quando avalia necessário, demonstrando o quanto o ato de benzer está vinculado ao afeto e ao fazer o bem. Ela entende que tem a ver com a energia e com a sua espiritualidade mais do que com religião e, por isso, independente da religião da pessoa, ela se sente no dever de benzer quando julga necessário. O ato de benzer para ela está vinculado ao seu dever de praticar o bem, a partir daquele saber-fazer que lhe foi confiado.

Melissa também descreve o benzimento como uma relação espiritual, vinculada a um dom divino:

Benzo também, e olha, eu tenho benzido umas pessoas que até me admirei que eu tenho poderes assim. Quer dizer, não tenho poderes, Deus me dá poder, gente do céu...

Para Maçonilha, os benzimentos auxiliam nos processos de cura, especialmente quando usados junto com as plantas medicinais, que entende ser complementares: “Ah, benzimento ajuda noventa por cento. Eu calculo que o benzimento ajuda a planta a agir no corpo”. Desta forma, recorro mais uma vez às afirmações de Primavesi (1997), de que as plantas possuem uma psique, que é produto das energias do seu entorno, pois todos os ecossistemas são conjuntos de ciclos e, detrás das formas materiais, agem energias que dão às coisas suas verdadeiras propriedades, que são dependentes da harmonia do universo. Primavesi acrescenta que as plantas e algumas espécies de algas são os únicos seres vivos capazes de transformar energia solar em energia química e em matéria e os povos antigos buscavam viver de acordo com a harmonia necessária para o desenvolvimento do todo.

Relacionando as afirmações de Primavesi com as reflexões das mulheres interlocutoras dessa pesquisa trazem a propósito do benzimento, do uso das plantas e dos processos de cura, entendo o benzer como uma herança milenar tão rica quanto o uso das plantas medicinais, que, em tempos antigos, foi desenvolvido de maneira inseparável do uso das plantas medicinais, mas sofreram mudanças, nas práticas e significados rituais. Contudo, com as mudanças culturais apresentadas pela modernidade, o uso das plantas e os rituais de benzimento foram perdendo sentidos e condenados à superstição.

Esta afirmação pode ser ilustrada pelo registro realizado por Antônio Candido (2010), em estudo sobre os modos de vida de camponeses do interior de São Paulo, realizado nos fins da década de 1940 e início da década de 1950, ao analisar a partir do diálogo com um velho casal, a perseguição realizada por parte dos médicos aos curandeiros populares:

Apesar da desconfiança tradicionalista, prevalece o remédio de farmácia. O velho casal de quem obtive a lista supra observou que, antes, conheciam-se as virtudes das raízes curativas, tendo este conhecimento vindo do princípio do mundo através dos bugres; os remédios atuais de farmácia são também tirados delas, mas a sua substância vem muito diluída em gotas, e quando há um bom curador, os médicos mandam pô-lo na cadeia. (CANDIDO, 2010, p. 211)

O autor acrescenta que conheceu dois curadores citados pela população como infalíveis, que tratavam com rezas e com água benta do rio e que não aceitavam dinheiro, pois alegavam trabalhar pelo bem dos outros. Vale ressaltar

que as mulheres que entrevistei também agem da mesma forma quando se trata de mercantilização das práticas de benzimento.

Logo, esta relação entre as energias e as plantas talvez seja o traço cultural mais antigo dentro do que resta das práticas populares de cuidado com a saúde e também, um dos mais atingidos, à medida que o atomismo e mecanicismo não permitem a compreensão das relações com energia e levam a negar tudo o que nos é incompreensível. O benzimento é uma prática que algumas entrevistadas já não aprenderam com seus antepassados e que as que aprenderam não estão ensinando aos seus descendentes. Logo, em breve, pode ser extinta se não forem valorizadas e compreendidas como conhecimentos e práticas importantes e significativos.

Desta forma, entendo que, para algumas mulheres rurais, o ato de benzer faz parte do processo cotidiano e individual de reprodução cultural, assim como as noites dedicadas aos rituais de bruxas. Tais práticas e ritos são parte do ato de se reinventar culturalmente, buscando despertar sentimentos de pertencimento à História, a partir da identidade com a luta de povos que viveram antes de nós, construindo uma certa identidade histórica coletiva pelos processos de luta. Reafirmo que estes rituais, tanto individuais quanto coletivos, são cultivados por essas mulheres como estratégia de reafirmação de suas origens, como fazem através do benzimento e do uso das plantas medicinais.

Da mesma forma, as plantas medicinais são parte da história da humanidade desde seus primórdios, mas mulheres rurais desenvolveram a capacidade de se reinventar pelos domínios de conhecimentos e práticas com ervas medicinais, tornando-se socialmente reconhecidas e protagonistas de ações educativas e políticas, que reafirmam um importante papel social por meio de usos tradicionais de plantas.

Além disso, não se pode esquecer que elas são militantes de um movimento social, que também busca a transformação da sociedade e que passou a compreender que se a luta é por transformação social, somente fazer a reforma agrária e produzir não basta, é preciso discutir o modelo produtivo e as relações de gênero, aglutinar as pautas ambientais e dialogar com outras trabalhadoras e trabalhadores para tornar possível a construção de alternativas. Logo, volto a afirmar que este acúmulo apresentado por elas que reafirma dentro da simplicidade das palavras ditas uma consciência agroecológica e que de certa

maneira se aproxima de concepções feministas, foi construído na relação dialógica entre o cotidiano vivenciado na roça e o extraordinário da luta no MST.

Se tratando de um movimento que, embora marginalizado, vive em sociedade e busca se inserir nos meios políticos e sociais como força organizada, cabe também lembrar que elas fazem parte de um processo de disputa na sociedade que se manifesta a partir das correlações de força existentes. Neste sentido, a relação com a sociedade em geral, especialmente com espaços institucionais específicos fazem parte da trajetória destas mulheres e se tornam um dos principais desafios para elas, seja pela resistência aos preconceitos, seja pela construção de processos de unidade e este tema será abordado no próximo capítulo.

4 MULHERES RURAIS E TESSITURAS DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: ENSINAR E APRENDER EM TORNO DAS PLANTAS MEDICINAIS

Este capítulo está destinado a entender de que maneira as mulheres rurais, assentadas em projetos de reforma agrária, tecem relações com instituições públicas de saúde e de extensão rural, instituições religiosas, escolares para transmissão e afirmação de seus saberes e fazeres sobre as plantas medicinais.

Para isto, na primeira seção analiso as ações das mulheres no âmbito da Escola do Campo para a construção de relações intergeracionais e transmissão de saberes para as crianças e jovens rurais. Em seguida, abordo a relação destas mulheres com os setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação, permeada pelo aprendizado e o ensinamento em torno das plantas medicinais. Após, entro busco compreender como se constituíram as relações entre estas mulheres e seus saberes sobre as plantas medicinais com os técnicos e técnicas do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) do Instituto Nacional de Reforma Agrária do RS (INCRA – RS) e, por fim, como vem se constituindo a relação delas com o SUS (Sistema Único de Saúde) e seus representantes a partir dos seus saberes e das representações que estes determinam.

Para elaboração desse capítulo, faço uso como categorias analíticas preconceitos, extensão rural e saberes sociais, gênero, religiosidade, educação, aprendizado, comunicação e construção de redes.

4.1 ESCOLA DO CAMPO: CONECTORA DA JUVENTUDE COM SUAS RAÍZES E DAS MULHERES RURAIS COM UM MUNDO EM REDE

Como já constatado desde o início desta dissertação, as mulheres rurais que contribuíram para esta pesquisa enfrentaram dificuldades de acesso à escola quando jovens, o que parece ser um dos elementos que estimula as iniciativas de compartilhamento dos saberes populares em saúde junto às escolas de suas comunidades. Muitas delas se relacionam com crianças e jovens estudantes de escolas de suas comunidades, a partir de projetos propostos pela comunidade escolar. Elas compreendem estas ações como atividades pedagógicas de

valorização dos saberes e das práticas em saúde popular, bem como das pessoas que detém estes saberes dentro das comunidades.

A fala de Tansagem mostra um pouco como esta ação valoriza ao mesmo tempo as pessoas que reproduzem os saberes populares e as instituições escolares, que ganham apoio e suporte comunitário:

Então, nós tinha um horto no colégio, que a gente sempre foi ajudar. Agora tem um nome moderno: "pais educadores". Mas, nós nunca fomos pais educadores. Nós fomos pais que moravam dentro do colégio mesmo. Ou era o marido ou era eu que tava lá dentro, sempre. Então, a gente construiu aquele horto. Aquele horto foi medido com as crianças, foi feito com a professora de matemática, os canteiros. Depois, foi plantadas as plantas com os alunos, foi feito todo um estudo sobre elas com a professora de ciências e assim foi por tempos.

Tansagem recorda o período em que as filhas eram pequenas e que sua contribuição junto à escola era mais efetiva. A apropriação do horto como espaço pedagógico, quando as professoras se apropriavam daquele espaço para o desenvolvimento das aulas de matemática e de ciências, demonstra que havia empenho da equipe diretiva e do quadro de educadores com aquele espaço para além das oficinas sobre os saberes que eram administradas por ela e outras pessoas da comunidade, propiciando uma maior valorização dos saberes que os educandos traziam de casa, aproveitando-os na sala de aula. Além disso, mostra que havia um comprometimento dela e do marido com a escola do assentamento e um envolvimento da escola com uma educação que parte da realidade social das crianças para construir o conhecimento.

Neste sentido, a escola demonstra ter um comprometimento com a metodologia proposta por Freire (2002), no livro *Pedagogia da Autonomia*, em que propõe a construção do conhecimento a partir da valorização da realidade dos educandos como forma de despertar a partir do questionamento e da reflexão para desenvolver uma visão crítica da realidade e a autonomia dos agentes sociais.

Melissa, como já citado anteriormente, tem um trabalho efetivo e permanente junto às crianças e jovens de sua comunidade a partir da escola. Ela conta que o horto da escola começou ao acaso, por que houve resistência por parte da responsável pela unidade básica de saúde em construir o horto naquele local. Este trabalho foi realizado pelo grupo de mulheres e prosseguiu com a cedência do espaço para construção do horto por parte da escola do

assentamento, iniciando-se assim o trabalho pedagógico sobre as plantas medicinais junto à escola. Hoje, no entanto, a maior parte das ações da escola são realizadas no horto do lote de Melissa, que contém, segundo ela, mais de 150 espécies de plantas medicinais entre nativas e exóticas:

Começamos com um horto lá no posto de saúde, com aquele sonho que o posto de saúde ia dar certo. Só que deu errado, por causa da agente de enfermagem né, que ela não aceitou muito. Então, nós terminamos com o horto lá e fizemos um horto na escola e cada uma tem seu hortinho em casa também, que quando a gente ia fazer os remédios lá no coletivo cada uma levava de casa e fazia lá tudo junto. Fazia os xaropes, a olinea, as tinturas de casca de angico, óleo de angico. Isso foi pegando uma fama. Hoje em dia, o pessoal se corta ou tem uma ferida, o pessoal já corre aqui pegar o óleo de angico para passar e em poucos dias já melhoram. E hoje, então, daí eu fiz o meu horto mesmo, aqui na minha casa, com todos os tipos de plantas. Já tem mais de 150 tipos de plantas, por que o nosso lote é um horto, daqui até o rio... As plantas todas aqui são plantas medicinais. Além das plantas medicinais, a gente tem as saladas e as outras coisas, de ir lá e tirar um cesto, como foi para o dia das sementes crioulas, levei um cesto de saladas do mato, e fizemos lá... Por que aquilo também é remédio, as saladas do mato é remédio para o estômago, para azia, para tudo quanto é coisa. De primeiro ninguém sentia isso, por que comiam a salada... Daí ninguém mais conhecia, levei aquela cesta bem enfeitada, com as folhas bem grandes, que eu tirei aqui... "- Mas lá tem isso?!" Digo:

"- Tem, por que lá não tem veneno, lá o veneno não vai e a salada veio, quem quiser pode ir lá buscar..." (MELISSA)

A fala de Melissa mostra, além das dificuldades iniciais para implantação do horto de plantas medicinais comunitário, também a compreensão dela do papel pedagógico que o horto pode desempenhar, não só junto ao ambiente escolar, mas o seu papel pedagógico para toda a comunidade. Isto se torna nítido quando ela afirma levar para a festa de troca de sementes, proposta pela escola e pela ATES, a cesta cheia de plantas comestíveis não convencionais e nativas, destacando que, em seu lote, elas existem por que não é usado agrotóxico. Neste sentido, compreendo que ela desempenha o papel de orientar e ensinar junto ao conjunto comunitário, que foge aos muros da escola e que a escola, por sua vez, abraça esta experiência por compreender seu papel de, entre outras coisas, mediar os saberes junto à comunidade e essa talvez seja a essência da parceria.

Esta fala e a reflexão de Melissa me remetem, mais uma vez, à análise de Freire (2002) sobre a prática de uma educação crítica, cuja tarefa fundamental é permitir que os sujeitos construam uma identidade própria, social e cultural, respeitando as diferenças. Neste sentido ainda, compreendo que a essência da

relação intergeracional viabilizada pelos projetos escolares com plantas medicinais está no respeito mútuo construído entre elas, muito próximo do que é reafirmado pelo autor:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.

Ao mesmo tempo em que estas mulheres constroem suas relações com as novas gerações, os projetos escolares proporcionam espaços e situações de transmissão de saberes para as crianças e jovens, de valorização dos seus saberes sobre o uso das plantas e o apreço pela natureza. Contudo, as relações tecidas com as escolas também possibilitam espaços e situações de aprendizagem para as mulheres rurais, na medida em que aprendem com as crianças e jovens sobre um mundo que é naturalizado para as novas gerações: o mundo da tecnologia da informação e comunicação (TICs). Ou seja, as mulheres se apropriam para usos da internet, das redes sociais e das mídias digitais.

Usando mais uma vez o exemplo de Melissa, como já foi citado anteriormente, que conta que seu neto a filma enquanto trabalha na horta e vai lhe perguntando sobre as plantas e que, por vezes, disponibiliza estes pequenos vídeos em redes sociais, mas esta prática não se resume ao seu neto. Os educandos que visitam o horto no projeto escola, seguidamente, postam fotos do trabalho, o que é natural, pois este desenvolver do manuseio dos instrumentos de comunicação e mídia, como os celulares e as redes sociais são muito presentes nas ações das jovens gerações. A postagem de fotos das atividades realizadas no horto de Melissa rende “curtidas” a quem as posta e rende o reconhecimento do local, do trabalho e dos saberes tanto à Melissa, quanto à escola e à própria comunidade.

Além disso, nota-se também, de certa forma, uma boa desenvoltura de Melissa frente às filmagens, às entrevistas e aos diálogos. Durante as entrevistas, ela não se sentiu incomodada com a gravação de nossos diálogos e parecia muito à vontade, assim como em um vídeo em que ela aparece dialogando com um

conhecido deputado da região sobre sua experiência com as plantas, postado no facebook, onde Melissa demonstra muita naturalidade e desenvoltura.

Da mesma forma, posso citar a postura de Tansagem, que além de se sentir à vontade na entrevista, também tem construído, em sua página do Facebook, um espaço divulgação das plantas medicinais e das hortas orgânicas, que encontra durante suas visitas como agente comunitária de saúde, além de divulgar o próprio lote. Ou ainda, a fala de Camomila, a propósito do acompanhamento das pessoas que procuravam sua ajuda, revela que sempre buscou receber notícias por diferentes fontes e que o whatsapp tem facilitado este acompanhamento. Ela conta um caso de uma moça que teve problemas pós-parto e pediu seu auxílio, e, anos depois, conseguiu dar notícias para ela sobre a situação de saúde através deste aplicativo:

E daí, depois, um dia menina, ela tava lá em São Borja, entrou no Whatss, que disse que conseguiu com uma amiga que me conhecia o número e daí ela me ligou... Disse que já ia ser mãe de novo e graças a eu, por que o doutor disse que ela nunca mais ia poder ter filho. Daí, então é que a gente fica assim cada vez faceira, que as coisa dá certo. (CAMOMILA)

Arruda, por sua vez, explica que pesquisa sobre as plantas medicinais, tanto para ajudar nos seus próprios problemas de saúde, quanto para ajudar a desenvolver os processos iniciados dentro da escola a qual ela é diretora. Ela afirma que busca desenvolver fitocosméticos artesanais, a fim de conquistar uma maior autonomia para o coletivo e também que busca ajuda aos próprios problemas de saúde:

Sabe, eu fiquei 8 meses pensando e pesquisando, se é tão caro comprar esse talco para chulé, deve ter das plantas para usar no lugar. Alguma planta que é antisséptica, então, vamos procurar, vamos pesquisar.... Daí, pesquisei... Fui ver das plantas e descobri. Descoberto isso, qual é a base? Tentei com o polvilho, não deu certo, virou um grude. Aí tentei na maisena, deu certo. E eu quero estudar mais... Por que também é uma forma, dentro da proposta que nós temos da agroecologia e da Reforma Agrária Popular, nós precisamos também nos apoderar disso por que também vamos criando a nossa independência. Então, nesse sentido, mais tarde eu quero ver se faço a sucessão aqui na escola, mas não saio dele também, por que a ideia é ir para esse lado, mas sair da direção. [...]. Olha, eu tava com uma doença que eu fiquei dois anos tratando e me tacaram corticoide. O nome da doença é líquen plano, até que descobriram, foi feito biopsia e tal e daí fizeram dez exames para ver da onde ela provinha por que é uma doença rara e pouco estudada e daí descobriram que era da imunidade baixa. Daí, eu fui dentro das plantas

medicinais descobrir o que que me ajuda para a imunidade. Aí, o que que eu descobri? Que comer a frutinha do frivalis me ajudava para imunidade, tomar o suco do inhame com gengibre ou com limão. Aí foi também o ex-padre Írio que me ajudou nesse sentido e eu curei isso. (ARRUDA)

A fala de Arruda demonstra o uso da pesquisa para auxiliar tanto na construção de alternativas para o cotidiano da escola a qual ela colabora, que trabalha no regime de alternância e, portanto, com internato das pessoas durante o tempo escola, o que acaba gerando um custo também com produtos de higiene pessoal e que nem sempre é tão fácil de ser sanado por estes e estas estudantes, assim como para tratar os próprios problemas de saúde que ela e mesmo que educandos e educandas enfrentam. Desta forma, o uso da internet para estes fins parece incorporado ao cotidiano da Arruda.

Neste sentido, Natansohn e outros (2011) afirmam, em estudo sobre o acesso de mulheres à internet e as relações de gênero, que embora as mulheres tenham demorado mais para se inserir nas redes sociais e no acesso à internet, já em meados de 2011 a relação entre homens e mulheres era quase igualitária em termos de números de acessos. No entanto, o estudo ressalta as dificuldades de acesso por parte das mulheres, em função dos grandes abismos sociais impostos a elas. Este estudo não faz referência às mulheres rurais, assim como não trata das dificuldades encontradas pelas mulheres em áreas de maior dificuldade de acesso, mas faz uma crítica também ao conteúdo acessado pelas mulheres, assim como a forma como as mulheres são abordadas em diferentes contextos do mundo virtual, que seriam usos mais voltados ao mercado (compras), estética e beleza e ainda à mercantilização do corpo feminino.

Desta forma, as críticas apresentadas pelo estudo entram em contradição com a maneira que as mulheres rurais representadas nesta pesquisa fazem uso destes meios, pois elas buscam divulgar seus trabalhos, realizar contatos vinculados às suas ações e seus saberes em torno das plantas medicinais, bem como realizar pesquisas sobre o assunto para ampliar seus conhecimentos. Compreendendo, então, o contexto em que estão inseridas e as relações que constroem, pode-se entender que o uso das TICs para utilidades não está vinculado ao gênero de quem usa, mas sim aos contextos aos quais se encontram vinculadas estas pessoas.

Além disso, o uso das redes sociais, em especial do facebook, em alguns casos é feito pelas mulheres, mas não por seus companheiros. Talvez pelo fato da cultura patriarcal não permitir aos homens que estes sintam a mesma tranquilidade em pedir auxílio a pessoas mais jovens. A partir da lógica androcêntrica isso pode ser compreendido como fraqueza e, para aprender a acessar as redes sociais e a usá-las, é necessário pedir este auxílio às mulheres, jovens, crianças e/ou outros homens. No entanto, as mulheres rurais pesquisadas não demonstram constrangimentos em solicitar auxílio, sempre que necessitam para melhor “navegar” na internet e redes sociais. Outro elemento que pode ser entendido como influente na maior inserção delas do que dos respectivos companheiros nas redes sociais é a histórica atribuição às mulheres das relações e contatos com familiares que vivem distante: filhos, irmãos, pais e demais parentes.

Embora em contexto totalmente diferente do atual, Perrot (2006), analisando os arquivos pessoais da Europa dos séculos XVI e XVII afirma que, assim que as mulheres passaram a ter acesso à alfabetização, foram responsabilizadas pelos contatos com irmãos, filhos, parentes que viviam em outras localidades, através de cartas e bilhetes. Examinando os documentos e relacionando-os com a contemporaneidade a autora afirma que a atribuição desta tarefa às mulheres transpassou os séculos e seguiu sendo reproduzida assim como outras inúmeras práticas vinculadas à divisão das ações dentro da sociedade. Compreendo que estas divisões, como afirmam Bourdieu (2017) e Scott (1989), corroboram para a dominação masculina e para a reprodução, na sociedade, de relações de gênero que são naturalizam as desigualdades. Esta é apenas mais uma das inúmeras maneiras de reforçar o papel das mulheres como responsáveis pela família e pelas relações de cunho doméstico, travestida de neutralidade. Logo, neste sentido, nos tempos atuais, este pode ser um fator que influencia na maior inserção das mulheres nas redes sociais, por este ser o meio de contato com familiares que se encontram distantes na atualidade e esta seguir sendo compreendida como uma tarefa feminina.

Embora a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) propugne a ampliação do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e oriente para o desenvolvimento de projetos de inclusão digital para mulheres rurais como estratégias para o empoderamento feminino, as

relações das mulheres rurais com as redes sociais, a internet, as mídias e meios alternativos de comunicação ainda tem sido alvo de poucos estudos.

No entanto, é nítida a ampliação de acesso à internet pelas comunidades rurais nos últimos dois ou três anos. Durante o período em que contribuí assessorando as famílias dos assentamentos de reforma agrária algumas vezes buscamos desenvolver ações de inclusão digital para as mulheres. No entanto, as dificuldades de acesso do período limitaram as ações. Porém, desde o período em que eu estive contribuindo até os dias atuais se passaram dois anos e houve mudanças significativas na melhoria do acesso das famílias assentadas à internet.

Desta forma, com as maiores facilidades de acesso à internet, uma grande parte das famílias rurais utiliza as novas redes de comunicação, seja pelo telefone ou pelo computador. Desta forma, as redes de tecnologias de informação e conhecimento têm se construído como espaços alternativos de comunicação.

Neste sentido, Castels (2013), em estudo sobre a organização dos movimentos sociais a partir das redes sociais, afirma que a internet promoveu uma grande mudança na comunicação no último período, tornando possível que o que ele denomina autocomunicação (quando é o próprio indivíduo quem vai decidir sobre o conteúdo) se torne ao mesmo tempo uma comunicação de massas. Logo, este instrumento é capaz de criar um ambiente onde muitas questões consideradas irrelevantes por não estarem de acordo com os interesses dos grandes veículos de comunicação e que eram invisibilizadas, se tornem visíveis e passem a fazer parte de um universo muito amplo de pessoas em torno do mundo todo. Neste sentido, compreendo que o trabalho realizado por muitas mulheres com as plantas medicinais tem sido visibilizado através destes instrumentos. E elas também tem se instrumentalizado através dele.

Voltando às relações tecidas através dos projetos escolares de resgate e valorização dos saberes sobre plantas medicinais, foi a partir deles que se construíram muitos dos vínculos das novas gerações com os saberes que são ancestrais, que vêm sendo repassados há muitas gerações. Estes saberes, compreendidos como um patrimônio cultural dos povos, colocam em contato estas mulheres, que já são avós, com a juventude e a infância, de uma maneira muito valorizada, como detentoras de conhecimentos práticos importantes para o conjunto da humanidade. Mas, por outro lado, estas mulheres acabam aprendendo com os jovens e crianças os saberes que são do seu tempo, do hoje

e do amanhã, o novo, o que há de mais moderno em termos de comunicação e mídia. Logo, estes projetos acabam tendo a dimensão pedagógica de atrair para o compartilhamento estes dois saberes, sendo estes projetos uma das principais pontes de ligação intergeracionais.

Portanto, mais uma vez, por meio dos saberes e fazeres com plantas medicinais, as mulheres podem tecer relações de ensino e aprendizagem, em múltiplos aspectos. Talvez, para estas mulheres, o mais novo deles é o domínio das novas tecnologias de informação e conhecimento, mas que isto não se constituiu obstáculo para elas, mas sim como mais um desafio dentre tantos outros enfrentados e vencidos.

Elas também me desafiaram, em muitos momentos das entrevistas. Mas o principal destes que me foram impostos, presente para quase todas elas, situa-se no fato de elas acreditarem que a academia deve se abrir aos saberes dos povos, às plantas medicinais e à construção de processos alternativos, de cuidado com a natureza e de preocupação com as futuras gerações. É o que bem demonstra Marcela, quando questionada se queria dizer mais alguma coisa, já no término da entrevista:

Sou muito grata fia, de conseguir fala pra ti, e sei que com essa minha fala aqui, o pouco que tu conseguir aproveita, vai ajuda outras pessoa, que despertem para a vida, para cuidar o planeta nosso que tá sendo destruído, a nossa água, a nossa terra. Esse sonho eu vou continua sonhando e espero que tu também. Eu não acho que eu sei tudo, eu não sei tudo, sempre tenho a aprende.

Estas foram as palavras de Marcela, mas ouvidas de outras formas durante todas as entrevistas, ao mesmo tempo em que elas afirmavam não saber tudo e estarem dispostas a novos aprendizados, elas me desafiavam a mostrar, dentro dos espaços da academia, que elas têm muito a aprender, mas que também têm muito a ensinar.

4.2 IGREJA DOS POBRES E RELIGIOSIDADE DAS MULHERES RURAIS: FATORES DE FORTALECIMENTO DA SAÚDE POPULAR

As mulheres rurais assentadas, interlocutoras desta pesquisa, demonstram ter uma relação histórica com a Igreja Católica, especialmente com os setores

mais progressistas, que influenciaram na própria origem da relação da maioria delas com o MST.

Todas elas identificam-se como católicas e mencionam que, estabeleceram estreitas relações com as Comissões Pastorais, com representantes das mesmas e com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Recordo que Arruda cita que sua trajetória de luta iniciou pela mediação de agentes das CEBs; Melissa começou como catequista em sua comunidade e, a partir desta relação com a Igreja, se vinculou-se também com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município, iniciando, assim, sua contribuição sobre as plantas medicinais junto à sua comunidade de origem. Camomila, além de contribuir ativamente junto às Comissões Pastorais da Criança e da Saúde em seu município, atua ainda hoje como catequista. Tansagem conta que contribuiu na Pastoral da Saúde em nível estadual e muitos dos cursos de formação que participou foram ofertados por intermediação da Igreja. Maçanilha relembra saudosa da relação estabelecida com as irmãs católicas logo que foram assentadas e da valorização que traziam para os saberes em torno das plantas medicinais. Marcela afirma que, embora respeite as outras religiões, segue se identificando com a católica. Algumas se mantêm, ainda hoje, muito ativas junto à Igreja, outras se distanciaram parcialmente, mas seguem ainda se dizendo católicas, porém, menos praticantes.

Elas afirmam que houve intensa contribuição destes setores católicos mais progressistas dentro dos acampamentos do MST nos períodos em que suas famílias estiveram acampadas. Logo, existiu em suas vidas uma relação construída originalmente com a Igreja Católica, que foi fortalecida com o apoio de seus representantes durante os períodos em que elas e/ou familiares se encontravam nos acampamentos de luta pela terra e esta relação se mantêm até hoje, seja pela participação ativa nos espaços religiosos propostos, seja pela reprodução cotidiana dos valores apreendidos. A fala de Melissa evidencia esta reprodução de valores e crenças constituídos a partir de suas experiências religiosas:

Então, a gente sempre procura ajudar o povo. O nosso povo oprimido em primeiro lugar, né. É os oprimidos que a gente pensa mais neles. Os acampados, as lutas do movimento, a gente sempre ajuda muito eles. Quando tem uma luta, a gente já prepara uma caixa de remédio que é para luta. Então, essas nós vamos tirar só o custo da cachaça que vamos

gastar, o meu serviço e as plantas vão de graça. A gente sempre prepara e manda para eles. Ou, quando é uma caminhada, uma coisa, o meu genro já prepara um litrão de Olina caseira, outro de calmante, que lá vai precisar muito calmante e leva já pronto.

Nesta fala Melissa demonstra, através dos termos usados, a existência de uma relação com os preceitos cristãos vinculados à Teologia da Libertação ou à “Igreja dos Pobres”, como também é chamada esta vertente da Igreja Católica, e aos seus ensinamentos transcritos em valores e crenças. Melissa evidencia ainda o vínculo com estes valores pela maneira que relaciona os seus saberes populares acumulados desde a infância com os ensinamentos cristãos que recebeu dos padres, freis e freiras. Estes saberes, em sua concepção, devem ser repassados para quem deles necessitam, mas vão além do repasse das práticas em saúde popular e dos remédios.

A acolhida proporcionada por estes religiosos, em períodos difíceis de ocupação e luta pela terra, parece ter gerado, de certa forma, uma dívida de gratidão que deve ser “paga” retornando o que lhe foi proporcionado para quem precisa, como um dia ela e sua família precisaram. Desta forma, Melissa cita que fazem os remédios para contribuir com as atividades do MST e explica também que sempre está recebendo pessoas dos acampamentos em sua casa para ensinar a manipular as plantas e a fazer os remédios, possibilitando a reprodução destes saberes dentro dos acampamentos e dos assentamentos.

Quando denomina as pessoas que ajuda como “povo oprimido”, ela procura identificar seus vínculos com os missionários da Teologia da Libertação e compreender suas ações, junto às famílias necessitadas, como missões que devem ser realizadas como forma de retorno por tudo o que lhe foi concedido ou conquistado. Segundo ela, as conquistas acontecem por causa das lutas sociais, mas sem a vontade de Deus, não seriam possíveis.

Brandão (1985), em estudo sobre a religião e os rituais a partir da realidade de camponeses do interior de Goiás e de São Paulo, cita que nos anos de 1960 e 1970 surgia uma nova visão e uma nova prática dentro da Igreja Católica, que é compreendida pelo autor como uma reconversão da Igreja, de uma Igreja colonialista, vinculada à coroa e ao capital à uma Igreja comprometida com as classes populares, com suas demandas e com sua libertação, uma revisão do evangelho e uma busca de sua essência a partir da sua leitura. Ainda segundo

Brandão, naquele momento estava no ar a profecia do nascimento de uma “nova Igreja”.

Estes setores da Igreja tiveram um papel muito importante na construção de processos de tomada de consciência pelas populações empobrecidas dos meios rurais e urbanos sobre os seus direitos básicos, dentre eles, pelas interfaces com essa pesquisa, destaco pelo menos dois temas: o direito à terra e o direito à saúde. O questionamento construído a partir da Igreja unia a simbologia e a realidade, pois vinculava a terra e os recursos naturais a Deus e à criação e oferta divina. A partir destes vínculos, procurava-se construir questionamentos da realidade social, que vislumbrava grande empobrecimento da população entre 1960 e 1980. Logo, os questionamentos pautavam os direitos civis e constitucionais, mesclados com toda uma dimensão simbólica, que trazia, a partir do evangelho, questionamentos como, por exemplo, se “Deus tudo criou, por que só alguns tinham direito a usar destes bens?”.

Estas duas dimensões parecem estar presentes na fala de Marcela, quando ela relaciona o uso das plantas medicinais com a força espiritual e com a fé.

Eu creio que a luta e as plantas e fazer o remédio tem a ver com a fé, com a força espiritual, para mim a igreja teve envolvimento com isso, e a religião para mim, Deus é um só, mas eu não sou de ficar pulando de galho em galho. (MARCELA)

Ela aponta para a relação das lutas sociais com a Igreja, dentro de uma lógica de que a vida é construída a partir da relação entre a fé e a materialidade. Quando Marcela afirma que a luta está vinculada também ao fazer os remédios, mas que isto está imbricado à fé e à espiritualidade, subentendo que mesmo a disponibilidade dos remédios na natureza, na concepção dela, é ofertada por Deus. Mas, transformá-los em remédios, depende das pessoas e de seus saberes. Desta forma, entendo que ela busca reforçar os aprendizados obtidos ao longo de sua trajetória de vida nas lutas sociais, com vínculos à Teologia da Libertação, pois afirma a oferta divina a partir da natureza, porém, acrescenta ser necessário tomar posse das próprias ações e sujeito de sua história para transformar a realidade.

Esta concepção simbólica, que é denominada mística pelas militantes é muito presente dentro de todos os espaços comunitários vivenciados nos

assentamentos, especialmente quando existe relação mais próxima com o MST. Os rituais místicos construídos nos espaços coletivos utilizam-se de músicas, teatro e símbolos do movimento e/ou da comunidade para sensibilizar e dialogar com as pessoas presentes a partir da dimensão simbólica e têm esta particularidade de aproximar o simbólico da materialidade.

Não existem dúvidas de que as pessoas fazem remédios e usam as plantas por serem eficazes no alívio dos sintomas sentidos em função das enfermidades e por combaterem muitas delas, mas também é inegável de que existem dimensões simbólicas e religiosas que são carregadas dentro dos saberes populares em saúde.

Quando Marcela, ao final da fala, afirma que mesmo Deus sendo um só, ela não é de ficar mudando de religião, ela está reafirmando, ao mesmo tempo, um respeito às outras religiões, reflexo também da concepção religiosa que compôs as CEBs e as Pastorais, demonstrando entender que todas elas crêem em um mesmo ser divino e que a religião é escolha pessoal e deve ser respeitada. Mas, por outro lado, parece se limitar e compreender as religiões cristãs, não incluindo em sua fala as religiões que cultuam mais de um Deus, o que me parece ser natural pelo fato de pouco se discutir ou conhecer de outras religiões nas realidades dos assentamentos, já que o que existe são Igrejas Católicas e Evangélicas.

Tansagem também demonstra que entende a natureza e a terra como ofertas divinas a partir da sua fala: “Nós temos uma vida, e essa vida depende da natureza e da terra, e Deus nos deu de graça, ele não cobrou nada de nós... E o que nós temos feito com ela?”. Com isso, ela também reforça a dimensão simbólica de que existe uma disponibilidade de que os recursos naturais são ofertados por Deus para os seres humanos e que a luta se justifica pelo fato de toda a humanidade ser filha deste Deus e, desta forma, por direito poder usufruir destes recursos e por dever exercer este direito de forma consciente, sem destruir e desperdiçar.

Os depoimentos orais de Marcela e de Tansagem demonstram, além da relação entre simbólico e material, uma preocupação com a natureza, que as aproximam de concepções agroecológicas.

. A concepção de saúde do MST é permeada pela agroecologia e pela construção de soberania e liberdade, que no meu entendimento é influenciada

pelas relações históricas do movimento com os setores progressistas da Igreja, mas também construída pela própria experiência vivenciada. Desta forma, creio que esta concepção inspira as concepções apresentadas pelas mulheres assentadas entrevistadas por mim.

Em estudo sobre a influência política da Igreja progressista na América Latina, Löwy (2000, p. 56) afirma que a Teologia da Libertação é a expressão de um movimento social, que surgiu antes de novos escritos teológicos, ainda nos anos de 1960 e que envolveu setores significativos da Igreja, assim como movimentos religiosos laicos como a CEBs. O autor afirma ainda que a dedicação à causa dos explorados e oprimidos está vinculada a razões morais e espirituais da cultura religiosa, da fé cristã e da tradição católica e que sem a existência deste movimento social, como é compreendido por ele a Teologia da Libertação, muitos fenômenos sociais ocorridos na América Latina não poderiam ser compreendidos e nem teriam se quer ocorrido.

Löwy (2000) afirma ainda que a dimensão moral e religiosa são os fatores de motivação para mobilização social nas diversas frentes de atuação que surgiam nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na América Latina. Além disso, são os fatores de conscientização dos próprios pobres de sua condição e de luta por seus direitos como cristãos inspirados em uma fé através de uma Igreja. Estas ações foram fortemente perseguidas e combatidas pelo Vaticano e pelos setores conservadores da Igreja Católica junto com grupos de interesses contrários a estas organizações sociais.

No cotidiano, as mulheres compreendem existir diferentes posturas dentro da Igreja, por parte de diferentes representantes. Notam a proximidade de alguns padres e freiras e a distância e até certo preconceito de outros, como demonstra a afirmação de Camomila: “Existem uns padre que são mais nossos, outros são menos, não gostam muito não...”.

Este depoimento diz respeito às mudanças sentidas durante as trocas de padre na paróquia do município. No entanto, independente das posturas dos religiosos, das crenças e práticas dos representantes da Igreja, elas afirmam seguir disponibilizando para todas as pessoas que necessitam de suas plantas, remédios e conhecimentos. Compreendem que suas contribuições fazem parte de um comprometimento com algo superior aos representantes que ali estão e demonstram ignorar até mesmo certos preconceitos sentidos algumas vezes. Este

ato de ignorar não parece estar vinculado à resiliência, mas sim ao fato de compreenderem que estão em paz consigo e com suas crenças, de estarem fazendo o que é correto de acordo com suas concepções cristãs. Além disso, as relações tecidas em torno do meio religioso são muitas vezes o norte da vida comunitária e os rompimentos com estes circuitos podem significar o rompimento com toda uma vida de convívio e de realizações e trazer consequências como o isolamento e perda de referências. A fala de Camomila sobre a vida comunitária permite dimensionar a importância da mesma, que além do convívio social, organizativo e político, envolve outros fatores, como a própria viabilidade de algumas ações através dos mutirões:

Sozinho a gente não é ninguém... Se não tem assim, uma força pra ajudar e ir batalhar, buscar, nada feito, né? Tem que ter, em mutirão que a gente vai. Sozinho ninguém faz nada, nem depois de morto a gente não vai sozinho pro cemitério, imagina nós assim, tem que ter ajuda (CAMOMILA)

Logo, a superação por parte das famílias assentadas de algumas adversidades de cunho político que se apresentam por parte de alguns representantes da Igreja Católica muitas vezes se dá pela importância que a vida comunitária tem materialidade da vivência no meio rural.

Camomila também afirma que sempre foi incentivada a trabalhar com as plantas pelo padre de sua cidade de origem, quando ainda era jovem e que desde que foi para o assentamento sempre trabalhou com a Pastoral da Saúde e da Criança e que entende que a Igreja é um setor de fortalecimento das práticas em torno das plantas medicinais:

A Igreja me ajudou, desde a minha infância. Eu sempre fui muito participativa e o padre sempre incentivou a gente a lidar com essas coisa [...]. Eu fiz e faço parte da Pastoral, sempre, desde que vim prá cá... Eu sempre frequentei. Desde que me conheço por gente, sempre fui da Igreja e isso ajuda, influencia bastante a gente. Felizmente, essas coisa fazem parte da força da gente, da continuidade das coisa.

Esta fala aponta para a relação existente entre os saberes sobre as plantas e a Igreja Católica, que se constituíram através, principalmente das Pastorais da

Saúde e da Criança em meados das décadas de 1970 e que se reproduzem até os dias atuais.

Mais uma vez me reporto aqui a uma relação com a educação popular em saúde, o que reafirma o vínculo delas com os preceitos da Teologia da Libertação. Valla (2014, p. 94), em estudo sobre a religiosidade e a educação popular, afirma a centralidade da Teologia da Libertação está vinculada à educação popular justamente em um dos seus pressupostos básicos, que é a compreensão de que a conversão é um movimento que visa o “descentramento” e que prevê a possibilidade de ações no mundo capazes de transformá-lo melhor para todas as pessoas. Para o autor, esta construção só pode ser realizada a partir do respeito às experiências vivenciadas pelas pessoas e às suas formas de encontrar soluções aos problemas impostos. Vasconcelos (2014), em complemento esta reflexão, afirma que a conjuntura política do Brasil na década de 1970 muitos profissionais de saúde se deslocaram para as periferias urbanas e rurais na busca por contatos com as camadas populares, engajando-se em projetos sociais nas perspectivas de construir alternativas às opressões em vigência. Foi desta forma, segundo o autor, que houve uma integração direta entre profissionais de saúde, educação popular e Teologia da Libertação, permitindo que as Pastorais se tornassem espaços ecumênicos, solidários, referências e acolhidas para profissionais de saúde independente de suas crenças religiosas.

Desta forma, o autor grifa que a saúde, que em um primeiro momento era concebida como uma forma de estabelecimento de vínculo e diálogo com a população sobre a problemática social e política existente, passou a ser vista de outra forma quando estes profissionais se ativeram às diferentes formas usadas por estas populações para enfrentar os problemas de saúde. O autor cita que houve um encantamento destes profissionais com a inventividade do povo e buscaram se inserir e contribuir a partir destas práticas, dando origem às iniciativas de educação popular em saúde, que culminaram em diversas experiências e fortaleceram as pastorais da criança e da saúde como espaços de notório acúmulo em educação popular em saúde.

Foi neste contexto que também nasceram as experiências de saúde vivenciadas pelas mulheres por mim entrevistadas, que parece conter explicações para a relação entre a espiritualidade e a religiosidade vinculadas ao uso das

plantas medicinais e o comprometimento com os processos de ensinar e aprender baseados na construção da autonomia e da liberdade.

No depoimento de Melissa é possível observar também a compreensão do comprometimento com a Igreja Católica com o incentivo ao uso das plantas medicinais. Ela também demonstra, nesta fala, seu orgulho pelo fato de a comunidade ter construído a Igreja dentro do assentamento, o que permite que recebam seus representantes na comunidade e pode ser compreendida, a partir da sua fala, como uma conquista da comunidade:

Eu sou católica, nasci e me criei e sou católica até hoje... Não por que as outras religiões não prestam. A gente nasceu, tá neste berço. Hoje temos a nossa Igreja aqui pertinho também, a maioria do nosso assentamento é católico e a gente se sente bem no meio deles aqui e com o padre, com o bispo. O bispo abençoou nossa mesa também aquele dia que nós fomos lá... Que coisa maravilhosa se encontrar com aquele povo da igreja, as irmãs, a gente recebe bastante visitas. O bispo veio também na nossa comunidade nesse ano passado e eu acho assim que ainda, a Igreja Católica ainda é a que apoia mais as plantas medicinais. Não digo que os outros também não, por que nós até nos crentes nós levamos remédios, botamos uma banca lá e vendemos, aqui no seu Gelsinho. E eu digo: "- Olha tem cachaça!" Por que os crentes não gostam de cachaça, mas os meus remédios têm cachaça. Aí o pastor me disse assim: "- Mas se é para remédio não tem problema, Deus perdoa."

A fala de Melissa também traz à tona a existência de uma relação harmônica dentro da comunidade entre as diferentes religiões, o que também é apresentado por Marcela, logo no início desta seção. Embora elas reafirmem vínculo com a Igreja Católica, demonstram não ter preconceitos contra outras religiões e disponibilidade para tecer relações de respeito e de parceria com representantes das outras religiões.

Neste sentido, também recorro de um grupo de mulheres que assisti durante os anos em que atuava junto ao Programa de ATES. Este grupo é composto por um número grande de mulheres e a maioria delas é católica, porém, existe um número minoritário de mulheres que participam da Assembleia de Deus. Na sede do assentamento, existem duas Igrejas, uma Católica e outra da Assembleia de Deus. Na mesma sede tem também a casa que as mulheres ocupam para reunir e fazer suas atividades. Esta casa tem sua luz fornecida por um cabo de extensão disponibilizado pela Igreja Evangélica e as mulheres pagam

uma “taxa” para contribuir com as despesas de luz cedida pela Igreja. Além disso, quando os cultos são realizados em dias de atividades das mulheres, as mulheres católicas participam do culto e ajudam na organização dos espaços da Igreja, já que evangélicas são em número pequeno. Elas também combinam para que nunca haja festas e celebrações em datas próximas umas das outras para evitar sobreposição de datas e esvaziamento de alguma das atividades.

A sede do assentamento teve por alguns anos uma horta de plantas medicinais que era gestada pelo grupo de mulheres, que iniciou a partir de uma formação com uma freira católica que trabalhava com Homeopatia Popular, onde todas elas participaram. A Pastoral da Saúde também tem um trabalho efetivo dentro do assentamento e conta com a presença efetiva de todas as componentes, independente da religião.

A fala de Tansagem também apresenta elementos que explicitam relações harmônicas entre as diferentes religiões no cotidiano das famílias assentadas desde os primeiros anos de assentamento:

A gente participou sempre da Pastoral da Criança e a Pastoral da Saúde do estado, a CEBs, aonde a gente sempre trabalhou junto. Nós tinha os freis capuchinhos, as irmãs que sempre trabalhavam com nós no assentamento. Então, essas pessoas, elas tinham muito conhecimento e a partir disso a gente começou a aperfeiçoar mais, por que no acampamento a gente tinha oficinas, né. Aí, depois, a gente veio para cá aí nós também tivemos assessoria do CAPA, que era uma outra instituição de agricultores, que era da Igreja Luterana. E eles tinham as práticas, né e aí eu fiz o curso também de massoterapeuta, e a gente foi aperfeiçoando mais os trabalhos assim.

A vivência nos períodos difíceis ensinou muito a elas. A fala de Tansagem mostra que toda ajuda sempre foi bem-vinda e isto parece fortalecer ainda mais a postura aberta e acolhedora que elas têm com quem se aproxima. As construções respeitadas entre as diferentes correntes religiosas são uma característica notória em suas vidas e isto proporciona o convívio social entre as diferentes manifestações de fé dentro das comunidades. Em tempos como este em que estamos vivendo, de extremismos religiosos sendo desvelados a cada dia, o exemplo destas mulheres deve ser seguido e divulgado, o trabalho solidário e a compreensão de que com respeito se constroem as relações comunitárias deveriam ser preceitos universais de toda a humanidade.

4.3 O PENSAR DA EXTENSÃO RURAL COM AS MULHERES E A MANIFESTAÇÃO DOS SABERES POPULARES EM SAÚDE

O Programa de Assessoria Técnica em Social e Ambiental (ATES) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do RS proporcionou que as famílias assentadas tivessem acesso a assessoria técnica em diferentes áreas do conhecimento, de maneira específica para os projetos de assentamento da reforma agrária de 2004 a 2017. Em 2017, o contrato em execução foi rompido pelo órgão proponente. As famílias das mulheres assentadas, interlocutoras dessa pesquisa, foram, com exceção de Arruda, beneficiárias do Programa.

As experiências relatadas por elas demonstram que, em alguns núcleos operacionais,⁵ tiveram ampla abertura para introduzir e desenvolver questões relacionadas às plantas medicinais, conforme relato de Marcela:

A gente fez uma cartilha, entrevistando as famílias, vendo qual era o chazinho mais usado pela família, em cada família. Nós fizemos esse trabalho pedagógico, por que, para mim, é pedagógico, entrevistando as famílias, qual mais chá que tu usa, na tua horta, qual chá que tu planta? E pesquisamos e estudamos, então, o princípio ativo de 13 plantas e elaboramos uma cartilha. Depois, elaboramos um projetinho e fizemos uma troca de experiência com o Uruguai, conhecendo lá, as plantas medicinais de lá, o secador que eles tinham para secar as plantinhas pra fazer o chá... Foi muito rico isso. Então, a gente buscou uma bagagem muito grande de conhecimento nessa questão das plantas medicinais. Com esse projeto, a gente fez a troca de experiência, câmbio. A gente estudou muito mais plantas, a gente tem um livrinho, que hoje eu não tenho junto comigo né, mas a gente estudou muito mais plantas, princípio ativo e nome científico também de cada planta. Por que, além disso, a gente fez outra experiência, um curso também, muitos cursos a gente fez das plantas não convencionais. E isso a gente estudou que uma planta não estorva a outra para dar e que no mato nativo a gente encontra muitas plantas. Além de serem comestíveis, elas eram também medicinais.

Marcela relata com entusiasmo e orgulho por ter feito parte da pesquisa em plantas medicinais como pesquisadora. A equipe técnica que compunha o núcleo promoveu, com o apoio da direção regional do MST, um diagnóstico sobre o uso de plantas medicinais para desencadear um trabalho mais efetivo sobre o tema.

⁵ Nomenclatura utilizada para denominar agrupamentos regionais de assentamentos por proximidade geográfica que compunham a disposição de equipes técnicas para assistir as famílias. Estes núcleos eram formados por cerca de setecentas famílias cada. No estado do Rio Grande do Sul havia 11 núcleos operacionais dispostos pelo estado, alguns compostos por mais de um município.

Ela ainda fala, com orgulho, do livro que construíram com as plantas e sobre as aulas de botânica que tiveram com alguns professores. Este se tornou um programa de qualificação de práticas da região por um dado período e deu origem ao projeto Câmbio, que procurava valorizar os saberes locais e as práticas populares em saúde e de seus agentes, além de proporcionar profícuos espaços de intercâmbios entre a equipe de ATES e as famílias beneficiárias. Desta forma, a pesquisa realizada por Marcela e outras pessoas que se propuseram a ser entrevistadoras/ entrevistadores também serviu para sensibilizar as famílias para o uso das plantas, a importância dos saberes em saúde e para as atividades que seriam desenvolvidas no passo adiante do projeto.

Melissa, que era assistida por outra prestadora de serviço⁶, também relata uma relação de proximidade e comprometimento da equipe com as experiências em torno das plantas medicinais. Segundo ela, a equipe priorizou levar uma parte das mulheres integrantes do grupo de mulheres do assentamento em cursos e oficinas fora do município, além de produzir um livro intitulado “*Bruxinhas do Bem*”, que relata a experiência das mulheres do grupo de mulheres do assentamento em torno das plantas medicinais, registrando suas práticas, suas receitas e suas concepções de saúde. Melissa ainda relata que uma das técnicas vinculada aos serviços de ATES que lhes assistia, optou por atuar no escritório da empresa de seu município em função da experiência acumulada com as plantas medicinais que ela, o esposo e a comunidade desenvolvem. Esta mesma técnica sempre a acompanha nos trabalhos fora do assentamento, em parceria com a Prefeitura. Neste trabalho Melissa desenvolve oficinas sobre plantas medicinais e seus usos para públicos diversos. Ela relata que já realizou algumas destas oficinas, em parceria com a Secretaria de Saúde do Município, junto aos profissionais de saúde dos PSFs (Programa de Saúde da Família), e que a técnica de ATES, que lhes assistia, sempre que possível a acompanhava, trazendo-lhe maior segurança durante estas atividades, o que reafirma uma relação de cumplicidade e respeito com a equipe técnica, em especial com a profissional citada.

⁶ A prestação dos serviços de assistência técnica para o Programa de ATES foram definidos por uma chamada pública por núcleo operacional, resultando em diferentes prestadoras atuando em diferentes núcleos operacionais. Ao final de 2016, último ano completo de atuação do Programa, existiam três prestadoras com atuação nos diferentes núcleos, sendo elas: CETAP, COPTec e Emater.

Mesmo reconhecido o fato de as duas equipes trabalharem em prol do fortalecimento dos saberes populares em saúde, há diferença nas abordagens ao se analisar os relatos das mulheres entrevistadas. Talvez por uma melhor estrutura organizativa existente em torno da equipe do núcleo operacional de Marcela e pelo fato deste tema ter sido eleito como prioritário naquele momento pela direção da cooperativa local e da direção regional do próprio movimento Sem Terra, as ações destinadas naquele núcleo operacional parecem ter alcançado maior amplitude. O envolvimento despendido para construção do projeto em torno das plantas medicinais no núcleo operacional de Marcela parece ter tido uma grandiosidade e ter deixado saudades. O fato de as famílias terem se envolvido na pesquisa e levantamento de dados para nortear as ações retrata uma abordagem muito próxima também das proposições de Freire (1983), em estudo sobre a ação dos agrônomos em comunidades camponesas na década de 1970. O autor defende que a abordagem deve ser de troca de saberes e de experiências e refuta o termo extensão, por entendê-lo como fundante dos processos de transferência de conhecimentos e tecnologias e da negação dos camponeses como agentes detentores de saberes e experiências. Logo, as formações desenvolvidas no núcleo operacional que envolve o assentamento de Marcela parecem ter proximidades com a abordagem proposta por Freire (1983), na medida em que procurou constituir-se como um processo de desenvolvimento das ações participativas e aglutinadoras da comunidade em torno das temáticas propostas.

As ações descritas por Melissa, embora pareçam ser mais pontuais e desenvolvidas especificamente por alguns técnicos, não foram de menor importância, o que é reafirmado especialmente pela manutenção da experiência mesmo após o término do programa.

Embora o Manual Operacional do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (INCRA; MDA, 2008) orientasse a construção de processos educativos, entre outras coisas, para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres e da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, nem sempre as ações desenvolvidas na ponta, junto às famílias, deram conta destas orientações. Dalbianco (2010), em estudo específico sobre a normativa do programa e sua execução, afirma que a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

(PNATER) e do Programa de assessoria ATES garantiram a incorporação de termos como direitos sociais, gestão compartilhada, agroecologia, recuperação ambiental, reprodução social, dentre outros, nos serviços de extensão rural, que proporcionaram uma compreensão de desenvolvimento rural, para além dos aspectos econômicos e produtivos, bem como uma valorização das dimensões sociocultural e ambiental. Contudo, nem sempre a transformação destas orientações em ações concretas realizadas pelas equipes foi possível de ser concretizada.

Mesmo que as equipes fossem compostas por profissionais de diferentes áreas, o que em tese deveria garantir uma visão para abordagem mais ampla sobre a realidade, as dificuldades metodológicas parecem ter sido um problema recorrente, como deixa nítida a resposta de Maçanilha ao questionamento sobre a forma que a equipe técnica de extensão rural incentivava o uso de plantas medicinais e valorizava os saberes populares. Em sua fala, Maçanilha demonstra certas dificuldades de relacionamento existentes com a equipe técnica responsável pelo seu assentamento, que parecia limitar-se às orientações de cunho produtivo:

Não, não tinha incentivo e nem conversa sobre isso, muito pouco. Visita eles faziam por que senão não recebiam, não é? Mas, nunca me lembro de falarem sobre as medicinais e nem sobre saúde, não.

Embora a assessoria no assentamento de Maçanilha fosse prestada pela mesma empresa que ofertava o serviço ao núcleo operacional de Melissa, os relatos demonstram abordagens totalmente diferentes e até mesmo antagônicas. No entanto, Maçanilha se limitou a falar das visitas individuais, que eram, dentro do programa, ações obrigatórias que determinavam a universalidade do programa, pois cada família beneficiária deveria receber, no mínimo, uma visita semestral da equipe técnica, planejadas conforme as necessidades e demandas familiares. Ela, porém, não relata a participação em ações coletivas desenvolvidas pela equipe, que não fica nítido se não eram ofertadas ou se ela optava por não participar.

Neste sentido, vale também ressaltar que a extensão rural no Brasil foi, durante muitos anos, caracterizada por ações voltadas a difusão de tecnologias destinadas a objetivar o aumento dos índices de produção e produtividade

agrícola, conforme afirmam Silva et al (2017), em um estudo sobre a atuação de extensionistas do órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Espírito Santo em relação às questões de gênero e de incentivo à participação feminina nas políticas públicas. Para os autores, a formação tradicional destes profissionais que compõem as diversas equipes do órgão naquele estado foi um dos principais entraves para uma melhor execução de políticas públicas destinadas às mulheres rurais. Além disso, o estudo aponta para a relação existente entre os limites encontrados no incentivo à participação das mulheres nas políticas públicas por parte das equipes técnicas, a naturalização da violência de gênero e o desconhecimento das diretrizes da PNATER por parte das/dos agentes de ATES.

Embora a pesquisa acima referenciada tenha sido desenvolvida em outras circunstâncias sociais e espaciais, ainda assim apresenta similaridades com a realidade encontrada nesta pesquisa pelo fato de ambos os estudos serem realizados em comunidades de assentamentos rurais e pelas diretrizes orientadoras da atuação de ambos os programas analisados ser da PNATER.

Neste sentido, é importante ressaltar que as agências oficiais de extensão rural dos estados brasileiros tendem a ter perfis técnicos mais heterogêneos e diversos, sendo selecionados por concursos públicos e não por afinidade técnicas e sociais, o que justifica, por exemplo, as diferenças nas abordagens de uma mesma prestadora em diferentes núcleos operacionais, como demonstram as falas de Melissa e Maçanilha. As demais prestadoras de serviço apresentam um perfil mais homogêneo e selecionado de acordo com as afinidades de atuação priorizadas pela empresa.

Desta forma, vale recordar também que o programa em questão sofreu modificação ao longo do tempo. Conforme afirmações de Neumann e Dalbianco (2012), um dos principais avanços apresentados no desenvolvimento do mesmo foi a implantação de conselhos que previam a participação de representantes dos órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos, de representantes das prestadoras de serviços e dos beneficiários e beneficiárias. Estes conselhos em nível regional, construídos dentro de cada núcleo operacional, a partir de 2011, tiveram a participação de representantes das famílias assentadas ampliada, de um beneficiário(a) para dois, sendo um homem e uma mulher para assentamentos com até cem famílias assentadas e dois casais para assentamentos com mais de

cem famílias. Ainda havia a orientação de que poderiam ser duas mulheres representantes no caso de não haver um casal, no entanto, não poderia ser dois homens, o que demonstrava comprometimento do proponente e das prestadoras com o fortalecimento da participação das mulheres nas decisões sobre os planejamentos de ações de ATES.

Creio que esta medida foi fundamental para fortalecer a participação das mulheres no planejamento das ações de ATES no âmbito de cada núcleo operacional, embora não sanassem os problemas de gênero existentes e as diferentes manifestações de reafirmação de dominação masculina em diversos espaços dentro do programa. Não obstante, foi uma medida afirmativa muito importante. Mulheres entrevistadas relatam que atuaram nos conselhos regionais de ATES e que gostavam da experiência participativa, como revela a fala de Camomila: “Nós conversava, né, sempre discutia junto, tinha liberdade...”.

Esta fala dá uma conotação importante para a participação nos Conselhos Regionais de ATES, pois, ao expressar que tinham liberdade para discutir ela afirma que se sentia segura e que suas opiniões eram ouvidas. E quando questionada se foram apontadas ações destinadas às plantas medicinais a partir da participação delas ela acrescenta:

Ih, quantas vezes, né, nós lidava naquela horta... Começamo aquele horto medicinal lá, tentamo resgatar muitas trocas de mudas, era muito proveitoso.

Nesta fala, Camomila recorda as trocas de mudas entre as mulheres e a troca de saberes entre a equipe de extensionistas e as agricultoras. Neste núcleo operacional, local onde desenvolvi minha atuação profissional no Programa de ATES, as atividades relativas às plantas medicinais ampliaram após a orientação normativa de participação de um casal por assentamento, o que facilitou e aumentou a participação de mulheres nos Conselhos Regionais.

As orientações de atuação para os técnicos, fornecidas pelo INCRA em consonância com as diretrizes da PNATER, apresentavam proximidade com a proposta por Freire (1983), isto é, compreendia as ações junto aos assentados como ações educativas que deviam estabelecer o diálogo, proporcionar a liberdade e a soberania, propondo uma lógica de atuação diferente da que

historicamente se constituiu como padrão para atuação dentro dos órgãos oficiais. No entanto, estas orientações metodológicas não foram suficientes para modificar as maneiras de atuação profissional das e dos agentes de extensão rural. Muitas vezes, esses/essas agentes já tinham um histórico de atuação, pautado em referências diferentes e sob outros enfoques, assim como suas visões e condutas, que naturalizam reproduzem relações de dominação e, violências de gênero. Neste sentido, reafirmo mais uma vez Bourdieu (2017) sobre a naturalização da ordem dominante em todas as coisas, reforçadas e reproduzidas dentro dos ambientes institucionais e tende a ser reproduzida travestida de neutralidade.

Mesmo que o INCRA e as prestadoras tenham buscado desenvolver inúmeras formações para as equipes em torno de temáticas diversas, focando em abordagens educativas, voltadas para a sustentabilidade e a diversidade existente no rural brasileiro, dando relevância à participação das mulheres, dos jovens e das crianças nos planejamentos e ações de ATES, muitas vezes o foco central foram os aspectos produtivos e as demais dimensões da vida no campo seguiram como coadjuvantes do processo. A fala de Marcela revela que, em certo momento, as mulheres acabaram priorizando gerar renda com as hortas ou as padarias por compreender que a experiência com as plantas se tornou muito burocrática para ser legalizada. O que era um sonho no início do desenvolvimento do projeto descrito aqui no início desta seção, acabou sendo barrado pela legislação e pela burocracia, mas Marcela afirma que as mulheres seguem reproduzindo seus saberes no cotidiano das ações comunitárias e familiares:

Nós tínhamos um grupo lá que era o grupo das Marcelas, só que esse grupo meu das Marcelas, umas foram pra padaria, outras pra fazer feira, fazer a horta. Então, cada uma faz hoje na sua casa ou nós nos juntamo para fazer o xarope na comunidade, no nosso posto de saúde, que hoje nós temo atendimento. Então, nós nunca paramo de faze remédio.
(MARCELA)

Além disso, os temas violência de gênero e machismo não foram abordados de maneira explícita em formações específicas para as equipes técnicas e a participação de mulheres nos Conselhos Estaduais e Nacionais de ATES. Mesmo assim, a importância do programa não é negada pelas beneficiárias entrevistadas. Pelo contrário, elas demonstram compreender que este fazia parte de uma estratégia maior de desenvolvimento dos assentamentos, conferindo suporte à

implantação de outras políticas públicas que também buscavam o desenvolvimento sustentável e uma maior equidade de gênero no meio rural, como o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tais programas tinham como foco principal a comercialização da produção dos alimentos que, muitas vezes, estão sob a responsabilidade feminina por se tratar de alimentos destinados também ao autoconsumo. Compreendo estes dois programas como complementares das ações de ATES e entendo que eles contêm uma dimensão social importantíssima, que inclui, entre outras coisas, a valorização do trabalho agrícola destinado a produção de alimentos a partir do vínculo com a vida escolar das crianças e da alimentação de pessoas nas periferias dos centros urbanos, além de ter também a dimensão de gênero contida em seu desenvolvimento por valorizar o trabalho que muitas vezes é compreendido como feminino.

Além disso, Camomila relata que as relações construídas com a equipe de ATES eram mais do que uma relação entre famílias beneficiárias de uma política pública e profissionais que prestavam serviço:

Por que a amizade da gente, assim, é muito boa, Eu com vocês tenho uma liberdade que eu não tenho com a minha família. A família é longe... Vocês acabaram sendo uma família pra mim, tu, tua colega, vocês tudo... Quando eu ia pra cidade eu tinha que dar uma passadinha lá, alguma coisa eu sempre tava vendo e eu ia lá, eu saia com aquilo pra mim, eu ia fazer... Muitas vez, até me oferecia pra ir junto, por que eu gostava, me achava útil... Esses dia, encontrei as mulher e elas disseram: "- Ah, agora tu não vai mais nos visitar lá..."

Enquanto Camomila falava seus olhos ficavam marejados de emoção. De fato, as relações tecidas com equipe de ATES, da qual fui integrante, foram permeadas de sentimentos e amizades verdadeiras. O respeito, a relação de reciprocidade e de trocas de saberes foram buscados dentro das metodologias usadas para desenvolver muitas ações, isto se deu pelo fato de compreendermos que aquele era o caminho mais frutífero a ser percorrido. Muitos foram os erros, mas também acertamos bastante e creio que, dentro dos limites pessoais de cada membro da equipe, coletivamente buscamos construir ações que contribuíssem positivamente para a vida das famílias assentadas. E, de alguma maneira, estas experiências também contribuíram com a vida de cada integrante da equipe da ATES.

4.4 MULHERES RURAIS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: ROMPENDO PRECONCEITOS, CONQUISTANDO ESPAÇOS E CONSTRUINDO IDENTIDADES

As mulheres que contribuíram com esta pesquisa demonstram que compreendem o Sistema Único de Saúde como fruto das lutas populares da década de 1980 e como uma grande conquista da classe trabalhadora. No entanto, dentre os relatos de preconceitos vivenciados por elas se manifestam, com maior frequência, dentro de espaços de serviços e gerência do SUS. Isso demonstra que entre a conquista obtida nos seus marcos legais e a prática desenvolvida pelas pessoas que atuam como profissionais de saúde existe um espaço onde devem se construir as relações para implantação do que foi conquistado e aí se encontram alguns entraves, como revela o depoimento de Tansagem, ao recordar uma das vezes que sentiu o preconceito contra as famílias assentadas por parte de profissionais da saúde:

Uma vez, quando comecei a trabalhar, uma pediatra chegou e gritou em alto e bom tom: “- venha limpar esse consultório, por que aqui tem uma podridão de sujeira, não dá para aguentar dentro dessa sala, que só pode ser os Sem Terra que tão por aqui”.

Tansagem, que já trabalhava como agente comunitária, estava lá a trabalho e conta que decidiu se fazer ouvir naquele dia, dirigindo-se até a Secretaria de Saúde para protestar contra as reiteradas humilhações, chamando a médica, para esclarecer que a senhora que estava ali era da cidade e não do assentamento e disse que não aceitaria mais aquele tipo de tratamento.

[...] E eu voltei chorando... A Secretaria de Saúde era dentro do posto, tudo era junto sabe, tudo interligado. E eu voltei chorando e disse: “- Eu não admito mais se humilhada aqui dentro dessa casa!” A partir daquele momento eu fui respeitada como ser humano dentro do município. Então, assim, oh, eles me chamavam de “Zé povinho”, por que eu ensinava, e eles diziam que isso é coisa de bruxa, né? Ensinava o chá, ensinava que eles não precisavam estar comprando o remédio todos os dias, não precisavam tá comendo aquilo que não era saudável.

Embora o relato descreva uma realidade vivenciada há mais de dez anos, Tansagem traduz o que muitas pessoas sentem ao se apresentar diante dos profissionais de saúde e as relações que se estabelecem ainda hoje dentro de alguns espaços do sistema público no país. Quando ela descreve as palavras deferidas pela profissional de saúde em relação à senhora que ali estava, demonstra o quanto se faz necessário o processo de humanização das equipes de saúde que atuam nas periferias urbanas e rurais do Brasil, pois se Tansagem foi humilhada pelo vínculo estabelecido entre a situação da senhora que aguardava atendimento e os Sem Terras, esta senhora foi humilhada por sua própria condição, justamente por quem deveria estar ali para acolher e amenizar suas dores.

Vasconcelos (2017, p. 32), em estudo sobre as origens e a importância da Educação Popular em Saúde, afirma que a atenção básica em saúde é injusta não apenas por ser ofertada de maneira desigual aos pobres e marginalizados, mas especialmente em função de sua racionalidade interna, que tende a reforçar e reproduzir nas relações cotidianas as estruturas de dominação social existentes na sociedade. O autor acrescenta ainda que as práticas realizadas dentro desta ótica tendem a induzir a um consumo exagerado de mercadorias, reforçando os caminhos individualistas de busca de saúde, deslegitimando saberes, valores e iniciativas da população, consolidando assim a racionalidade instrumental e fria da modernidade, reforçando o poder da tecnoburocracia estatal e empresarial.

Entretanto, nos trinta anos que se passaram desde a criação do SUS até hoje muitos foram os espaços de discussão que ocorreram em torno das práticas de saúde e que permearam justamente o campo da Educação Popular em Saúde como forma de construir processos junto às comunidades das periferias tanto urbanas quanto rurais. Estes debates ocorreram tanto no meio acadêmico quanto nos espaços de participação social, onde houve a representação dos movimentos sociais e populares. A chegada de forças progressistas e populares ao governo do país, em 2002, permitiram o fortalecimento de setores que compuseram a participação social e proporcionaram a construção de políticas públicas que possibilitaram que algumas mudanças que vinham sendo experimentadas isoladamente por profissionais em conjunto com movimentos sociais, conferindo uma dimensão mais ampla, coletiva e com suporte estatal.

Dentre as inúmeras políticas construídas e as inúmeras mudanças ocorridas em torno do desenvolvimento de relações mais humanas na atenção básica de saúde cito aqui, além da conquista da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde em 2003, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (2006), que rege a execução de práticas como medicina tradicional chinesa, homeopatia, fitoterapia, reiki, acupuntura, entre outras, dentro das unidades básicas de saúde. Esta política busca permitir a implantação de práticas e experiências que já vinham sendo construídas e executadas dentro de municípios e estados e precisavam ser regulamentadas, reconhecidas e incorporadas para que pudessem também ser reproduzidas em outras localidades.

Outra importante iniciativa governamental foi a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (2006), cujos objetivos centrais são o uso seguro das plantas medicinais e fitoterápicos pela população, o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva de fitoterápicos pela indústria nacional. A institucionalização dessa política acabou tendo suas ações bastante centradas no desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional, que, a partir do amparo legal, conseguiu se desenvolver e se fortalecer. No entanto, a mesma apresentou poucos avanços diretos às comunidades detentoras dos saberes populares, seja em função das prioridades de investimentos terem sido destinadas a outros setores, seja pelo fato de a política não prever a produção mais cotidiana e artesanal de remédios que existe nas comunidades.

Cabe aqui ressaltar a participação ativa do MST, a partir de representantes da direção do Setor Nacional de Saúde, na construção de todas estas políticas. Em algumas de forma mais intensa e participativa, em outras com um caráter mais limitado. No entanto, também cabe ressaltar que estes acúmulos e conquistas não chegaram até o montante da base assentada, que muitas vezes sente as diferenças proporcionadas, mas não compreende os motivos das mudanças.

Quando questionadas sobre o conhecimento destas duas políticas, quase todas as mulheres entrevistadas afirmam conhecer as Práticas Integrativas e Complementares no SUS e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. No entanto, é inegável as transformações ocorridas no SUS a partir destes movimentos que deram origem às diferentes políticas naquele período. Como afirma Maçanilha, que mesmo sendo uma das mulheres que afirma não

conhecer nenhuma das políticas, quando questionada se visualizava e sentia mudanças no SUS recentemente ela afirma:

Mudou um pouco, mas mudou... O SUS não mudou, os médicos mudaram, não sei se eles já fizeram os curso já com medicina caseira junto... (MAÇANILHA)

A fala de Maçanilha reflete a compreensão apresentada por ela a partir da análise de suas consultas com o pneumologista que a acompanha em tratamento de uma bronquite crônica contraída desde a infância. Ela revela, então, que o médico a orienta para a continuidade do uso rotineiro de seus chás — pois afirma que ajudam na estabilidade de sua saúde —, mas complementadas com o tratamento de prescrição médica. A abertura e valorização do tratamento caseiro causa admiração à Maçanilha, fazendo-a refletir se o profissional, durante sua faculdade, recebeu formação sobre a “medicina caseira”. Esta reflexão de Maçanilha demonstra que ela se dedicou a pensar sobre o que teria mudado o padrão de comportamento dos médicos em relação aos chás, levando-a a questionar se ele teve formação específica sobre isso.

Camomila também descreveu um fato muito interessante. Ela afirma que o filho mais velho teve diagnóstico de leucemia:

Não sei se eu te contei do problema do meu filho mais velho, de saúde, que deu leucemia nele e daí como os freis moraram ali, junto com nós, ali no assentamento, daí eles buscaram... Daí a gente se apavorou com a leucemia que apareceu nele, né, daí eles buscaram saber remédios de ervas prá ajudar. Porque daí era preciso ele fazer sangue, já tinham pedido, né, ficamos internado um bom tempo, acompanhando o tratamento dele, mas fizemos remédio caseiro e coisa assim natural e foi o que ajudou muito, por que nem sangue ele precisou e nem plaquetas fazer. Por isso a gente agarrou mais fé ainda com esses remédio. Pois tava marcado tudo, a gente faze transfusão de sangue e ver a medula e tudo, mas não precisou, dois anos de acompanhamento de exame, nós dando remédio caseiro, até que o doutor mesmo, lá de Santa Maria, me deu parabéns, né... Por que ele sangrava a boca, sangrava os pêlo assim né, tudo, o nariz, mas graças a Deus hoje tá...

Camomila afirma que contou para o médico que fez um tratamento paralelo ao desenvolvido no hospital, pelo fato do profissional ter ficado muito surpreso com a melhora do menino. Passados cerca cinco anos ou mais, segundo ela, um dia ela estava em casa e um carro da justiça bateu à sua porta, era uma oficial de

justiça que trabalhava no município e que queria conversar com ela sobre o tratamento alternativo que ela havia feito para o filho, mas não para enquadrá-la em alguma lei, mas sim por que sua filha se encontrava com o mesmo problema e ela precisava de ajuda:

E daí, um dia o doutor lá da oncologia, falou pra uma que era oficial de justiça... Um dia chegou até o carro da justiça aqui na frente de casa, nós tava aqui sentado e chegou a mulher ali com uma da saúde junto. Daí eu disse: “- Ai, meu Deus do céu, chegou o carro da justiça, o que que tão campiano aqui?” Daí eu olhei na janela e fiquei parada, só disse adeus...

Daí ela disse: “- Oh mulher, to te procurando”

E eu disse: “-É?”

E ela disse: “- Não se assuste, é o carro da justiça mas não te assusta, tamo te procurando pra me ajuda!”

Digo: “- Mas se é no que eu posso ajudar, né... É eu, tem que ser eu decerto né, não tem outra, né?”

Daí ela chegou e disse: “- Ah a gente descobriu lá, eu conversei com o doutor, ele tem teu nome lá e tudo. Eu tenho uma filha que dá aula de ballet, uma filha adotiva e ela tá com problema de leucemia. E eles dizem que trataram um guri, falaram teu nome e o do teu filho. Então eu procurei a Secretaria de Saúde pra ver se te conheciam e elas te conhecem... Lá disseram que tu fez um remédio e o guri não precisou fazer sangue e nem as plaquetas e eu preciso da tua ajuda.”

Daí eu disse: “- Se é no que eu possa ajudar e que não tem problema, né, to aí pra ajudar.”

Daí pediu prá eu fazer os remédios pra ela. Até depois ela foi transferida e vinha pegar os remédios pra gurua, moça já, né?!

A fala de Camomila demonstra a abertura para o reconhecimento que alguns profissionais de saúde acabaram desenvolvendo nos últimos anos aos saberes populares e aos remédios caseiros, assim como o reconhecimento às pessoas que os detêm. Esta situação descrita por Camomila, manifesta, além da “fé” nas plantas medicinais que ela afirma ter sido reforçada com a cura do filho, o orgulho que ela sente por ser reconhecida tanto pelo profissional médico que tratou seu filho, quanto pela agente da justiça que a procurou para pedir ajuda indicada pelo médico, ambos com mais estudo e com melhores condições financeiras do que ela. Estes fatores mexem com a autoestima das pessoas, especialmente das pessoas mais simples, a quem o reconhecimento foi negado tantas vezes.

Neste sentido, tanto a criação da ANEPS quanto a conquistas destas políticas de reconhecimento de outras formas de tratamento no âmbito do sistema oficial de saúde tem contribuído para a construção de novas relações entre profissionais de saúde e a população assistida. Os grandes investimentos da

Indústria Farmacêutica Nacional em pesquisas para registro de novos fármacos fitoterápicos de certa maneira acabam abrindo caminhos para a reafirmação dos saberes populares em torno das plantas pelas e pelos profissionais de saúde em função da disponibilidade de medicamentos fitoterápicos a serem prescritos. Mesmo as/os mais radicais, contrários aos saberes populares já não negam a eficácia das plantas medicinais em função da comprovação dos princípios ativos e suas ações, especialmente da lista de plantas contida na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Atualmente, a tendência é questionar a segurança de uso em função das plantas pelas populações. No entanto, a abertura de cursos de especialização, extensão e pós-graduação nas áreas de fitoterapia e homeopatia, assim como as políticas públicas que preveem estas práticas médicas junto ao SUS tem aumentado as pesquisas e as ações junto às populações, o que também contribui para maior reconhecimento social e valorização do uso de plantas medicinais.

Um outro fator de ampla influência sobre o aumento do respeito aos tratamentos naturais pelos profissionais da saúde está vinculado aos riscos que à banalização do uso de medicamentos químicos trouxeram à humanidade. Um exemplo nítido disso é o surgimento de uma série de bactérias resistentes à maioria dos antibióticos conhecidos pela ciência, fruto justamente do mal uso destes medicamentos.

Neste sentido, o Ministério da Saúde vinha ofertando cursos *on-line* sobre plantas medicinais, que conferem legitimidade e visibilidade aos saberes populares e científicos socialmente construídos, no entanto, não se sabe se estes cursos terão continuidade, já que as mudanças em torno das políticas públicas, especialmente que envolvem educação, saúde e meio ambiente têm sido brutais. Porém, talvez as políticas em torno das plantas medicinais tenham continuidade por serem de grande interesse da indústria químico-farmacêutica para o desenvolvimento de novos fármacos, o que, como já foi discutido, se torna quase impossível sem a apropriação dos conhecimentos das populações.

As pautas da humanização das relações no escopo dos serviços de atendimento à saúde e de humanização do SUS também foram acolhidas pelas universidades, o que permitiu que novos profissionais também vislumbrem ainda no período de formação, em nível de graduação ou pós-graduação, questões atinentes ao uso medicinal de plantas.

Vasconcelos (2017, p. 32) atribui estes avanços aos processos de organização social e defende a participação da população como fundamental para construção de novas práticas de saúde baseadas na solidariedade e no afeto:

Por isto, a população e seus movimentos continuam insistindo na criação de práticas de atenção em que seja superado o autoritarismo dos doutores em suas vidas, a imposição de soluções puramente técnicas para problemas sociais globais, a propaganda embutida de muitos grupos políticos dominantes e a desconsideração de seus interesses e 33 peculiaridades culturais. Isto pode ser entendido como uma vontade de desconstrução das lógicas e interesses presentes nas práticas técnicas dominantes nos serviços de saúde e de ampliação das dimensões de solidariedade, amorosidade e autonomia entre as pessoas no enfrentamento dos problemas de saúde.

Os avanços vislumbrados pelas mulheres também se traduzem a partir dos relatos de suas práticas, como revela o depoimento de Marcela:

Eu tô sempre fazendo essas oficina, né? Na semana passada ainda estive fazendo um xarope lá na comunidade, junto com a médica, e a médica falou vinte minutos. Eu disse: “ - A médica vai falar e depois nós vamos fazer o nosso xarope”. A médica veio e disse assim, já tinha uma criança tossindo, e ela foi e disse assim:“- Nós vamos trabalhar hoje os problemas da respiração, olha aí, o neném tá tossindo, né? A tosse, ela é um resfriado, esse resfriado tem que ser tratado, como é que ele vai ser tratado? Aqui está a Marcela com estas plantas, ela vai fazer um xarope, este xarope vocês podem tomar, não tem contraindicação nenhuma, só a mãezinha tem que cuidar a febre, e pode tomar e em sete dias vai ficar bem, por que esses remédios são para o trato respiratório”. E todas as plantas que eu levei eram respiratória, pra o xarope, por que o dia que eu for fazer a pomada, daí só vou levar as plantas da pomada. Então foi bom por que parece que as mães acreditaram. Teve mãe que não foi embora, ficou até o finalzinho para levar o xaropinho para o filho. E tu viu a diferença, né? E por isso que nós temos que trabalhar juntos e não existe trabalho separado. (MARCELA)

O relato de Marcela demonstra o quanto o posicionamento das e dos profissionais de saúde têm repercussão na vida em comunidade, especialmente se for formado em medicina, pois a fala da médica, segundo Marcela, tem uma repercussão muito maior do que a de uma “vizinha”. Desta forma, a postura desta profissional expressa, além da valorização dos saberes existentes na comunidade, um estímulo à construção da autonomia da população a partir da postura de incentivar o cultivo das plantas medicinais e a produção do xarope,

conferindo legitimidade ao saber apropriado por Marcela e transmitido às suas vizinhas.

Além disso, Marcela complementa que os médicos que atendem outros dois postos de saúde que abrangem assentamentos de sua região já utilizam em suas rotinas práticas voltadas às plantas medicinais, assim como a médica que atende em seu assentamento:

Nos outros dois postos que tem médico, também tem esse envolvimento, temos um posto que tem um pequeno horto de planta medicinal. Já fizemos trocas de mudinhas, de experiência sobre plantas medicinais, com o médico junto. (MARCELA)

Isto demonstra que existem iniciativas de construção de uma política de saúde voltada à realidade do campo neste município, assim como em muitos outros. Estas construções diferenciadas não mais tão isoladas quanto eram antes da institucionalização destas políticas que, embora sejam cada vez menos prioritárias, dada a conjuntura política do atual governo federal, seguem apropriadas por estados e municípios.

Tansagem também descreve como sua realidade mudou. Ela como agente de saúde sente a valorização de seus saberes a partir do incentivo e da parceria estabelecidos com as e os demais profissionais que compõem a equipe de saúde. Em seu depoimento demonstra acreditar no trabalho realizado e a importância do envolvimento da equipe com a comunidade. As diferentes estratégias usadas nas comunidades rurais atendidas pela equipe do Programa de Saúde da Família (PSF) que ela compõe incluem a valorização dos saberes, a valorização das pessoas e a construção de vínculos entre profissionais e comunidade que ultrapassam o binômio saúde/doença. Uma demonstração desta relação é o relato que Tansagem sobre a festa surpresa de aniversário da médica, organizada pela comunidade:

Quando ela chegou lá ela não sabia o que fazer, sabe? Ela ficou louca! Bom, quanto presente, quanta coisa, comida, bolo, bolo recheado de moranguinho prá ela. Não, olha, foi a maior festa da comunidade...

Este relato de Tansagem evidencia uma relação de afeto, reciprocidade e união existente entre a médica e a comunidade atendida, além de uma relação

harmônica com as demais pessoas que compõem a equipe, que foram chamadas como cúmplices e coparticipes no preparo e organização da festa. Neste sentido, esta experiência me reporta a uma descrição realizada por Benevides (2017), em estudo sobre sua experiência como médica do PSF, no interior de Minas Gerais, no final da década de 1990:

O encantamento por aquele mundo e suas pessoas (a favela, a periferia) foi crescendo gradativamente. A estranheza inicial foi sendo substituída por uma grande vontade de entender como é que a vida acontecia ali. Eu não queria entender apenas as doenças, seus mecanismos e possibilidades de tratamento. Também não era mais suficiente entender o SUS e seus caminhos de construção. Eu queria entender aquele contexto novo como um todo: a vida na favela, a vida das pessoas do lugar. Eu queria decifrar aquele organismo vivo em permanente movimento a partir de dentro, do seu miolo. Mais uma vez, a medicina que eu trazia pronta tinha poucas respostas para tantas perguntas. Minhas ferramentas pareciam muito pobres diante da diversidade à minha frente. Caminhar pelo bairro observando a rotina, os hábitos locais, os atores sociais; conviver com as pessoas na sua jornada diária, entrando na intimidade de suas casas (exercício que é facilmente obtido por um profissional de saúde, especialmente médicos, pois são sempre muito bem-vindos nessas situações); ouvir o que havia para ser contado. Tudo isso tornou-se a minha nova ferramenta nessa busca por conhecer e, também, um alimento para meu coração. (BENEVIDES, 2017, p. 54 – 55)

A autora, enquanto descreve a limitação de ferramentas que encontrava enquanto profissional para atuação junto às comunidades empobrecidas, evidencia os limites apresentados pela academia no preparo de profissionais para ações em áreas da saúde junto às periferias, descreve também o despertar dos sentimentos de afeto que nortearam a solução encontrada: o diálogo e a empatia construídos com os pacientes. Além disso, a autora descreve neste estudo a conquista de amizades sinceras com pessoas da comunidade, a partir da sua aproximação nas visitas domiciliares. Este relato da autora, embora seja da década de 1990 e do interior de Minas Gerais, apresenta similaridades com as descrições de Tansagem sobre o relacionamento da médica que ela com a comunidade que acompanha.

Tansagem descreve ainda que foi “desafiada” — palavra usada por ela para descrever a situação — a realizar uma oficina de plantas medicinais durante a Feira do Livro do município, que teria a passagem da “Caravana da Cultura”. Essa iniciativa se objetivou em função da referência construída por ela em torno dos

saberes referentes às plantas medicinais junto à Secretaria de Saúde do município. Como desdobramento da oficina desenvolvida, minha interlocutora afirma que propôs a construção de um horto medicinal na praça pública da cidade. Ao final da oficina, cada pessoa que participou plantou uma mudinha e ajudou a construir o horto. Tão exitosa foi a experiência, que outros dois municípios a convidaram para acompanhar a caravana e reproduzir a oficina. Na praça da cidade o horto permanece e um senhor foi designado como responsável pela sua manutenção. Tansagem frisa que o horto não é dela, mas do coletivo, por compreender que são construções sociais que precisam ser modificadas:

Então, cada um que passa ou leva uma muda embora. O tiozinho fica furioso e aí ele denuncia: “- Levaram tua planta!” Eu digo: “- Não é minha planta, é nossa planta...”

Ela se emociona quando relata sua experiência profissional, por realmente acreditar no trabalho que realiza com as plantas medicinais:

Então, alguma coisa eu acho que eu tô fazendo de bom, sabe. A minha semente, eu acho que tá sendo plantada, sabe. Bem semeada, que um dia, de repente, eu começo a colher frutos.

Melissa também descreve uma transformação na relação tanto com os profissionais de saúde do município onde reside, quanto com os próprios gestores municipais, que se antes percebiam o seu trabalho com desconfiança, atualmente compreendem o grande potencial para o desenvolvimento de ações de prevenção e promoção de saúde na região. Além disso, ela conta que representantes da Secretaria Municipal de Saúde a incentivam a participar de eventos sobre o tema das plantas medicinais, bem como de proporcionar trocas de experiências nos âmbitos do município e de municípios vizinhos. Ela relata uma viagem a Ijuí, para acompanhar um evento sobre Plantas Medicinais:

Daí, lá, eles apresentaram uma experiência aqui do CACON em Ijuí. Nós fomos, eu e o meu marido, e só escutando... Eles trataram dez pessoas com plantas medicinais, além da quimioterapia e dez pessoas só com a quimioterapia. E aquelas que eles trataram com a babosa e outras plantas medicinais tiveram a melhora mais ligeira do que as outras. Aí eu disse: “- Viu só?!” Aí, eu fui lá na frente contar os meus casos que eu tinha

aqui, que tem menos efeito das quimioterapia e que melhoram mais rápido. Todo mundo ficou apavorado comigo:“- O que que essa nega véia vai saber?” Nem falar direito eu não sei, mas no final deixei todo mundo escutando. (MELISSA)

A experiência relatada por Melissa foi desenvolvida e apresentada por profissionais de saúde do próprio Centro de Oncologia do município e permitiu que ela se sentisse à vontade para relatar sua experiência, construída a partir dos seus saberes e orientações que repassa para pessoas de seu convívio, submetidas a tratamentos de quimioterapia. As semelhanças das respostas observadas por Melissa, com as descritas na pesquisa emocionaram a agricultora, que diz ter enfrentado muitos “bigodudos” — expressão usada para referir-se aos homens poderosos — em debates sobre o uso da babosa como complementar no tratamento contra o câncer.

Elas também relatam que, por muito tempo, não revelavam que usavam chás ou que faziam remédios caseiros por receio da reação das e dos profissionais de saúde. No entanto, atualmente, sentem-se mais à vontade para assumir tais práticas para profissionais da saúde, pois entendem que existe uma compreensão de que podem auxiliar nos tratamentos da saúde.

Desta forma, compreendo que a conquista destas políticas, que são complementares para a execução das práticas de saúde do SUS, foram fundamentais para inserir novos conceitos e abrir construções dialógicas entre as mulheres rurais, os profissionais de saúde e as comunidades atendidas. Além disso, o fato de as mulheres rurais serem ouvidas e seus saberes valorizados por profissionais da área da biomedicina, que geralmente detém o poder do saber científico, mas que abre possibilidades para diálogo com os saberes do outro — as mulheres rurais —, compreendendo-o como válido, já representa um passo significativo para a construção de uma saúde humanizada.

No período atual tem se apresentado, nos diversos planos das políticas econômicas e sociais, muitos retrocessos para as classes trabalhadoras, que se expressam, inclusive, na redução de recursos destinados ao SUS. Não obstante, as construções destas mulheres rurais continuam acontecendo no cotidiano, assim como de milhares de outras pessoas em outras comunidades por todo o país. Compreendo, portanto, que estes processos são capacidades das populações para manter conquistas existentes e reconstruir o que tiver sido

perdido. Como elas mesmas afirmam, são sementes que devem ser cultivadas e cuidadas para um futuro que não deve ser tão distante assim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de vida das mulheres rurais, nossas interlocutoras nessa pesquisa, são constituídas de aprendizagens e ensinamentos, de saberes e práticas em saúde, que herdaram de seus antepassados e acumularam ao longo de suas experiências de vida. As relações familiares foram as principais fontes de aprendizado e espaços de repasse e compartilhamento de saberes. Os espaços e relações comunitárias e sociais deram continuidade aos processos de apropriação, afirmação e transmissão de saberes e práticas sobre saúde e plantas de uso medicinal.

Os espaços comunitários, vislumbrados a partir dos grupos de mulheres como a principal fonte de vivência coletiva, mais do que locais de trocas de receitas, são, na verdade, referências de construção para a autonomia e o protagonismo femininos. Elas, que começaram suas trajetórias nos acampamentos, sindicatos e CEBs, continuam seus processos de formação e atuação sob as referências políticas do Movimento Sem Terra. Mas, o cotidiano desta coletividade, na maioria das vezes, a principal espaço de atuação se objetiva e se reproduz dentro dos grupos de mulheres dos seus assentamentos. Nos grupos de mulheres assentadas que as mulheres por mim pesquisadas se sentem à vontade para conversar sobre as vivências e também se fortalecem enquanto liderança feminina e referência no domínio de saberes e fazeres do uso medicinal de ervas.

Os saberes e fazeres em torno das plantas medicinais, mais do que repassados para filhas e filhos, são também repassados para vizinhas e companheiras, no cotidiano da própria comunidade ou de maneira extraordinária nos encontros dos setores de gênero - mais frequentes - e de saúde - mais eventuais - do Movimento Sem Terra.

As mulheres rurais, interlocutoras desta pesquisa, parecem compreender o saber-fazer como poder, assim como o fazer-aprender como potencial de empoderamento e este parece ser um dos principais elementos repassados aos descendentes, pois nestes processos estão contidos elementos que propiciam autonomia, soberania e acúmulo cultural e patrimonial.

O ato de benzer está diretamente relacionado aos saberes sobre as plantas, mas, estes saberes foram desvinculados a partir da modernidade, onde

os saberes sobre as plantas se tornaram passíveis de comercialização a partir da apropriação pela indústria e os benzimentos não, em função de sua imaterialidade. Logo, os benzimentos tornando-se a parte mais desvalorizada dos saberes populares em saúde e se não passarem por um processo de revalorização correm o risco de serem extintos.

As trocas de saberes encontraram, por alguns anos, nas políticas públicas a parceria necessária para o fortalecimento. Tanto algumas ações de ATES quanto ações desenvolvidas por Equipes de Saúde da Família, descritas pelas mulheres demonstram a importância das políticas públicas para resgatar, fortalecer, ampliar e legitimar as práticas populares em saúde dentro das comunidades.

Tanto a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, quanto à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos trouxeram reconhecimento e respeito aos saberes e às práticas populares de saúde, que foram sentidos e descritos pelas mulheres rurais, assim como o Programa de ATES trouxe mudanças significativas na atuação dos técnicos de extensão rural junto às famílias assentadas. No entanto, as políticas públicas saúde e de ATES, por si só, isoladamente, não são capazes de modificar o contexto social das famílias assentadas.

As desigualdades de gênero existentes não se transformam facilmente, pois têm suas bases consolidadas na estrutura social, política e econômica da sociedade em que vivemos. A reprodução dos preconceitos e das discriminações, por agentes que deveriam proporcionar a mudança, são consequência desta estrutura que é reproduzida através na naturalização destas desigualdades. Mas, mesmo com todos os limites apresentados, estas políticas tiveram uma dimensão muito interessante na vida das mulheres rurais.

Os saberes sobre as plantas medicinais e as práticas populares em saúde das mulheres rurais pesquisadas ganharam uma nova forma de apropriação e transmissão, a partir do momento em que passaram a usar as redes sociais e tecnologias digitais, que permitem que elas pesquisem sobre as plantas e os tratamentos naturais para as diferentes doenças, mas também que divulguem seus trabalhos e seus saberes, o que tem dado uma dimensão surpreendente para o reconhecimento social delas.

Esta relação com a tecnologia digital é, em muitos casos, fruto das trocas entre gerações promovidas por projetos desenvolvidos pelas escolas das comunidades de seus assentamentos, que buscam valorizar os saberes populares em saúde por meio de oficinas e cursos. Tais espaços de formação terminam proporcionando, por outro lado, mais uma vez a troca de saberes, pois, ao mesmo tempo em que as mulheres rurais assentadas ensinam as novas gerações sobre as plantas medicinais e os remédios naturais, elas aprendem sobre as tecnologias de mídia nas redes sociais.

As inserções nos espaços do MST, a partir das práticas do cuidado, permitiram que estas mulheres rurais se sentissem parte deste movimento pelas múltiplas formas de contribuições que ofertaram. No entanto, os espaços da saúde e da educação não foram seus limites. Pelo contrário, elas iniciaram suas contribuições a partir dos espaços nos quais se sentiam mais a vontade para contribuir, por serem tarefas socialmente atribuídas às mulheres, mas, a partir destes espaços, a organização coletiva delas permitiu que muitos outros espaços dentro do movimento fossem ocupados por mulheres. Os questionamentos internos e suas reivindicações sempre foram permeadas de resistências, de disputas internas, de avanços e retrocessos de acordo com a conjuntura nacional e internacional, pois, o MST não é uma ilha isolada da sociedade.

Se, por um lado, foi a partir destas inserções nas áreas de saúde e educação que as mulheres rurais do MST, interlocutoras dessa pesquisa, iniciaram suas trajetórias e permearam as relações dentro do MST, elas chegaram em 2006 com o acúmulo histórico para construir, junto com outras mulheres da Via Campesina, uma luta de enfrentamento ao grande capital internacional e seus interesses no campo, no dia 08 de março. A magnitude desta ação, de certa forma, atribuiu um novo significado ao dia 08 de março, como uma data demarcada pelas lutas feministas no campo. Antes, em sua origem, era um dia de referência para luta das mulheres operárias por direitos e, que ao longo do tempo, foi sendo apropriado como mais uma data comercial. No entanto, em 2006, aqui no Brasil, foi retomado justamente pelas camponesas como um dia de luta por direitos e por vida digna, proporcionando uma visibilidade e reconhecimento político para as mulheres rurais da classe trabalhadora, tanto interno quanto externo aos movimentos aos quais elas pertencem.

Além disso, esta ação também proporcionou um acúmulo tamanho que o coletivo destas mulheres rurais, que compõem a Via Campesina, passasse a discutir de maneira mais efetiva o feminismo, nas esferas política e ideológica. Tais investimentos possibilitaram a apresentação pública de uma proposta de feminismo, que lhes represente como movimento social dotado de certas especificidades, que hoje tem sido chamado de Feminismo Camponês Popular.

Esta nova bandeira de luta social, dentro do MST, teve repercussão direta na concepção de saúde do Movimento, que além de centrar suas práticas nas plantas medicinais e nos saberes populares em saúde como sinônimo de resistência, também passou a incorporar a necessidade de discutir a produção de alimentos saudáveis como pauta política que deveria ser incorporada na prática cotidiana das famílias assentadas. Isso não quer dizer que todas as famílias assentadas passaram a produzir orgânicos, mas que dentro das novas orientações de atuação do MST e das formações propostas pelo movimento, a produção orgânica se tornou uma pauta concreta.

Contudo, um questionamento importante é se as mulheres entrevistadas são feministas. Creio que algumas das mulheres entrevistadas sejam feministas, outras talvez ainda não saibam direito o que o termo significa. De fato, são processos sociais e o termo feminismo apropriado pelas mulheres rurais é muito recente. Mas, no entanto, elas demonstram acompanhar o acúmulo em torno das concepções coletivas construídas ao longo dos anos, a partir das suas práticas. Ou seja, as formações que lhes são ofertadas permitem que elas questionem o lugar das mulheres na sociedade, assim como a forma de produzir em seus lotes, e isso permite que, de certa forma, dentro dos limites individuais, apliquem concepções feministas dentro dos seus cotidianos, embora não necessariamente levantem e defendam bandeiras feministas.

Elas buscam repassar seus saberes às novas gerações, sejam meninos e meninas, indistintamente, com vistas a se inserir em espaços de socialização de saberes e criticam algumas práticas que reproduzem valores contidos na sociedade patriarcal. No entanto, com seus companheiros, muitos valores são reproduzidos, como as divisões sexuais de trabalho no interior da unidade produtiva. Pois, como já afirmei, são processos sociais que fazem parte de um contexto de relações muito difícil de ser rompido, até por que, o objetivo delas não é romper com seus companheiros de vida, com seus filhos e nem mesmo com

seus companheiros de movimento. O objetivo é buscar o entendimento comum de que todos e todas temos o direito de viver bem, em segurança e com autonomia.

Creio também que os gritos de ordem que elas repetem em seus encontros, marchas e lutas proporcionam reflexões sobre a realidade, como por exemplo, o grito que afirma que “sem feminismo não há agroecologia”, trazendo para a reflexão de que necessitam sim discutir gênero para ampliar a concepção agroecológica. Ou, ainda, a palavra de ordem que diz que “sem feminismo não há socialismo”. No entanto, creio que existe uma questão que é imprescindível: sem a discussão sobre feminismo entre homens e mulheres, dificilmente teremos uma sociedade com equidade de gênero. Neste sentido entendo o MST como um dos movimentos mistos do campo pioneiros em estar travando discussões em torno do feminismo. As mulheres do MST, que iniciaram suas trajetórias internas nas práticas do cuidado, construíram a partir da coletividade acúmulos de saberes e experiências que permitiram que elas ressignificassem as noções do cuidado, que foi se tornando tanto mais ampla quanto mais valorizada por elas mesmas.

Desta forma, passaram a reivindicar outros espaços, como o protagonismo nas lutas no início dos anos 2000, que trouxeram para a coletividade a necessidade de produzir alimentos e que estes alimentos tivessem qualidade. A produção de alimentos saudáveis, incorporada como prática necessária pelo conjunto do movimento Sem Terra, passou a ser pautada também como política pública naquele momento em que era profícuo às pautas sociais. Estas pautas reivindicatórias, por construção de políticas públicas específicas para a produção de alimentos saudáveis proporcionou, inclusive, políticas públicas específicas para as mulheres rurais, buscando dar maior visibilidade aos seus trabalhos.

Desta forma, as mulheres conseguiram colocar dentro do MST pautas feministas, que vêm sendo gradualmente discutidas e, de certa forma, absorvidas pelo conjunto do movimento. Nessas lutas, o cuidado, considerado cativo das mulheres para muitas feministas, as mulheres rurais, organizadas no MST, utilizam-no como potencial para ocupação de espaços que possibilitaram um certo protagonismo político e isso influenciou diretamente na construção da autonomia destas mulheres. As ocupações destes espaços permitiram que elas passassem a se organizar coletivamente e participar de discussões e formações inclusive com outros movimentos sociais.

Talvez o fato de todas elas terem os filhos já adultos e serem todas, com exceção de uma, aposentadas, seja um fator importantíssimo na constituição da autonomia e também do ressignificado do cuidado, pois com os filhos pequenos e dependentes sabe-se que o peso e a responsabilidade do cuidado é bem mais oneroso. Além disso, o recurso da aposentadoria traz uma autonomia financeira bem maior, que unida ao fato de, em tese, não terem mais responsabilidade direta com os filhos, possibilita que elas planejem outros fins para o recurso deste benefício, pois a autonomia financeira influencia diretamente na autonomia de vida das mulheres.

Um dos elementos que proporcionam e fortalecem a autonomia destas mulheres a partir das plantas medicinais se encontra justamente na compreensão que elas têm da importância dos seus saberes. O fato de elas entenderem o valor atribuído às plantas medicinais para a humanidade e o valor atribuído aos seus saberes-e-fazerem sejam, talvez, um dos principais acúmulos que elas conquistaram, o que contribui significativamente em seus processos de emancipação pessoal e social.

Tais posições socialmente reconhecidas facilitam tessituras de relações com setores progressistas da Igreja Católica, que também fortalecem a compreensão dos saberes como patrimônio cultural popular, proporcionando manter estas relações permeadas pela educação popular em saúde e como pautas de luta para um mundo mais justo, baseado na soberania dos povos. De maneira semelhante, no contexto dos Programa de Assistência Técnica em Extensão Rural, essas mulheres ganharam espaços para reflexão e planejamento das ações do Programa, que propiciaram a valorização de seus saberes e o desenvolvimento de ações destinadas a dialogar com eles. Em tais oportunidades de participação social elas sentiram-se valorizadas e reconhecidas socialmente.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, o ouvir as mulheres rurais assentadas, especificamente em suas relações com as plantas medicinais, me proporcionaram tempos e espaços únicos de reflexão sobre as vivências que tive o privilégio de estabelecer com elas. Desta forma, surgiu a necessidade de compreender como as relações de afeto existentes nas pequenas ações proporcionam mudanças tão profundas nos seres humanos. Estas mulheres rurais se transformaram ao longo de suas vidas e demonstraram estas transformações durante nossas conversas. Eu creio que um dos principais ensinamentos trazidos

por elas é de que a esperança se constrói a partir das relações de afeto e de cuidado que são disseminadas, tanto com outros seres humanos, quanto com os demais seres vivos e com a natureza. Este foi um grande aprendizado, especialmente para os dias atuais. O ensinamento de que a esperança deve surgir a partir das nossas pequenas práticas cotidianas - a exemplo do fortalecer dos saberes socialmente acumulados pelas populações, do cuidar das pessoas, dos animais e da natureza e da relação cuidadosa dos seres humanos com a natureza - me permitiram voltar a sonhar com um mundo mais justo. Estas mulheres são sábias, se fazem ouvir e se fazem ver, lutam e resistem em tempos difíceis e se mantêm vivas, construindo a partir dos seus cotidianos um futuro de dias melhores. Elas se reinventaram e seguem se reinventando. São sábias porque insistem em ser felizes.

Existe uma canção, de autoria de Ademar Bogo, interpretada por diversos cantores populares da reforma agrária, que tem se reproduzido no meu inconsciente nos últimos dias que fala: “Se não houver o amanhã brindaremos o ontem, e saberemos então onde está o horizonte”. Essa canção me traz a reflexão de que a história das lutas camponesas no Brasil e, em especial as histórias das mulheres que lutaram e lutam por melhores condições de vida, são histórias que devem sempre ser recordadas para que consigamos seguir com a crença de um futuro melhor. Entendo os limites dessa pesquisa. Também entendo que o presente texto está muito aquém da riqueza que a experiência destas mulheres retrata. Minha esperança é que essa pesquisa traga uma contribuição, ainda que modesta, para reflexões em torno das experiências sobre as relações entre as mulheres e as plantas medicinais em prol da coletividade e que, de alguma maneira, elas se sintam contempladas por este estudo. Creio, pois, que elas, com suas experiências podem ajudar a fazer renascer a utopia e a esperança para muitas e muitos de nós.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, I. A. Viagem pelos caminhos do coração: uma abordagem em verso e prosa sobre as possibilidades e limites do programa de saúde da família. In: VASCONCELOS, E.M.; PRADO, E. V. DO (Orgs.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular em saúde. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BRANDÃO, C. R. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BRUMMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun., 2002.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMARGO, M. T. L. A. A religiosidade na medicina popular. **Revista Nures**. São Paulo, SP, a. X, n. 26, p 1-8, jan/abr, 2014.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARVALHO, J. C. T. **Fitoterápicos antiinflamatórios**: aspectos químicos, farmacológicos e aplicações terapêuticas. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2014.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 – 316.
- CONTE, I. I. Das mulheres camponesas em movimento na América Latina ao movimento de mulheres camponesas no Brasil. **Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 51-65, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35.1256>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- DALBIANCO, V. P. **A construção de uma extensão rural diferenciada para as famílias assentadas: o caso da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no RS**. 2010. 144 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127 – 153.

DI STASI, L. C. Arte, ciência e magia. In: DI STASI, L.C. (Org.). **Plantas medicinais: arte e ciência um guia de estudo interdisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p.15-22.

ELOY, C. C., VIEIRA, D. M., LUCENA, C. M., ANDRADE, M. O. de. Apropriação e proteção dos conhecimentos tradicionais no Brasil: a conservação da biodiversidade e os direitos das populações tradicionais. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v.12 , n. 4 , p.189-198, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/article/view/22587/12537>. Acesso em: 21 mai. 2019.

ERICE, A. S; MARQUES, F. C. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. In: **Estudos feministas**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 2, p. 683-705, maio/agosto, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806.9584.2017v25n2p683>.

FEDERICH, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, J. R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 265-276, 1992 set/1993 ago. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=17. Acesso em: 21 maio. 2019.

FREIRE, P. **Comunicação ou Extensão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&M, 2010.

GONÇALVES, J. R. **Juventude rural: trajetórias de vida conectadas por um ideal social**. 2015. 133p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

GRÜHN, M. Descartes: historicidade e educação ambiental. In: CARVALHO, I. C. M; GRÜN, M.; TRAJBER, R.(Org.). **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 63-78.

GUERRA, M. P.; NODARI, R. O. Biodiversidade: aspectos biológicos, geográficos, legais e éticos. In: SIMÕES, C. M. O. et al (Orgs.). **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 5. ed. ver.ampl. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 13-28.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HERRERA, K. O papel das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: ENCONTRO ANUAL da Anpoc, 39, 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Hotel Glória, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt21>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

HIRATA, H. Teorias e práticas do *care*. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs.) **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **ATES Assistência técnica, social e ambiental: manual operacional 2008**. Brasília: INCRA; MDA, 2018.

KÈRGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UDESP; Paris: République Française, 2009.

KÈRGOAT, D. O cuidado e a imbricação dos saberes sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs) **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas intersetoriais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de contabilidade e organizações**. São Paulo: USP, v. 2, n.2, p. 9 - 18.

MIES, M.; SHIVA. V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9 – 30.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MORIN, E., TERENA, M. (part.) **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Setor Nacional de Saúde. **Caderno de saúde n. 01 do MST: lutar por saúde é lutar pela vida**. Brasília: Peres, 1999.

NATANSOHN, G.; BRUNET, K. S.; PAZ, M. D. Mulheres na cultura digital: perspectivas e desafios. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO – CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO REGIÃO NORDESTE, 13º, 2011, Maceió. **Anais...Maceio:** Cesmac. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-1011-1.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

NEUMANN, P. S; DALBIANCO, V. P. Reforma agrária e a atuação do estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional:** reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos de reforma agrária do RS. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M.Z.; GORENSTEIN, R. (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.95-120.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais:** quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PAULILO, M. I. Que feminismo é esse que nasce na horta?. In: **Política e sociedade**, Florianópolis, SC, v. 15, p. Ed. especial, p. 296-316, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p296>

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2006.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia:** ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997.

PULEO, A. Anjos do ecossistema? In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs). **Análises feministas:** outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, 2012.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro.** Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, L. R. S; SANTOS, J. L. Protagonismo das mulheres camponesas: sem feminismo não há agroecologia. In: Rodriguez, M.S. (Coord.). **Feminismos, pensamento crítico y propuestas alternativas en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2017.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. In: **Educar em revista**, Curitiba, PR, n. 55, p. 87-109, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, RS, v. 20,n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar., 2000.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismos: mulher, natureza e outros tipos de opressão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em :< http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_31.html>. Acesso em: 09 mai. 2019.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D.P.; MEDEIROS, L.S. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 329-347.

SILVA, A. M.; PONCIANO, N. J.; CEZAR, L. S.; SOUZA, P. M. Gênero, políticas públicas e extensão rural: uma análise a partir das representações extensionistas rurais da microrregião Rio Doce, Espírito Santo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55°, 2017, Santa Maria. **Anais...**Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7592.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.) **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973, p. 96-115.

VALLA, V. V. “Conversão à pobreza”, um conceito fundamental para compreender a formação de muitos educadores populares. In: VASCONCELOS, E.M.; PRADO, E. V. DO (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular em saúde**. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

VARGAS, E. C de A. **Interface entre os saberes populares e científicos sobre plantas medicinais: perspectiva da autonomia do cuidado em saúde**. 2017. 83 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem Assistencial). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017.

VASCONCELOS, E. M. Redefinindo as práticas de saúde a partir da educação popular nos serviços de saúde. In: VASCONCELOS, E.M.; PRADO, E. V. DO (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular em saúde**. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

VASCONCELOS, E. M. Victor Valla, um educador que incorporou a educação popular como uma atitude de vida: homenagem ao grande mestre da educação popular em saúde. In: VASCONCELOS, E. M.; PRADO, E. V. DO (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular em saúde**. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

WEBER, B. T. **As artes de curar:** medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889 /1928. Santa Maria: Editora UFSM; Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UM/B, 1997.

YIN, R. K. **Pesquisa estudo de caso:** desenho e métodos. Porto Alegre: Bookman, 1994.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS JUNTO A MULHERES RURAIS ASSENTADAS

1 - Em que fase da sua vida você lembra ter começado esta relação com as plantas medicinais?

2- Como era esta relação com as plantas na sua infância?

3 - E na juventude, você se interessava pelas plantas?

4 - Quando você começou a fazer os remédios? Quem te ensinou sobre as plantas?

5 - De que maneira você aprendeu sobre as plantas?

6 - Você usa mais hoje ou quando era jovem? Este conhecimento foi aumentando com o tempo?

7 - Como se você se apropriou destes conhecimentos e saberes?

8 - Como, de que maneira, você aprendeu sobre elas?

9 - Estes saberes sobre as plantas, ao seu ver, podem ser apropriados por outras pessoas? Você pode ensinar estes saberes para outras pessoas?

10 - Você repassa estes saberes? Para quem, qual sua relação com estas pessoas?

11 - Você acha que estes saberes podem ser considerados como uma herança?

12 - Você acha que são saberes importantes? Para quem e por quê?

Cultivo e preparo

13- Onde você cultiva suas plantas?

14 – Onde planta elas, de que forma se dá o manejo, você tem cuidado com elas?

15 - De que forma você usa as plantas (quais os remédios você prepara)? Existem diferentes épocas de plantio, de colheita e de formas de preparo, você pode falar um pouquinho sobre como faz?

16 - Quais cuidados você tem neste preparo (local, higiene, local de coleta)?

17 – Qual a sua relação com as plantas medicinais? Como você descreve esta relação?

18 - Por que você trabalha com as plantas medicinais?

19 - Você acredita que os remédios feitos com plantas medicinais realmente funcionam?

20 - Você acha que depende de alguma outra coisa para funcionar (do modo de preparo, da energia e da pessoa, da forma como a planta é cultivada)?

- 21 - Você benze também? Acredita que o benzimento ajuda? Acredita que tem relação entre benzimento, fé e plantas medicinais?
- 22 - Você busca estes conhecimentos além dos que você já adquiriu na vida, como em livros, revistas?
- 23 - O que você acha dos medicamentos químicos?
- 24 - Você acha a ciência importante? E do saber dos médicos?
- 25 - Você usa medicamentos químicos? Quais e para quê?
- 26 - Você já participou de encontros, eventos, cursos que falassem sobre plantas medicinais?
- 27- Você gosta de trabalhar com as plantas e os remédios?
- 28 - Como você se sente quando está trabalhando com as plantas (fazendo o remédio, preparando a planta, plantando...)? Você acha importante este conhecimento? Você se sente valorizada?
- 29 - Você acha que existe influência do humor da pessoa (energia) na hora de preparar o remédio?
- 30 - Você se acha uma referência e/ou liderança neste sentido?
- 31 - Porque você segue trabalhando com as plantas medicinais?
- 32 - Qual a importância que você acha que tem para a família?
- 33 - E para a comunidade?
- 34 - E para a humanidade, você acha importante?
- 35 - Você se sente valorizada pelo trabalho que faz? Por quê?
- 36 - Quem você acha que mais valoriza estes trabalhos?
- 37 - Como você acha que estes saberes contribuem para a construção de uma vida melhor das famílias assentadas?
- 37 - As pessoas lhe procuram para saber qual planta usar? Como fazer? Quais as situações mais comuns? E teve alguma estranha, engraçada? Qual as situações mais difíceis para você?
- 38 - Este trabalho é organizado de alguma forma ou é realizado conforme a necessidade familiar e comunitária?
- 39 - Você acompanha os casos das pessoas que buscam se tratar com plantas? Dá resultado?
- 40 - Como você sabe que as plantas funcionam?
- 41 - Você já participou de eventos e encontros sobre os remédios naturais e sobre plantas medicinais em sua comunidade?

42 – Você comercializa os remédios (valor acima do custo ou o custo)? Vale a pena? Como você vê a questão de gerar renda a partir dos remédios naturais e das plantas medicinais?

43 – Você acha que as pessoas acreditam nas plantas medicinais como remédios?

44 – As pessoas compram ou se negam a pagar os valores pelos remédios? Como você vê isso?

45 – Existem pessoas contra os usos e saberes sobre plantas na comunidade? Como elas agem? Atrapalham o trabalho?

46 – Teve alguma situação que você sentiu perseguição ou algum outro tipo de ação que lhe fizesse sentir mal pelas pessoas que são contrárias?

47 – Como você acha que é vista na comunidade?

48- Você recebe muitas críticas? Quais?

49 – O que você pensa sobre isso?

50 - Qual a relação que você faz entre estes saberes e a sua participação em espaços de luta por melhores condições de vida?

51 - Sua família usa plantas medicinais? Sua família pede para você preparar as plantas ou pergunta qual remédio deve usar?

52 - Alguém mais faz remédio na sua casa?

53 - Alguém da sua casa ajuda a cuidar das plantas? Quem e como se dá este cuidado?

54 - Você repassa estes saberes para alguém da família? Qual a importância que você vê nisso?

55 - Para você, seus saberes sobre plantas medicinais influenciaram na relação com o MST?

56 - Você acha que existe espaço na reforma agrária popular para estes saberes e estas práticas? Onde você avalia que se encaixam estes saberes nas pautas de luta do MST?

57 - Você teve influência religiosa/ igreja no desenvolvimento destes saberes e conhecimentos?

58 – Qual a relação que você vê da religião da qual participa com estes saberes?

59 - Como você acha que o sistema único de saúde, através de seus representantes (secretárias municipais de saúde, médicas/os do SUS, enfermeiras/os, agentes comunitárias/os de saúde) veem esta prática?

60 - Você já ouviu falar da Política Nacional de Plantas Medicinais e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares?

61 - Vocês (famílias assentadas) tiveram acesso à política pública de extensão rural (assistência técnica) durante cerca de 13 anos, nos últimos 9, especialmente, esta assessoria se deu de forma mais efetiva e permanente. Sobre este programa:

61.1 - Você participou de conselhos regionais de ATES? Você gostava de participar? Por quê?

61.2 - Você opinou sobre as ações da assistência técnica? Você propôs alguma coisa relacionada às plantas medicinais?

61.3 - Foram desenvolvidas atividades/ações voltadas para estes temas, das plantas medicinais? Se sim, como foram estas atividades ou ações?

61.4 - Você conversava com as/os técnicos sobre o uso das plantas?

62 - Qual sua planta preferida?

63 – Tem alguma coisa que você gostaria de falar que não foi perguntado, ou que gostaria de dizer sobre as plantas que não foi dito?